

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Daniel Augusto Pereira Marcilio**

**Jornalismo e Memória: A construção da narrativa de si em edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905 – 1975)**

Porto Alegre

2018

DANIEL AUGUSTO PEREIRA MARCILIO

**Jornalismo e Memória: A construção da narrativa de si em edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905 – 1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Cida Golin

Porto Alegre

2018

DANIEL AUGUSTO PEREIRA MARCILIO

**Jornalismo e Memória: A construção da narrativa de si nas edições comemorativas de aniversário no jornal Correio do Povo (1905 – 1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>.. Cida Golin

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cida Golin  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Strelow  
Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Virgínia Pradelina Fonseca  
Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarice Gontarski Speranza  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

A experiência não tem valor se não se aprende com ela. Ao chegar no ponto final da dissertação, também faço, então, um trabalho de seleção da memória, fenômeno que tanto pesquisei no estudo. Assim, consigo colocar em retrospectiva a trajetória que me levou até a conclusão deste estudo e vejo que já não sou mais a mesma pessoa quando comecei o mestrado.

A pesquisa me transformou de alguma maneira: fui amadurecendo enquanto pesquisador, compreendendo melhor como ter uma visão crítica, rigorosa sobre o jornalismo e os processos da memória. Descobri que o passado é, na realidade, um eterno presente. Não podemos, portanto, escapar das lembranças e recordações – elas nos constituem enquanto sujeitos que narram a sua existência, que tentam encontrar sentidos na aleatoriedade da vida.

Ao lembrarmos de algo, tendemos a valorizar apenas os bons momentos, esquecendo das dificuldades. Para evitar tal abuso da memória, não posso deixar de mencionar, mesmo de passagem, que o trabalho da escrita foi um árduo desafio. Por vezes, pensei realmente em desistir, já que nunca achava que a pesquisa estava boa o bastante. Sempre havia uma leitura a mais que poderia contribuir com a discussão, uma nota de rodapé a ser aprimorada, uma citação fora de lugar. Então, apesar dos meus contratempos, tenho que agradecer enormemente à professora Cida Golin. Com paciência e dedicação, mesmo quando quase abandonei o mestrado, ela esteve presente em todas as horas, incentivando com sugestões e considerações. Não tenho palavras para expressar o quão grato me sinto. Só posso dizer: obrigado por tudo.

Da mesma forma, meus agradecimentos à UFRGS e ao PPGCOM, que proporcionaram um espaço inesquecível para o pensamento acadêmico. Aos colegas e amigos do nosso Núcleo de Estudos em Jornalismo e Publicações Culturais do Laboratório de Edição, Cultura e Design (Lead): Everton Cardoso, Babiana Mugnol, Luciano Alfonso, Anna Cavalcanti, Bianka Nieckel, Maria Rita Horn, Rafael Gloria e Gabrielle de Paula.

Agradeço profundamente também aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e não me deixaram esmorecer. Ao meu irmão Luiz Fernando e a minha irmã Fabiane, que me ajudou com a formatação do trabalho.

Aos amigos que, espero, entenderam as minhas constantes ausências durante o período da dissertação. Aos integrantes da banca, professoras Virgínia Fonseca – que já havia demonstrado interesse pelo meu anteprojeto de pesquisa ao participar da entrevista da seleção, Aline Strelow, e Clarice Speranza, que realizaram a qualificação do projeto, o que me permitiu ampliar e melhorar o que estava, então, ainda em construção.

Aos colegas de trabalho da Fundação Piratini, agora apenas TVE e da FM Cultura, que estão resistindo bravamente aos desmandos de um governo que não valorizou a comunicação pública.

A quem for ler estas páginas, espero, enfim, que encontre uma leitura útil, agradável, que ajude a refletir sobre as ligações do jornalismo e a memória.

## RESUMO

As relações entre jornalismo e memória dizem respeito ao modo como o passado é reconfigurado pelos textos produzidos no âmbito do trabalho jornalístico. Nesse sentido, a ocasião do aniversário, cerimônia ritualística, é o momento em que a necessidade de reafirmação da memória desponta com força: o jornal comemora a sua existência, colocando-se em lugar de destaque. Considerando, então, que o jornalismo não é apenas um relato sobre o presente, mas também opera múltiplas dimensões do tempo, esta dissertação tem como objetivo geral compreender como o jornal *Correio do Povo*, no período em que foi gerido pela Companhia Caldas Júnior (1895 – 1984), constrói narrativamente uma memória de si durante a comemoração de seu aniversário. De forma mais detalhada, para alcançar esse objetivo principal, desmembramos a pesquisa em cinco objetivos específicos: contextualizar a história do *Correio do Povo* na imprensa regional; identificar quais são os personagens presentes na narrativa sobre o aniversário e como eles são apresentados nas páginas do *Correio do Povo*; sistematizar quais são as possíveis estratégias e intenções textuais do narrador-jornal ao enquadrar uma memória de si; acompanhar como o enredo das narrativas jornalísticas sobre a efeméride do aniversário do *Correio do Povo* é desenvolvido e construído; verificar como as noções de tempo e temporalidade são estruturadas nas narrativas jornalísticas do *Correio do Povo* sobre seu próprio aniversário. Para isso, examinamos as edições de aniversário ao longo de quase um século de trajetória ininterrupta do diário, explorando os números múltiplos de dez como referência para a análise. Fundado em 1895, o jornal *Correio do Povo* nasceu proclamando-se como órgão de imprensa independente. Sob a direção família Caldas, cresceu e se consolidou, conquistando a hegemonia no mercado jornalístico regional. Porém, no final dos anos 1970, a empresa jornalística Caldas Júnior entrou em decadência e, em 1984, foi forçada a encerrar suas atividades. O jornal voltou a circular em 1986, mas sob nova gestão, findando de vez a era Caldas. Ao analisar a efeméride de aniversário, seguimos os rastros memorativos, procurando identificar, em especial, quais eram os personagens narrados e como eles eram retratados para celebrar a história do jornal. Desta forma, utilizamos a análise de narrativa como método de pesquisa, adotando um corpus de três edições comemorativas que correspondem ao décimo aniversário (1905), ao cinquentenário (1945) e aos oitenta anos (1975) do *Correio do Povo*. Nossa intenção foi averiguar a produção da memória sobre si a partir do ciclo do aniversário, abrangendo, então, o início, o auge e a decadência do jornal, observando os usos, abusos e manipulações da lembrança e do esquecimento. Percebemos que, conforme o período, o jornal utiliza-se de distintas estratégias narrativas, evocando valores tradicionais na edição mais antiga, celebrando antigos funcionários na comemoração dos cinquenta anos e, por fim, elaborando seu papel como observador da história na celebração dos oitenta anos. A narrativa de si aparece como uma forma de autoafirmação e legitimação das expectativas, funções e valores que o *Correio do Povo* pretendia legitimar frente à sociedade gaúcha.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Memória. Narrativas Jornalísticas. Comemoração de Aniversários. *Correio do Povo*. História da Imprensa Gaúcha.

## ABSTRACT

The relations between journalism and memory relate to the way the past is reconfigured by the texts produced in the scope of journalistic work. In this sense, the occasion of the anniversary, ritualistic ceremony, is the moment in which the need for reaffirmation of memory emerges with force: the newspaper celebrates its existence, putting itself in a prominent place. Considering, then, that journalism is not only an account of the present, but also operates multiple dimensions of time, this dissertation aims to comprehend how the *Correio do Povo* newspaper, in the period in which it was managed by Companhia Caldas Júnior (1895) - 1984), narratively constructs a memory of itself during the celebration of its birthday. In more detail, to achieve this main goal, we break the research into five specific objectives: to contextualize the history of *Correio do Povo* in the regional press; identify which characters are present in the narrative about the anniversary and how they are presented on the pages of *Correio do Povo*; to systematize what are the possible strategies and textual intentions of the narrator-journal when framing a memory of itself; to follow how the plot of the journalistic narratives on the event of the anniversary of *Correio do Povo* is developed and constructed; to verify how the notions of time and temporality are structured in the journalistic narratives of *Correio do Povo* about its own anniversary. To do this, we look at the anniversary issues over a nearly century-long uninterrupted trajectory of the diary, exploring the numbers multiples of ten as a reference for analysis. Founded in 1895, the newspaper *Correio do Povo* was born proclaiming itself as an independent press. Under the direction of the Caldas family, it grew and consolidated, conquering the hegemony in the regional journalistic market. However, in the late 1970s, the Caldas Júnior newspaper company fell into disrepair and, in 1984, was forced to shut down its activities. The newspaper returned to circulate in 1986, but under new management, finishing off the Caldas era. In analyzing the anniversary event, we followed the memorial traces, trying to identify, in particular, which characters were narrated and how they were portrayed to celebrate the history of the newspaper. In this way, we use narrative analysis as research method, adopting a corpus of three commemorative editions that correspond to the tenth anniversary (1905), the fiftieth anniversary (1945) and the eighty years (1975) of *Correio do Povo*. Our intention was to investigate the production of memory about itself from the anniversary cycle, thus covering the beginning, the peak and the decay of the newspaper, observing the uses, abuses and manipulations of memory and forgetfulness. We perceive that, according to the period, the newspaper uses different narrative strategies, evoking traditional values in the oldest edition, celebrating former officials in the celebration of fifty years and, finally, elaborating its role as observer of history in the celebration of the eighty years. The narrative of itself appears as a form of self-assertion and legitimation of the expectations, functions and values that *Correio do Povo* sought to legitimize to the gaucho society.

**Keywords:** Journalism. Memory. Journalistic Narratives. Anniversary Celebration. *Correio do Povo*. History of Newspaper in Rio Grande do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Capa da edição dos dez anos do Correio do Povo, 01/10/1905 .....	84
<b>Figura 2</b> - Coluna de Raul Falcão, capa da edição dos dez anos do <i>Correio do Povo</i> , 01/10/1905 .....	86
<b>Figura 3</b> - Capas das edições dos aniversários dos 30, 40 e 60 anos do Correio do Povo, evidenciando a predominância do retrato da Caldas Júnior .....	98
<b>Figura 4</b> - Correio do Povo, edição de 10 de outubro de 1945, p.2 .....	100
<b>Figura 5</b> - Correio do Povo, edição de 10 de outubro de 1945, p.3 .....	104
<b>Figura 6</b> - Correio do Povo, 01 de outubro de 1945, p.4.....	109
<b>Figura 7</b> - Capa dos dois encadernados especiais sobre os oitenta anos do jornal. ....	114
<b>Figura 8</b> - Edição do Vigésimo Aniversário do Correio do Povo, 01/10/1915 .....	116
<b>Figura 9</b> - Caderno dos 80 anos do Correio do Povo, 01/10/1975, páginas 2 a 3 .....	127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Lista dos presidentes-diretores do Correio do Povo até 1935 .....	67
<b>Quadro 2</b> - Sínteses das narrativas do décimo aniversário do Correio do Povo .....	96
<b>Quadro 3</b> - Lista de informações sobre os “Majores Amigos do Correio do Povo”, descritos na edição do cinquentenário do jornal .....	101
<b>Quadro 4</b> - Síntese das narrativas de memória do Correio do Povo no cinquentenário .....	111
<b>Quadro 5</b> - Publicidades do Correio do Povo no aniversário de oitenta anos.....	118
<b>Quadro 6</b> - Sínteses das narrativas no suplemento 80 anos do Correio do Povo .....	130
<b>Quadro 7</b> - Sínteses das narrativas do Caderno Especial.....	132
<b>Quadro 8</b> - Síntese da análise das três edições comemorativas do Correio do Povo .....	134

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 A MEMÓRIA NO JORNALISMO: ENTRE CAMADAS DE RECORDAÇÕES E ESQUECIMENTOS</b> .....	18
2.1 A FENOMENOLOGIA DA MEMÓRIA .....	19
2.2 MEMÓRIA E JORNALISMO: OS RITUAIS DE ANIVERSÁRIO .....	25
2.3 A COLETIVIDADE DA MEMÓRIA .....	34
2.4 JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA .....	39
2.5 NARRAR O TEMPO: A TRÍPLICE MIMESE DE RICOEUR .....	43
<b>3 CORREIO DO POVO: VERSÕES DO PASSADO DO JORNAL A PARTIR DOS SEUS TRAÇOS MEMORIAIS</b> .....	47
3.1. AS ORIGENS: A CONJUNTURA HISTÓRICA DO ANO DE FUNDAÇÃO .....	53
3.2. O CORREIO DO POVO SOB O COMANDO DA FAMÍLIA CALDAS .....	65
<b>4. A CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA: RECONSTRUÇÃO, ENQUADRAMENTO, USOS E ABUSOS DO ANIVERSÁRIO NAS PÁGINAS DO CORREIO DO POVO...</b>	75
4.1 PENSAR A MEMÓRIA A PARTIR DA NARRATIVA .....	76
4.2 O DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO CORREIO DO POVO: O INÍCIO DE UMA TRADIÇÃO .....	82
4.3 RECONSTRUÇÃO DO PASSADO: O CINQUENTENÁRIO DO CORREIO DO POVO .....	96
4.4 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA: OS OITENTA ANOS DO CORREIO DO POVO .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139

## 1. INTRODUÇÃO

As origens são sempre múltiplas. Podem ser explicadas de diferentes formas, conforme quem decide o que deve ser contado. Por isso é difícil pinçar um único ponto para demarcar o início desta dissertação, como ela surgiu e como se desenvolveu. A escolha de um tema de pesquisa, afinal de contas, não é uma decisão neutra, surgida de forma espontânea; pelo contrário, está vinculada ao sistema de valores e convicções do próprio pesquisador e também do meio no qual ele se insere. Mesmo assim, na tentativa de estabelecer uma espécie de retrospectiva sobre o processo de escrita, é possível traçar ao menos quais foram as principais motivações que garantiram concretude ao trabalho.

O meu interesse, enquanto pesquisador, pelo estudo da memória vinculada às narrativas jornalísticas nasceu da minha dupla formação – por ter concluído a graduação nos bacharelados de História e de Jornalismo, tentei desenvolver o começo da minha trajetória acadêmica a partir de uma perspectiva que abrangesse as duas áreas de conhecimento. Assim, quando escrevi a monografia de conclusão de curso na Comunicação Social, em 2011, decidi problematizar teoricamente a comparação, tantas vezes repetidas no meio jornalístico, que assemelha o trabalho dos repórteres com o ofício dos historiadores: o clichê de que o jornalista é um historiador do presente tinha, para mim, profundas implicações que diziam respeito à maneira como esses campos de saber constroem sentidos sobre o mundo.

Em 2016, no término da faculdade de História, utilizei como fonte de pesquisa os jornais *Correio do Povo* e *Última Hora*, na tentativa de entender como esses periódicos narraram as reações ao Golpe Civil-Militar de 1964. Naquele momento, a pesquisa documental em hemerotecas revelou-se uma operação instigante – folhear páginas de jornais antigos parecia ser uma maneira de mergulhar uma outra época, acompanhando como as notícias dos eventos que, depois, entrariam para a história oficial foram narradas no momento em que aconteciam.

Então, a partir das discussões feitas nos seminários de orientação da Profa. Dra. Cida Golin no grupo de pesquisa Laboratório de Edição, Cultura & Design (Lead) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), passei a refletir sobre os meus questionamentos iniciais e como eles poderiam ser refinados em uma perspectiva empírica. Nesses encontros, o meu foco de interesse começou a mudar para o problema da memória no jornalismo, ou seja, fui instigado a pensar como o jornal impresso articula narrativamente o tempo e constrói uma versão própria do passado. Na busca por novas leituras que abordassem

tal situação, eu me vi em um cruzamento de referenciais teóricos que ressoavam com a minha indagação inicial: operacionalizar uma pesquisa que percorresse a zona fronteira entre Comunicação e História.

Afinal de contas, autores como Halbwachs (2004) e Nora (1993) apresentavam a memória como um fenômeno social, coletivo, que evidencia relações de poder. O ato de lembrar é um jogo de adequações simbólicas, selecionando e hierarquizando os fragmentos do passado com o objetivo de atribuir sentidos a uma trajetória no tempo. Da mesma forma, a memória é construída a partir de uma narração do tempo: é preciso que haja um enredo capaz de atribuir sentido às recordações (RICOEUR, 2007). Assim, ao pensar em tais questões, pudemos vislumbrar que o jornalismo também possui uma dimensão memorialística que acaba sendo cíclica – periodicamente, pela força de uma efeméride, os jornais utilizam a marcação das datas para lembrar e narrar o passado a partir de parâmetros próprios da atividade jornalística. Nesse sentido, a concepção do aniversário emergiu como um problema a ser discutido dentro da confluência entre memória e jornalismo. Todos os anos os impressos, repetindo quase uma espécie de ritual, apresentam para os leitores uma narrativa de si, na busca por construir uma forma de autobiografia que entrelaça passado, presente e futuro.

O *Correio do Povo* despontou como objeto de pesquisa porque se mostrava como um jornal emblemático, sendo destacado na bibliografia como o impresso que inaugurou uma nova fase no jornalismo do Rio Grande do Sul. Diário de grande circulação, durante quase cem anos, conforme relata Galvani (1994), exerceu, sob a direção constante da família Caldas, uma influência considerável nos campos econômico, político e cultural do estado gaúcho. Em um levantamento preliminar, realizado nos arquivos do jornal, pudemos notar como o aniversário parecia ser uma forma de construção narrativa cujos temas repetiam-se de modo enfático. A imagem do fundador, Caldas Júnior, estava sempre presente, e o dever da memória (RICOEUR, 2007) parecia ser um pano de fundo para as comemorações do jornal. Uma memória contada para lembrar aos leitores por que o *Correio do Povo* era importante, merecia ser lido.

Então, nesse exercício contínuo de lembrança e recordação, encontramos o desenrolar de uma trama que precisava ser explorada, interpretada. A partir dessas edições de aniversário, acreditamos ser possível estudar uma parte específica da dinâmica da memória no jornalismo: a rememoração de si durante os ciclos dos aniversários, a cada dez anos.

O fenômeno jornalístico pode ser entendido por meio de diferentes abordagens, cada uma tentando apreender teoricamente uma parte de um todo maior. O jornalismo, enquanto conceito, é um termo multifacetado, e não existe um consenso universal que consiga dar conta de todas as suas particularidades. Para os propósitos desta dissertação, decidimos privilegiar o

enfoque que considera as maneiras a partir das quais o jornalismo constrói um modo específico de conhecimento sobre a realidade social.

Os jornais, afinal, produzem enunciados contínuos que tentam explicar as ocorrências do mundo. A prática jornalística resulta, nesse ponto de vista, na narração de fatos e histórias, atribuindo sentidos aos eventos ao colocar as coisas dentro de uma perspectiva, de uma ordem com uma sequência lógica. O jornalismo, contudo, evita contar histórias no sentido do senso comum; na realidade, ele tenta se posicionar como um observador autorizado a narrar a sucessão de incidentes, conexões e ordenamentos que podem ser feitos sobre o cotidiano. O relato encadeado de situações configura uma trama coerente, inteligível: constrói uma narração, portanto. A partir do paradigma narrativo, identificamos no jornalismo o caráter temporal associado também à memória, pois a narrativa jornalística opera um conjunto de mecanismos que desenvolvem uma ação no tempo.

Porém, nos estudos contemporâneos sobre memória, apesar do caráter narrativo dos textos jornalísticos – e a narrativa, como se verá ao longo do trabalho, molda a memória - o papel do jornalismo tem sido negligenciado (ZELIZER, 2014). Ainda que seja um lugar comum comentar que o jornalismo realiza um primeiro rascunho da história, pouca atenção foi dada ao modo como os jornais reescrevem constantemente o passado a partir de datas comemorativas. Isso, por si só, nos motivou a pensar sobre os modos como o jornalismo operacionaliza a lembrança e as recordações. Percebemos, assim, que os jornais não criam uma memória qualquer, como se fosse uma lembrança difusa do passado – o jornalismo opera sob um contrato de comunicação e, por isso, tem a obrigação de assegurar que aquilo que está sendo narrado possui autenticidade. De antemão, a expectativa do público leitor é que não seja um relato ficcional. Os jornais precisam apresentar provas do que aconteceu.

Tendo como base tais considerações, ao observar a maneira como o aniversário transformou-se em um tema frequente para a memória dos jornais, percebemos determinadas recorrências: nessas ocasiões a capa do jornal, espaço privilegiado do impresso, em vez de apresentar uma grande manchete, pausa a dinâmica normal da prática jornalística para a celebração da efeméride. As múltiplas temporalidades que se manifestam nas comemorações: os jornais constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas. A celebração do aniversário parece constituir um esforço de legitimação, uma tentativa de referendar, pela via da memória, o que o jornal é no presente.

O *Correio do Povo*, sendo um jornal paradigmático no âmbito do Rio Grande do Sul, atravessou várias décadas, chegando ao ponto de receber as homenagens dos maiores representantes da sociedade gaúcha a cada novo aniversário (GALVANI, 1994, p.536). Por

isso, ele se mostra como um jornal que precisava reafirmar regularmente um discurso institucional, ou melhor, uma memória de si, até para poder justificar essa hegemonia construída historicamente. Optamos também por estudar um jornal impresso porque a materialidade das folhas de papel ainda evoca uma espécie de caráter documental com uma carga simbólica maior do que nos outros meios de comunicação. A forma impressa foi a primeira configuração do jornalismo, e o meio estabelece seus sentidos de leitura e, portanto, de memória.

Partimos, então, do pressuposto que o jornalismo constitui uma narrativa sobre a realidade, uma forma de conhecimento que opera múltiplas temporalidades. Ao reconhecer a dimensão de tal fenômeno, acreditamos ser possível analisar como um fato do passado ganha destaque nas páginas dos jornais e continua repercutindo em diferentes décadas. No caso das efemérides e, em especial, dos aniversários, esse esforço de lembrança é ainda mais explícito: o jornal realiza, de maneira cíclica, um enquadramento da memória (POLLAK, 1992). A data do aniversário, nesse sentido, assume um caráter ritualístico, um ponto de tradição incontornável para as empresas jornalísticas.

A partir dessas constatações preliminares, desenvolvidas ao longo da dissertação, nosso esforço de análise foi centralizado nos casos concretos das edições dos dez anos, do cinquentenário e dos oitenta anos do jornal, tentando, desse modo, abordar os seguintes pontos de investigação: a partir de quais estratégias textuais o diário estabeleceu uma valorização da sua trajetória ao longo das diferentes décadas? Que formas de enredo estão configuradas nessas memórias do jornal? Quem são os personagens e os protagonistas que aparecem nas lógicas narrativas de rememoração do aniversário? Quem são os agentes narradores que estruturam a memória sobre o passado do *Correio do Povo*? Quais são os enquadramentos de memória realizados em cada edição de aniversário e como eles são apresentados no *Correio do Povo*?

Como objetivo geral da pesquisa, pretendemos compreender, portanto, como o jornal *Correio do Povo* reconfigura o seu passado a partir da efeméride do aniversário e, assim, constrói narrativamente uma memória sobre si. Tal questionamento foi desmembrado e esmiuçado tendo por base os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar a história do *Correio do Povo* como um jornal de prestígio e influência na imprensa regional;
- Identificar quais são os personagens presentes na narrativa sobre o aniversário e como eles são apresentados nas páginas do *Correio do Povo*;

- Sistematizar quais são as possíveis estratégias e intenções textuais do narrador-jornal ao enquadrar uma memória de si;
- Acompanhar como o enredo das narrativas jornalísticas sobre a efeméride do aniversário do *Correio do Povo* é desenvolvido e construído a cada dez anos;
- Verificar como as noções de tempo e temporalidade são estruturadas nas narrativas jornalísticas do *Correio do Povo* sobre seu próprio aniversário;

Na busca por respostas a essas inquietações, adotamos a análise da narrativa (MOTTA, 2013), escolha metodológica que julgamos ser eficaz para a compreensão da dinâmica das edições comemorativas de aniversário, tendo em vista que o ato de lembrar envolve sempre uma narração (RICOEUR, 2007). Além disso, apesar de termos feito um levantamento de todas as edições de aniversário múltiplas de dez - ou seja, abrangendo os anos de 1905, 1915, 1925, 1935, 1945, 1955, 1965 e 1975 – nosso foco da análise está centrado no décimo aniversário, no cinquentenário e no aniversário de oitenta anos. Isso porque o contraste entre as edições de períodos mais afastados permite observar melhor repetições e esquecimentos. A escala de tempo amplifica os fenômenos. Como hipótese, pudemos considerar que, no início de sua história, o *Correio do Povo* precisa construir uma tradição sobre si, pois suas bases de legitimação, por assim dizer, ainda não estão solidificadas perante o público leitor. No final da sua vida sob o comando da família Caldas, porém, temos a impressão de que a comemoração de aniversário está firmemente consolidada no jornal e, assim, passa a ser uma celebração que extrapola os limites do diário, já que se trata de um evento repetitivo, atravessando gerações de leitores. As condições de produção e de distribuição do impresso são diferentes a cada década, envolvendo especificidades distintas e relações de poder que se modificam com o passar dos anos.

A dissertação está constituída, então, por três capítulos, que se complementam em um percurso que parte das reflexões teóricas para a análise instrumental. Em um primeiro momento, com o intuito de aprofundar as discussões sobre o tema, pretendemos problematizar minuciosamente a problemática da memória dentro do jornalismo. No caso das efemérides e, em especial, dos aniversários, esse esforço de lembrança é ainda mais explícito: o jornal transforma-se, de maneira cíclica, em um lugar de comemoração. Por meio desses marcadores temporais, os jornais, enquanto instituição, refazem uma trajetória de si, enquadrando memórias coletivas de modo a permitir que o público leitor os situe dentro de um contexto histórico. O jornalismo, portanto, cristaliza determinadas recordações, guiando-se por

particularidades que são próprias do campo jornalístico. Tais questões são abordadas neste primeiro capítulo.

No segundo, tentamos construir o nosso objeto de estudo – o *Correio do Povo* – a partir de uma crítica historiográfica, buscando entender a atuação desse periódico ao longo do século XX. Trabalhando com a revisão bibliográfica, procuramos, assim, contextualizar a história do *Correio do Povo* como um jornal de prestígio e influência na imprensa regional. A proposta, portanto, não é realizar um juízo de valor sobre as qualidades ou defeitos do diário, mas sim procurar compreender alguns fatos sobre a atuação desse veículo de imprensa, tendo como fontes os relatos de colaboradores, jornalistas e mesmo do proprietário do jornal – versões sobre o passado do *Correio do Povo* que estão inscritos em livros e biografias. A ideia, desse modo, é criar um quadro complexo das relações do impresso em cada momento da história, levando também em consideração as transformações tecnológicas e midiáticas.

Por fim, no terceiro capítulo, feita a construção da trajetória particular do *Correio do Povo*, a pesquisa é afunilada para investigar a amostra que determinamos preliminarmente. Iniciamos a análise com a exposição e justificativa das nossas propostas metodológicas, que têm, como principal aporte, as contribuições do filósofo Paul Ricoeur (1994) na obra *Tempo e narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento*. A hermenêutica da Tríplice Mimese, a fenomenologia da memória e a constituição da intriga abrem a possibilidade de explorar a produção do aniversário no jornal a partir de seus traços mnemônicos. Elencamos, como fio condutor do estudo, as narrativas que fazem menção explícita ao aniversário, num esforço de celebrar o seu próprio passado. Foram priorizados, portanto, os textos que tentam estabelecer uma distinção simbólica, narrando o que o jornal foi e como ele continua a existir em relação a uma referência de origem: a fundação do impresso.

O *Correio do Povo*, além disso, por ser uma publicação centenária, já foi objeto de estudo de múltiplos trabalhos acadêmicos, dentre teses, dissertações e monografias – principalmente na área da historiografia. A longevidade do jornal potencializou seu uso como fonte histórica de distintos períodos do século XX. Diferentes pesquisas abordaram situações específicas encontradas nas páginas do periódico, como, por exemplo, a cobertura do *Correio do Povo* sobre a Guerra Civil Espanhola (FRAGA, 2004), as notícias publicadas a respeito da política externa independente do governo João Goulart (DOMINGOS, 2009) ou a questão do sufrágio feminino sob a ótica do jornal (KARAWEJCZYK, 2008). Contudo, esses estudos realizaram recortes temporais que abrangem intervalos relativamente curtos de tempo – alguns meses ou anos. Eles não se propõem a investigar em uma perspectiva de longa duração, até porque seus enfoques abarcam momentos particulares no passado desse diário.

Assim, uma das dificuldades para a realização desta pesquisa foi que ainda não existem trabalhos acadêmicos que problematizem especificamente o *Correio do Povo* dentro de um contexto jornalístico amplo, atravessando todo o século XX. Seria necessário um estudo que ressaltasse as transformações pelas quais o jornal passou quando confrontado com as mudanças do jornalismo em nível regional e nacional. Apesar disso, o livro *Indústrias de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*, de Virgínia Fonseca, traz uma série de indícios sobre o panorama do jornalismo no Rio Grande do Sul que são imprescindíveis para compreender a conjuntura do *Correio do Povo* enquanto uma empresa jornalística. A publicação é o resultado da tese de doutorado da autora - defendida em 2005 no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – cujo título é *O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. O *Correio do Povo*, ainda que não seja o objeto central da pesquisa, é apresentado como uma publicação que se desenvolvia aos moldes de uma empresa de comunicação capitalista, acompanhando o processo de industrialização do país, mas que, ao mesmo tempo, ainda mantinha um grau de politização mais explícito nas editoriais.

Ao fazer um primeiro levantamento em bancos de teses e dissertações, não foi possível encontrar um trabalho que analisasse os aniversários do *Correio do Povo*. Isso, por si só, reforça o caráter de ineditismo e a relevância desta pesquisa. Porém, em uma linha parecida, já existem estudos no campo da comunicação que tratam do fenômeno das edições comemorativas no jornalismo.

Dentre estes, cabe destacar a tese de doutorado *Comunicação, Tempo, História: Tecendo o Cotidiano em fios jornalísticos*, de Letícia Cantarela Matheus. Defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, a pesquisa investiga a relação do jornalismo com as noções de passado, presente e futuro, buscando compreender como as narrativas jornalísticas contribuem para a percepção social do tempo. Para isso, a autora analisa três jornais centenários da cidade do Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, *O Fluminense* e *Jornal do Brasil*. Os suportes narrativos que a pesquisadora identifica no discurso dessas celebrações foram de grande relevância para a realização desta pesquisa.

A dissertação de mestrado *Jornalismo e ressignificação do passado: Os fatos históricos nas notícias de hoje*, de Eliza Bacheга Casadei, também se debruça sobre o tema. Apresentado em 2010 no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Artes e Comunicação da Universidade de São Paulo, o trabalho estuda as formas pelas quais o jornalismo, ao utilizar o recurso à história, sistematiza os eventos do passado, erguendo quadros

de significação. Além disso, a pesquisa sistematiza um profundo apanhado teórico, articulando autores da historiografia e da análise do discurso.

Quanto à questão da memória no jornalismo e os processos que envolvem a rememoração de eventos considerados históricos, destacamos a tese de doutorado *A construção do acontecimento histórico: O discurso de O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*, de Lidiane Santos de Lima Pinheiro. A pesquisa, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, selecionou um episódio histórico – a Guerra de Canudos, no sertão baiano – e analisou como o jornal *O Estado de São Paulo*, que havia noticiado esse conflito no momento em que ele ocorria, rememorou aquele acontecimento cem anos depois.

Da mesma forma, existem estudos que procuram compreender como a escrita do passado é realizada na mídia e, em particular, no jornalismo. Na área da história, a tese de Sonia Maria de Meneses Silva, intitulada *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*, aprofunda essa questão, ao demonstrar que a reflexão sobre o passado organizada pela mídia na forma de notícias e reportagem possui características próprias, distintas da escrita convencional da história.

Outro trabalho relevante, que subsidiou as reflexões da nossa pesquisa, é a dissertação *O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'*, de André Bonsanto Dias. Defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a investigação do autor esmiúça mais de meio século da trajetória do jornal *Folha de São Paulo*, partindo de um recurso metodológico parecido com o deste estudo: a análise das efemérides jornalísticas do acontecimento “golpe militar de 1964” a cada dez anos, tendo como recorte final o ponto em que o termo *ditabranda* foi cunhado pelo periódico.

Por fim, cabe ressaltar que este estudo está inserido na sucessão de trabalhos sobre a temática do jornalismo cultural e memória desenvolvidos na linha de Jornalismo e Produção Editorial do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da Profa. Dra. Cida Golin. Tais pesquisas concentram-se no núcleo de Estudos em Jornalismo e Publicações Culturais do Laboratório de Edição, Cultura e Design (LEAD), registrado no CNPq. Dentre essas pesquisas, algumas utilizaram o *Correio do Povo* como objeto empírico de análise.

A dissertação de mestrado de Ana Laura Freitas, *A formação do gosto musical na crítica jornalística de Herbert Caro no Correio do Povo (1968-1980): da torre de marfim ao*

*rés de chão*, defendida em 2011, reconstrói a trajetória da coluna musical de Herbet Caro. Da mesma forma, o trabalho de Mariana Sirena, *O circuito artístico de Porto Alegre na década de 1950 a partir do jornalismo: análise da coluna Notas de Arte, de Aldo Obino*, apresentado em 2014, evidencia também que *Correio do Povo* se consolidou, durante anos, como um espaço privilegiado para a intelectualidade local, que se expressava nas páginas do diário.

A dissertação de mestrado de Everton Cardoso, *Enciclopédia para formar leitores: a cultura na gênese do Caderno de Sábado do Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1969)*, apresentada em 2009, estuda quais são as noções de cultura abordadas por este veículo de comunicação. Cardoso (2016) posteriormente defendeu a tese de doutorado *O suplemento cultural como rede de relações: Os intelectuais no Caderno de Sábado do jornal Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1981)*, na qual investiga a dinâmica de consagração desse jornal, enfatizando os modos como ele participa da construção do campo intelectual no Rio Grande do Sul. Além disso, cabe mencionar a dissertação de Roberto Maciel Jacobus, intitulada *Um nobre bufão no reino da grande imprensa: a construção da personagem Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário A Manhã (1926-1935)*. Defendida em 2010, a pesquisa entrelaça história e jornalismo ao analisar como o personagem Barão de Itararé, encarnado pelo jornalista Aparício Torelly, foi sendo narrativamente construído nas coleções do jornal *A Manhã*, publicação humorística do Rio de Janeiro.

O estudo aqui apresentado sobre os aniversários do *Correio do Povo* também está articulado ao projeto de pesquisa em andamento *Jornalismo, memória e cidade: estudo do suplemento Cultura de Zero Hora (2011-2014)*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cida Golin.

A pesquisa procura, enfim, contribuir com os estudos sobre história da imprensa no Rio Grande do Sul, que ainda é repleta de lacunas. Os trabalhos de pesquisa nessa área costumam ser fragmentados, presos, como vimos, em períodos específicos. Ao problematizar um único impresso numa perspectiva de duração prolongada, acreditamos que seja possível explorar como o jornal modifica suas narrativas, construindo sua legitimidade por meio da memória que carrega sobre si.

## 2 A MEMÓRIA NO JORNALISMO: ENTRE CAMADAS DE RECORDAÇÕES E ESQUECIMENTOS

A memória, o ato de lembrar algo, é uma temática que suscita uma série de reflexões. É uma questão que põe em evidência inquietações, problemáticas sobre como o passado é relembrado, como as recordações são construídas e por quais motivos certos acontecimentos são lembrados enquanto outros caem no esquecimento. Existe, portanto, um universo de possibilidades na abordagem da memória, um campo de estudos atravessado pelas mais diversas análises e disciplinas acadêmicas. Ao perceber essas relações extremamente complexas, emaranhadas, precisamos, antes mesmo de começar a abordar o caso específico do *Correio do Povo*, articular como o tema da memória é trabalhado ao longo desta dissertação. Neste capítulo, a linha de raciocínio pauta-se pelo rigor de demonstrar que a memória enquadrada dentro do ritual comemorativo de aniversário dos jornais é a perspectiva teórica que nos ilumina para pensar o objeto deste trabalho.

Para isso, o caminho percorrido nas próximas páginas destrincha as correlações entre fenômenos distintos, mas que se encadeiam durante a investigação do nosso objeto: o jornalismo, a memória e, por fim, a comemoração que, na nossa abordagem, é retomada de forma cíclica, em períodos de dez anos. Então, a preocupação maior deste capítulo é aprofundar, problematizar as características da memória, os embates pela legitimação de um passado, a efervescência de um momento de celebração de aniversário para os jornais, situação marcada por tensionamentos e pelo dever de rememorar. Nesse sentido, a demarcação de como compreendemos o jornalismo - uma forma, ou melhor, um contrato específico de comunicação (CHARAUDEAU, 2010), diga-se de passagem - é um passo decisivo no percurso para investigar de que forma os jornais, nas edições comemorativas múltiplas de dez anos, estruturam sua própria trajetória e, assim, reatualizam o seu passado. Tentando fugir de explicações reducionistas, que consideram a memória como um simples resgate do que aconteceu, nossa intenção é refletir sobre quais os elementos estão presentes nessas recordações de aniversário, nesse processo de lembrar e comemorar. Dito de outra forma, o objetivo é abordar a dinâmica, as especificidades desse movimento mnemônico que, num jornal impresso, permite representar, ressignificar uma efeméride por meio de um ritual de autoafirmação.

O fato, aliás, de escolhermos o jornalismo diário impresso no lugar de outras modalidades - como telejornais e jornais radiofônicos, por exemplo - deve-se a dois fatores principais: primeiro, a imprensa é o veículo que originou a atividade jornalística. O

entendimento coletivo sobre o que é o jornalismo ainda é tributário dessa materialidade do papel: basta pensar em nomes como manchetes, destaques, boletins, edições especiais e assim por diante. Sua trajetória histórica, portanto, é evidentemente maior; na verdade, no caso do Brasil, somente a partir da tipografia é que se pode justificar o uso do termo jornalismo como um meio de divulgação coletiva de informações (ROMANCINI, LAGO, 2007, p.13). Ainda que as diferentes mídias desenvolvidas ao longo do século XX - rádio, cinema, TV e internet, para citar as principais - tenham provocado significativas mudanças nas práticas jornalísticas, acelerando inclusive o ritmo da vida cotidiana, o fato é que o impacto cultural da imprensa periódica é duradouro. A introdução de novos meios de comunicação não faz com que os antigos sejam abandonados. Além disso, os próprios jornais impressos são, na realidade, o resultado de uma disputa, de um processo histórico por legitimidade que se desencadeou, nos lugares onde a imprensa jornalística surgiu, sempre dentro de sistemas comunicacionais em constante mutação (BRIGGS; BURKE, 2004, p.17).

O segundo motivo diz respeito à questão de que a Companhia Jornalística Caldas Júnior, responsável pelo *Correio do Povo*, foi estabelecida a partir desse jornal impresso. Mesmo que tenha criado outros empreendimentos de comunicação, o *Correio do Povo* antecedeu todos os demais, influenciando na linha editorial da empresa e, por consequência, na própria maneira de celebrar a memória da organização. Poderíamos analisar a comemoração de aniversário na *Folha da Tarde*, por exemplo, veículo que também pertencia ao grupo Caldas Júnior, mas a relevância do *Correio do Povo* como o periódico original, o mais longevo da instituição, reafirma sua característica de distinção e notoriedade enquanto objeto de pesquisa desta dissertação.

## 2.1 A FENOMENOLOGIA DA MEMÓRIA

Estudar o jornalismo a partir de uma perspectiva histórica é uma empreitada acadêmica que impõe algumas ponderações iniciais. Afinal de contas, um trabalho que se pretende interdisciplinar, articulando as relações entre jornalismo, história e memória, corre o risco de confundir ou banalizar os conceitos de forma ingênua, sem maiores problematizações. Nesse ponto, é necessário fazer uma distinção: para o senso comum, memória e história confundem-se, sendo tratadas quase como sinônimos; porém, no fundo, designam fenômenos bastante diversos. Embora ambos tenham o passado como um ponto de referência, a história tenta reconstruir os períodos anteriores a partir de uma perspectiva problemática e, portanto, sempre incompleta, enquanto a memória estabelece um elo afetivo com o presente, alimentando-se de

lembranças por vezes vagas e fragmentadas. Em síntese, a história só conhece o relativo, pois é uma operação intelectual que exige análise crítica; a memória, contudo, procura ser absoluta e não se preocupa em assimilar detalhes que a confrontem (NORA, 1993, p.3).

Ao mesmo tempo, porém, é difícil estabelecer uma divisão completa entre a história e a memória. O filósofo Paul Ricoeur (2007, p.103), ao comentar o texto de Pierre Nora sobre comemorações, argumenta que tal dissociação absoluta é impossível porque, de certa forma, a história também é uma memória verificada. Isso quer dizer que o trabalho historiográfico consiste em estabelecer a análise e a crítica dos testemunhos ou documentos do passado. A história, desse modo, confere um estatuto de autenticidade a uma determinada memória. Trata-se de uma relação intrínseca: a memória é a base, o pano de fundo do método da história científica, que, por sua vez, precisa examinar criticamente os testemunhos ou documentos deixados pelo passado.

Por isso, ao proceder uma investigação sobre o passado da imprensa dentro do campo da comunicação, é imprescindível alertar que o objetivo “não é necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise” (BARBOSA, 2005, p. 53). Isso difere, portanto, da lógica tradicional do historiador que trabalha com a imprensa, pois seu método de pesquisa tende a priorizar a apreensão de uma conjuntura histórica – isso é, o contexto social, político e econômico em um dado período – enquanto os periódicos surgem em segundo plano da análise. No nosso caso, como pesquisadores da área de comunicação, a centralidade é o fenômeno jornalístico, ou seja, “não são os jornais pura e simplesmente, mas os processos complexos que destacam práticas humanas na relação com os meios” (BARBOSA, 2013, p. 5).

O ato de recordar, por sua vez, pode ter múltiplas conotações, podendo ser interpretado dentro de uma esfera psicológica – o indivíduo que sente nostalgia da infância, por exemplo – ou por um viés social, como as celebrações de datas consideradas históricas por toda uma nação. Cabe destacar, então, que a memória é um exercício de poder simbólico<sup>1</sup>, entendido na concepção de Bourdieu (2003). A memória está vinculada ao poder, ela não pode ser dissociada dos mecanismos de controle e dominação que alguns grupos conseguem exercer sobre outros. Afinal, definir o que deve ser lembrado e o que precisará ser esquecido envolve uma disputa de registros. Le Goff (2003, p.419) salienta que a memória possui, como qualidade específica,

---

<sup>1</sup>Bourdieu define o poder simbólico como uma espécie de esfera de reconhecimento, ou seja, "é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2003, p.188). Então, ele não é exercido no plano da força física, mas sim na dimensão dos sentidos, de como algo é percebido socialmente.

a capacidade de conservar certas informações ou impressões do passado que são fundamentais para a coesão de uma identidade, seja coletiva ou individual.

A definição mais usual considera a memória como um mecanismo de catalogação e apreensão de experiências e conhecimentos, evitando que se percam no tempo. Isso não significa, porém, que o esquecimento possa ser concebido como o mero oposto da memória. Na realidade, são dois elementos indissociáveis. Para lembrar, é preciso esquecer – esta é a dialética da memória (RICOEUR, 2007). Seria impossível guardar todos os detalhes dos acontecimentos passados, pois a nossa própria percepção da realidade é limitada. A existência é constituída por tantas complexidades, tantas variáveis, que se torna inviável tentar dar conta da totalidade – o pensamento humano exige generalizações. Por isso, qualquer reconstituição do passado é sempre incompleta – um único relato é incapaz de abranger as múltiplas dimensões e desdobramentos sobre o que aconteceu.

Aliás, sobre essa correlação entre lembrar e esquecer, Paul Ricoeur (2007) também distingue uma tipologia do esquecimento, demonstrando as diversas possibilidades dos usos e abusos da memória. A partir da fenomenologia, Ricoeur parte de um movimento que questiona os dois principais mecanismos da lembrança: primeiro, estabelece “de que se lembra” para, depois, articular “de quem é a memória”. Tal distinção traz outra contribuição teórica importante porque também posiciona a memória como fenômeno distinto da imaginação. Lembrar, portanto, é uma tentativa de voltar para uma realidade anterior tal como ela supostamente aconteceu, mantendo uma verossimilhança que busca ultrapassar o campo da ficção, do fantástico ou do irreal (RICOEUR, 2007, p.26). Ainda que tenham traços em comum, pois tanto a imaginação quanto a memória operam a partir da presença de algo ausente, que não se manifesta fisicamente, a separação está expressa: a primeira é livre para suspender qualquer suposição de realidade; a segunda, no entanto, só pode se fixar em uma ideia de real pretérito.

Seguindo os passos da fenomenologia, Ricoeur (2007) propõe que o exercício da memória, quando ocorre de maneira abusiva ou utilitária, ramifica-se em três categorias caracterizadas por distintos níveis: a memória impedida (em seu nível patológico ou terapêutico); a memória manipulada (nível prático, relacionado à reafirmação de identidade); por fim, uma memória obrigada (nível ético-político), quando é excessivamente comandada e convocada. Tal separação dos conceitos, a propósito, auxilia a pensar o modo como o jornalismo instrumentaliza a memória em seus diferentes aniversários, algo que será explorado de forma aprofundada no capítulo de análise. Por ora, para explicitar melhor as definições, cabe destacar que Ricoeur (2007) elabora, nas suas reflexões, um diálogo com as ideias de Freud a

respeito do trauma, de uma necessidade compulsiva por rememorar ou inibir determinada lembrança, ainda mais quando for um evento perturbador do passado.

Se, na escala individual, essa discussão reflete-se na forma de um luto reprimido, uma situação em que a pessoa não consegue superar certa angústia, precisando, assim, da ajuda de um analista ou terapeuta, a memória impedida também ocorre na esfera coletiva. Afinal, existe uma miríade de situações históricas que envolvem conflitos entre comunidades, opondo vencedores e vencidos, memórias que são, portanto, celebradas como vitórias e memórias que são negligenciadas, já que representam derrotas, frustrações.

Da mesma maneira, a noção de uma memória manipulada posiciona, no centro da discussão teórica, a problemática de uma identidade coletiva, de uma representação que seja comum e, ao mesmo tempo, autorizada pelos detentores do poder. Nesse sentido, a memória opera como um discurso justificador, impedindo maiores questionamentos ao que já está legitimado - além disso, ela se manifesta conforme é narrada. O desenrolar de uma trama, apresentando causas e consequências do passado, permite os recursos convenientes para tal manipulação. A força da narrativa, ao selecionar e hierarquizar a maneira como a história é contada, oferece os meios para enquadrar e manejar as lembranças, sobretudo aquelas que são comemoradas de maneira pública. “A memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum” (RICOEUR, 2007, p. 98).

O aniversário do jornal, em grande medida, parece ser celebrado desse modo. A memória, instigada pela efeméride do nascimento, da fundação, é instrumentalizada para legitimar uma dada ideia de unidade do jornal, que permaneceria o mesmo ao longo do tempo. A necessidade da memorização constante convencionada inclusive o modo como as comemorações são realizadas: por isso, é possível notar uma relevante correlação entre o ato de memorizar, rememorar e comemorar, vínculo que será explorado ao longo desta dissertação. A memória manipulada transforma-se, assim, em um passado oficial, autorizado, que deve ser ensinado e comemorado por todos de uma mesma comunidade - é quase uma memória-hábito, um elogio incondicional ao passado que, pelo ímpeto da repetição, tenta se defender a todo tipo de críticas.

Por fim, o terceiro abuso, segundo a investigação ricoeuriana, emerge na camada ético-política da memória, ou seja, quando existe um dever explícito de memória, uma obrigação de lembrar que é requerida por determinadas circunstâncias históricas (RICOEUR, 2007, p.99). A questão central nessa forma de moldar a memória está ligada, então, a uma demanda moral, a uma espécie de ressarcimento para aqueles que nos antecederam: "pagar a dívida, diremos, mas

também submeter a herança a inventário" (RICOEUR, 2007, p. 101). É uma imposição carregada de ambiguidades, pois se sustenta na permanente tensão entre o que seria um uso justo do passado, por assim dizer, e o abuso da memória em um nível de manipulação escancarada. Realidades traumatizantes ou exemplares são narradas para extrair dessas lembranças um modelo a ser seguido ou rechaçado, dependendo da situação. Assim configurada, tal dever converte a memória em um projeto de futuro.

A busca ativa pela recordação, portanto, não ocorre de forma espontânea - na verdade, ainda seguindo a perspectiva de Ricoeur (2007), é importante realizar mais uma distinção, para que os termos não se embaralhem em uma desordem conceitual. Há uma diferença crucial, apontada tanto por Catroga (2001) quanto por Candau (2016), que especifica três modalidades da memória: a proto-memória (*mneme*), a memória propriamente dita e a meta-memória. A primeira acepção refere-se a algo que se produz logo após a passagem do tempo - é o ato de evocar uma lembrança de maneira passiva, o automatismo de hábitos e gestos presentes, por exemplo, quando alguém lê um livro e reconhece os significados das palavras e letras encobertas no papel.

Por sua vez, as duas últimas dimensões recobrem a noção de *anamnesis*, isso é, remetem a uma busca ativa pela recordação e reconhecimento, um esforço que constrói, a partir do passado, formas de identidade e distinção (CATROGA, 2001, p.15). São, por isso, evocações deliberadas. O que as separa é um grau de espontaneidade, de fluidez: enquanto a memória propriamente dita é uma faculdade inerente ao ato de lembrar - é, dentre outros elementos similares, a memoração de saberes, crenças, sentimentos e sensações -, a metamemória acentua as características da chamada memória histórica ou coletiva. É a representação e a reprodução de como um indivíduo ou grupo reivindica e estabelece seu passado.

Então, como estamos trabalhando com a memória de um jornal, de uma empresa jornalística que celebra continuamente sua trajetória no tempo, o termo que melhor auxilia a compreender nosso objeto é a noção de metamemória. As edições comemorativas de aniversário do *Correio do Povo*, em certo sentido, são herdeiras dessa operação de *anamnesis*, isso é, uma luta voluntária contra o esquecimento. É esta vontade de memória que está presente nas edições de aniversário: o jornal produz uma rememoração supostamente comum a todos que trabalham ou trabalharam no veículo de comunicação. Tal compartilhamento de lembranças representa, portanto, uma evocação do que pode ser definido como memória coletiva, fenômeno que, aliás, não é sinônimo de memória social, como comumente acontece em discussões com menor rigor teórico.

Daí ser importante precisar melhor as diferenças e os laços existentes entre conceitos como *memória social* e *memória colectiva*. Na tradição durkheimiana, elas carregam a distinção entre sociedade e sociedades: enquanto a primeira se supõe ser uma criação social espontânea e eterna, a segunda refere-se ao modo concreto e histórico como os vários grupos constroem e transmitem o passado comum. Deste modo, as memórias colectivas, com as suas pluralidades muitas vezes irredutíveis, increvem-se na memória social, fundo matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a génese de novas memórias colectivas e históricas (CATROGA, 2001, p.19)

Por memória coletiva, entende-se, assim, a construção do percurso histórico de uma coletividade por meio de um projeto consciente, quer dizer, por meio de uma meta-memória. Isto posto, convém sublinhar também que a memória possui ainda um carácter objetual na medida em que sempre nos recordamos de algo - ela visa a um objeto determinado (RICOEUR, 2007). Ainda que comportando as possibilidades de manipulação, obrigação, disfunções e deficiências das lembranças, a memória ainda é, por excelência, a capacidade primordial que possibilita conservar determinadas informações através do tempo. Contudo, também é imprescindível distinguir que a memória, enquanto capacidade e efetivação, está no singular, ao passo em que as lembranças ou recordações são múltiplas, variáveis e, por isso, estão no plural.

Em vista disso é que se pode dizer: as recordações são fragmentos parciais, lampejos do que já foi um todo vivo. Ou seja, o ato de rememorar, de criar uma memória, implica um esforço contínuo de seleção (RICOEUR, 2007, p.455). As nuances da memória também são esmaecidas com o passar do tempo. Mesmo no plano individual, é preciso considerar que as lembranças de grande parte das experiências cotidianas são rapidamente esquecidas.

Toda memória transmuta experiência, destila o passado em vez de simplesmente refleti-lo. De tudo o que é exibido no meio ambiente, recordamos apenas uma pequena fração daquilo que nos é impingido. Assim a memória filtra novamente o que a percepção já havia filtrado, deixando-nos somente fragmentos dos fragmentos do que inicialmente estava exposto (LOWETHAL, 1998, p.94)

Nesse sentido, as operações memorialísticas acabam se empenhando em reconstruir do passado aquilo que melhor convém às expectativas e anseios do presente. A memória é moldada por quem dispõe dos meios para sua difusão. Com esse objetivo, são escolhidos aqueles que estão autorizados a falar, que têm a capacidade de organizar, sistematizar, hierarquizar o passado. A questão da memória, portanto, desponta na problemática sobre a comunicação, mesmo que realizada de maneira preliminar, tangencial: um possível

questionamento, inspirado nessa perspectiva, poderia ser “quem”(controle) lembra o quê (conteúdo) e para quem (audiência), em que canal e com que efeitos<sup>2</sup>.

## 2.2 MEMÓRIA E JORNALISMO: OS RITUAIS DE ANIVERSÁRIO

Não existe consenso absoluto em torno da definição sobre o que é jornalismo. De fato, ao delimitar o termo sob a luz de uma determinada teoria, algumas características do fenômeno jornalístico são iluminadas, enquanto outras acabam obscurecidas. Diferentes comunidades interpretativas<sup>3</sup> podem atribuir sentidos distintos ao jornalismo conforme, por exemplo, os tipos de notícias que estão sendo referenciados, o meio de comunicação analisado ou mesmo a tecnologia pesquisada. Basta pensar nas ramificações da palavra, como telejornalismo, radiojornalismo, ciberjornalismo e assim por diante. A própria ideia de jornalismo abrange, por si só, conceitos que dizem respeito à prática, à profissão e à instituição jornalística. Trata-se, então, de uma expressão que engloba o amplo leque de atividades associadas à criação e à divulgação de notícias, provocando, assim, um tensionamento constante nas fronteiras que delimitam o conceito (ZELIZER, 2004). Ou seja, em síntese, é um termo polissêmico, multivalente – por isso mesmo, diante dessa multiplicidade de definições, forma como o conceito é tratado neste trabalho precisa ser esclarecida.

Este estudo centraliza-se, cabe reforçar, nas condições nas quais determinada memória emerge dentro do jornal impresso. O enfoque privilegiado na nossa análise é o texto jornalístico, isso é, a ênfase está nas composições textuais que ocupam as páginas do *Correio do Povo* e que tragam referências à comemoração de aniversário do jornal. O recorte, portanto, implica que o material analisado diga respeito ao modo como o próprio *Correio do Povo* celebra o seu passado – ou seja, trechos de artigos publicitários, tais como anunciantes parabenizando o impresso, e notas informativas sobre a festa do aniversário na redação não serão selecionadas como cerne da discussão. São abordados, assim, editoriais, colunas

---

<sup>2</sup> Trata-se da fórmula criada por Harold Lasswell em 1948. É um modelo que teve grande influência na pesquisa norte-americana de comunicação, embora hoje seja contestado por ser um constructo teórico unidirecional, que pré-define papéis de receptor e emissor, simplificando, assim, o processo comunicativo (ARAÚJO, 2010, p.124). Está citado aqui a título de exemplo, mostrando quais são algumas das questões que podem ser feitas quando se analisa a memória e que estão profundamente relacionadas com os temas centrais da pesquisa em comunicação.

<sup>3</sup> Por comunidades interpretativas, entende-se a expressão lançada por Zelizer (1993) para caracterizar a cultura jornalística como um espaço de experiência comum, uma rede informal de parâmetros avaliativos que definem como os jornalistas compreendem o seu trabalho. É um termo que destaca, portanto, que o entendimento sobre o modo de ser jornalístico depende da conformação de valores, ou seja, da maneira como os jornalistas atribuem a si mesmos e legitimam para os outros o poder de interpretação da realidade.

opinativas, matérias e reportagens que narrem especificamente a memória do *Correio do Povo* a cada ciclo de dez anos, ou melhor, no décimo, no cinquentenário e no octogésimo aniversário.

No jornalismo, em particular, as datas redondas são conjunturas propícias para a realização de textos rememorativos, ainda mais quando a própria história do veículo de comunicação é o tema a ser pautado. O aniversário do jornal é, portanto, um acontecimento que, ao ser celebrado a partir das dinâmicas do processo jornalístico, possui uma dupla face de interpretação/reinterpretação.

Louis Quéré (2005) chama a atenção para esse caráter hermenêutico do acontecimento: ele não é um dado bruto que simplesmente se encerra no tempo, mas trata-se, isso sim, de um processo ativo, introduzindo uma ruptura que só é perceptível dentro de um pano de fundo da continuidade. Os acontecimentos, quando se produzem, destravam múltiplos sentidos e repercutem situações que ultrapassam o seu entorno imediato. Os sujeitos que são impactados pelo desenrolar dos acontecimentos acabam por incorporar, em alguma medida, aquilo que aconteceu ao seu leque de experiências de vida. Desse modo, o acontecimento transfigura-se em uma vivência que, simultaneamente, modifica o mundo e os indivíduos ou grupos sociais. Assim, no entender de Quéré:

Só há experiência quando há transacção entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e o meio ambiente que o rodeia, em que cada um é afectado pelo outro e reage segundo a sua constituição. É, precisamente, graças a essa transacção possível que o acontecimento é um fenómeno de ordem hermenêutica: pode ser palco de encontro, interacção, determinação recíproca. (QUÉRÉ, 2005, p. 68)

Por isso o aniversário pode ser tratado como acontecimento, já que convoca simultaneamente o passado e o futuro, possibilitando ainda a exploração de situações problemáticas que, até então, se mantinham ocultas. A partir da efeméride do aniversário, é possível perceber como os sentidos sobre o passado do jornal são reconfigurados, transformados. Sendo assim, “os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam” (QUÉRÉ, 2010, p.35). O aniversário é, nessa interpretação, um acontecimento esperado, previsto com antecedência – mesmo assim, sua ocorrência introduz algo de novo. Não se trata de uma simples repetição. Relembrar o passado parece uma operação essencial para os jornais: celebrar o que eles foram é uma maneira de reafirmar o que eles são no presente, ajudando a legitimar um sentido de identidade.

Ao atualizar um acontecimento do passado, é preciso ter em mente que os jornais produzem um enquadramento específico, isto é, organizam a realidade dentro de determinados eixos explicativos:

Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida quotidiana. São elaborados através de uma variedade de “explicações”, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade (HALL, 2016, p. 313)

Então, o conceito de enquadramento reforça que o jornalismo segue procedimentos de seleção e exclusão, enfatizando certos aspectos que tendem a se alinhar com os padrões e discursos consensuais em dada sociedade (HALL, 2016). Isso quer dizer que a concepção de um aniversário, dentro da estrutura interpretativa formulada pelos jornais, corresponde também a um processo social de classificação e contextualização que supõe certos quadros de referência. Em outras palavras, o jornal consegue transformar o aniversário em um acontecimento inteligível para seu público porque existe uma base, ou melhor, uma série de suposições prévias sobre o que é uma comemoração de aniversário e qual o propósito de ele ser celebrado.

Além disso, os aniversários remetem a uma concepção de tempo cíclico. É o tempo da natureza, da repetição dos fenômenos, dos corpos celestes que percorrem rotas imutáveis no espaço cósmico. As celebrações buscam evocar essa temporalidade circular, assemelhando-se à precisão de um cálculo astrofísico<sup>4</sup>. Por definição, elas são realizadas apenas quando um intervalo de tempo se encerra e, assim, reforçam o ritmo sazonal do tempo. As mesmas comemorações repetem-se ano após ano, demarcando uma relação que se assemelha a um ritual. Existe uma preparação, uma expectativa em torno da efeméride do aniversário, que se reveste de uma forte carga emocional da memória – uma celebração coletiva do passado, do grande acontecimento inaugural.

É o momento que reverencia um mito de origem, um marco zero escolhido para ser a gênese de um processo histórico. A comemoração reposiciona o ato fundador, traçando uma linha cronológica e contínua. A obsessão pela gênese é um recurso comum nas narrativas de aniversário. Valorizar o papel e as iniciativas dos fundadores torna-se essencial para a manutenção de uma narrativa de criação: o tempo fabuloso do princípio, no entender de Mircea

---

<sup>4</sup> Aliás, a própria palavra efeméride possui raízes semânticas na área da astronomia, pois o termo ephemeris, em grego, originalmente se referia à tábua utilizada pelos astrônomos antigos para a marcação das posições dos astros.

Eliade (1992). Não seria exagero afirmar que a necessidade de estabelecer um início, demarcar um acontecimento primordial, garante um caráter mítico para o evento de origem.

Eliade, ao conceituar a noção de mito, afirma que o termo designa como "graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição" (ELIADE, 1992, p.51). Semelhante às antigas mitologias, os textos de aniversário sobre a fundação do jornal procuram definir os heróis que não podem ser esquecidos. É uma tentativa de revelar um sentido cósmico para o passado do jornal, um propósito que permanece eterno porque confere uma enorme força simbólica. Nesse sentido, aliás, é possível propor ainda uma questão inquietante:

(...) a espécie de perenização, operada pela série das reafirmações rituais para além da morte um por um dos co-celebrantes, não faz de nossas comemorações o ato mais loucamente desesperado para fazer frente ao esquecimento em sua mais sorrateira forma de apagamento dos rastros, de devastação? (RICOEUR, 2007, p. 60).

Apesar da provocação pertinente, o fato principal é que a previsibilidade nas edições de aniversário também proporciona uma sensação de controle sob o tempo. Elas apaziguam a tensão provocada pelo acúmulo, pela desordem do passado, e são, portanto, uma forma de retornar ao início, de ritualizar o ato fundacional. Em certa medida, é um fenômeno similar a diversas cerimônias religiosas, que reiteram os gestos exemplares dos criadores – no caso da religião, das divindades que criaram o mundo. “Assim, periodicamente, o homem religioso torna-se contemporâneo dos deuses, na medida em que re-atualiza o tempo primordial no qual se realizaram as obras divinas” (ELIADE, 1992, p.46).

Ao mesmo tempo, celebrar um aniversário pode representar um ciclo que se encerra, marcando, de maneira simbólica, uma transição para uma nova fase. Como exemplos, poderíamos pensar em diferentes situações nas quais uma comemoração de aniversário simboliza um renascimento ou um momento de mudanças. Aquele ponto de origem – o nascimento do jornal, no caso do *Correio do Povo* – funciona, então, como uma referência tangível, um suporte para a construção da legitimidade do impresso. Em síntese, é uma relação com o passado estabelecida de forma consciente para laurear um tempo pretérito, definir o seu lugar diante de outras instituições jornalísticas (MATHEUS, 2011).

No artigo sobre como a imprensa carioca comemorou o primeiro aniversário da Proclamação da República, em 1890, Carla Siqueira (1994) observa que os jornais, ao

celebrarem um evento, não estão apenas informando sobre um momento peculiar do passado. A comemoração histórica realizada pelos impressos, tanto pelo que lembra quanto por aquilo que esquece, oferece também uma percepção do presente e das expectativas do futuro. Os jornais participam da construção social a respeito do tempo presente. Por isso, conforme observa a autora, “o discurso jornalístico no momento da comemoração torna-se um documento valioso para se pensar como a sociedade articula suas experiências e expectativas em um determinado ponto de sua trajetória histórica, como ela confere sentido a esta trajetória” (SIQUEIRA, 1994, p.13).

Enquanto referencial de tempo, a memória sobre o passado do jornal não é imutável, já que, ao ser articulado com o presente, ganha novos contornos conforme muda a conjuntura na qual o jornal insere-se em cada época. O aniversário, na realidade, é uma abstração, um marco temporal um tanto arbitrário - o surgimento do periódico poderia ter ocorrido em um dia ou mês diferentes e, de qualquer jeito, seria celebrado da mesma forma. Embora o fato tenha efetivamente ocorrido – a data, em si, não é uma ficção -, a memória sobre o que aconteceu é atualizada através do desempenho ritualístico. Por meio do ritual de lembrança, o instante do nascimento é revestido de uma força simbólica, emblemática.

O tempo do calendário, imprescindível para demarcar a data e a passagem do aniversário, é considerado, para o filósofo Paul Ricoeur (2010), uma espécie de terceiro tempo, situado entre o psíquico e o cósmico. Ou seja, ele é um instrumento mediador, tendo em vista que o calendário assinala referências para um tempo incomensurável, dos ciclos celestes, astronômicos, distantes da escala temporal cotidiana, mundana. É, portanto, o tempo socializado, a condição necessária para que se estabeleça “um contínuo uniforme, linear, segmentável à vontade” (RICOEUR, 2010, p.183).

Assim os números quantificam intervalos fixos de tempo, permitindo que o aniversário seja marcado como um fenômeno especial, relacionado à recorrência dos eventos naturais. O calendário é uma criação que confere espacialidade ao tempo, definindo distâncias em meses, dias e anos: “ele cosmologia o tempo vivido, humaniza o tempo cósmico” (RICOEUR, 2010, p.184). Tal contagem só é possível porque estabelece um ponto axial, um princípio que é o marco zero, a partir do qual todos os aspectos e eventos subsequentes adquirem uma nova significação. O aniversário é, desse modo, uma forma de domesticar o tempo: dentro de uma contagem linear, que distingue o passado do futuro, a celebração do aniversário é um momento particularmente significativo, pois facilita a orientação da memória ao assegurar a constância temporal. Por isso, em uma escala maior de análise, a própria comemoração, inserida no

calendário ocidental, demarca a data comemorada dentro de uma cronologia essencialmente cristã.

As edições comemorativas de aniversário são, além disso, um agendamento da memória. Em função da data, o caráter de celebração do jornal pode ser preparado com antecedência. Nessa perspectiva, tais comemorações ou efemérides podem ser analisadas com mais nitidez a partir das considerações da teoria de *agenda-setting*, segundo a qual a influência dos meios de comunicação está na capacidade de indicar, num determinado momento, quais assuntos a sociedade deve entender como importantes, merecendo ser pensados ou discutidos (MCCOMBS, 2004).

Em consequência dessa característica que o jornal carrega, aquele evento inaugural irá ser retomado anualmente para que o público também possa considerá-lo como um acontecimento histórico, significativo. É uma forma de demonstrar para os leitores que vale a pena ter uma opinião sobre esse tópico do passado porque ele está no centro das atenções do jornal naquele instante. Por ter um sentido especial para a história da publicação - evocando lembranças que serão utilizadas para reforçar uma cronologia, ou melhor, uma narrativa sobre si ao longo do tempo - no aniversário do jornal, a data de nascimento é exaltada pela via da comemoração.

Na literatura sobre a memória coletiva, os rituais comemorativos ocupam um papel de destaque porque são a maneira como as sociedades, ou melhor, os grupos sociais mantêm e reconstróem uma imagem do passado. Essas práticas asseguram a continuidade da vida social ao se transformar em uma tradição (HOBSBAWN, 1997). A comemoração é, portanto, um exercício da memória coletiva.

Contudo, é importante ressaltar que a comemoração não é a única forma de o jornalismo relacionar-se com a memória - talvez sequer seja a maneira mais usual. O ofício jornalístico, por si só, decorre da memória, entendida no sentido amplo do termo. Como Gaye Tuchman (2016) demonstrou em seu estudo sobre as noções de objetividade nas redações, os jornalistas empregam uma variedade de procedimentos - tais como hábitos, rotinas de trabalho e pressuposições - que derivam da experiência passada e, por isso, não deixam de ser um aspecto da memória propriamente dita, isso é, de um repertório adquirido com o tempo e reatualizado no presente.

Do mesmo modo, a cobertura jornalística sobre os mais diversos eventos também impacta na forma como tais situações serão lembrados no futuro. Os arquivos, mantidos pelas empresas de comunicação, constituem uma fonte inesgotável para estudos de memória. "No

período moderno, não há memória cultural ou coletiva que não seja, pelo menos em parte, jornalística" (OLICK, 2014, p.30).

Comemorar um aniversário é uma forma de reavivar coletivamente a memória de um acontecimento considerado fundador, na busca por estabelecer um vínculo positivo com o passado. Aliás, a própria etimologia da palavra comemoração reforça esse sentido: *commemoratio*, do latim, refere-se a um fazer lembrar como um processo ativo, intencional, referendado ainda pelo prefixo *co*, que traz uma ideia de conjunto, de algo realizado por uma comunidade (CARDOSO, 2001, p.199).

O ponto de origem é atraído e redesenhado no presente. Helenice Silva (2002) pontua essa questão ao afirmar que “[...] no processo comemorativo, um duplo movimento parece configurar-se. Ele consiste em retirar o acontecimento do passado para penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância”. Então, a partir dessa linha de raciocínio, consideramos que tais comemorações estão sempre permeadas por uma série de tensões que não necessariamente dizem respeito às lembranças dos fatos em si, mas sim ao momento em que as memórias são trazidas à tona.

O evento comemorado possui sentidos diferentes conforme quem os celebra. As lembranças dependem dos contextos sociais na quais são ativadas e, por isso, provocam sentimentos ambivalentes, conforme o espaço social ocupado pelos construtores de memórias. Fatores como interesses políticos ou ideológicos, as experiências particulares de cada pessoa ou grupo e mesmo as maneiras como as celebrações são realizadas modificam as evocações que as memórias carregam. No ato de rememorar e recordar, o passado adquire consistência.

A historiadora Mona Ozouf (1976), em um estudo a respeito das festas cívicas da Revolução Francesa, aponta possíveis respostas para esses problemas ao mostrar que as comemorações sobre o passado nunca são celebradas de forma homogênea. Na pesquisa, Ozouf destaca que, apesar do esforço das comissões organizadoras de manter uma identificação coesa com o legado da revolução, os franceses enfrentam um dilema constante: como comemorar, em uma única ocasião, um processo revolucionário que destituiu uma monarquia absolutista, mas que também desencadeou a radicalização do Terror dos jacobinos, a guilhotina como instrumento de execução dos opositores ao regime e o confronto de figuras antagônicas, como Danton e Robespierre? (OZOUF, 1976). Ou seja, no ato de comemorar um evento histórico, a pretensa unidade da memória é sempre problemática e lacunar. A comemoração anula ou, ao menos, minimiza conflitos que possam ter existido no passado.

Nesse sentido, cabe ressaltar o pensamento do historiador Jean Chesneaux:

Todos esses aniversários e comemorações (...) funcionam exatamente da mesma forma: patrocínio oficial, estatal, de uma celebração histórica, espetáculo de massa com divertimentos populares; esquematização de um evento passado como suporte da ideologia dominante; ocultação dos aspectos não - oficiais do acontecimento escolhido, notadamente, das provações e lutas dos setores populares. (CHESNEAUX, 1995, p.31)

Então, retomando o argumento de Ozouf, as comemorações induzem uma possibilidade inequívoca para a memória. Da mesma forma, as celebrações constituem uma espécie de fuga para um tempo fora do tempo – isso é, o momento de comemorar cria um mundo temporário que nega sua própria temporalidade (OZOUF, 1976. p.225). É quase como se o instante comemorativo pudesse ser eternizado por meio do ritual da celebração. A autora, ao estudar festas cívicas, argumenta ainda que as festividades tentam promover a ideia de que é possível realizar um vínculo direto entre o passado e o presente.

Marialva Barbosa (2006) também traz algumas reflexões sobre os eventos comemorativos que podem ser aplicadas para a compreensão das edições de aniversário de um jornal. Comemorar, para ela, é um modo de reconfigurar o passado para estabelecer uma relação incontestável com o presente. Segundo a autora,

A comemoração é construída como acontecimento, restabelecendo a lógica narrativa na qual o passado pode ser utilizado concomitantemente ao presente, moldando uma realidade diferente. Mas, na presentificação do passado, os meios de comunicação apresentam também uma expectativa de futuro. (...) Entender a lógica da construção comemorativa como processo de re-instauração de uma dada memória nacional, lugar de coexistência das memórias coletivas atuais e reservatório daquilo que resta das antigas memórias comemorativas, é compreender as razões que levam ao estabelecimento de marcos singulares (BARBOSA, 2006, p.18).

As datas comemorativas servem como balizas temporais, delimitando marcadores no passado que atuam no sentido de estabilizar a memória. O passado torna-se, assim, um ancoradouro da legitimidade no presente. As recordações são desenvolvidas discursivamente de um modo alisado, em uma tentativa de retirar as tensões que possam ter existido anteriormente. Assim, constrói-se um enquadramento da memória, ou seja, uma forma de manter a coesão interna do grupo (POLLAK, 1992).

O jornalismo, quando alcança os seus leitores, telespectadores ou ouvintes – o momento da revelação pública, como denomina Franciscato (2008) –, também produz um relato privilegiado dos acontecimentos cotidianos. Afinal, as notícias (embora sejam efêmeras por natureza, pois se sucedem dia após dia, em constante atualização) carregam uma preocupação

documental. Elas descrevem situações que dificilmente seriam registradas de forma tão sistemática se não houvesse uma instância jornalística especializada em compilar e publicizar determinadas ocorrências do mundo. O jornal, enquanto documento, procura ser um registro quase instantâneo do momento, orientando a relação com o tempo. Não por acaso, as edições dos jornais podem se tornar fontes para memorização de certos fatos no futuro.

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma ideia de história, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância história), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” de seu tempo. (RIBEIRO, 2003, p. 35)

Assim, pode-se depreender que os jornais trabalham o tempo a partir de marcadores cronológicos, separando o passado do presente por meio da passagem das datas. Para Letícia Cantarella Matheus (2011), no caso das edições de aniversário, o marco é a própria fundação do jornal, anualmente atualizada em forma de um ritual de consagração. Os jornais utilizam a referência ao passado, reorganizando os resquícios sobre o que aconteceu e os transformando em narrativas coerentes. É um modo de auto-apresentação, uma maneira de explicar a si mesmo e, assim, redefinir sua trajetória, principalmente em relação aos seus triunfos. A limitação inerente à memória é, todavia, deliberadamente utilizada para estabelecer o que deve ser esquecido.

Nesse sentido, a comemoração do passado é um importante elemento para garantir a coesão interna da memória. Como um de seus objetivos principais, tais celebrações pretendem exorcizar o esquecimento (LIPPI, 1989, p.173) em um anseio de homogeneizar a memória por meio da exaltação, reduzindo possíveis diferenças de interpretação para impor uma unidade inequívoca, laudatória e triunfante ao passado do jornal. À semelhança de uma autobiografia, a comemoração do nascimento sugere que o ponto de partida definiu todo o desenrolar da história, ou melhor, o começo, por si só, implicou em um fim determinado, na sequência de acontecimentos que não poderiam ter se desenvolvido de outra forma. Sobre isso, Bourdieu (2006) remete ao conceito de ilusão biográfica para criticar essa ideia de previsibilidade e linearidade tão presente nas narrativas sobre uma vida.

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se

desenrolado, sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já colidiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis. (BOURDIEU, 2006, p. 184).

A empresa jornalística, ao publicar edições comemorativas, reconfigura a sua própria trajetória histórica, por vezes, como observa Matheus (2011) entrelaçando o desenvolvimento do jornal com a vida de personagens que passaram pela redação. Essas pessoas, de certa forma, asseguram a relevância do jornal – a biografia notável dos antigos funcionários garante, por assim dizer, o reconhecimento compartilhado daquilo que foi feito no passado da publicação. A memória pessoal mescla-se com a história do veículo impresso: experiências singulares são ressignificadas para compor um todo coletivo.

### 2.3 A COLETIVIDADE DA MEMÓRIA

A memória, como vimos, dificilmente pode ser considerada como um fenômeno apenas individual. Na realidade, diferentes estudos coincidem em acentuar a natureza compartilhada do ato de lembrar. Nesse sentido, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004) é uma referência incontornável porque ele foi um dos primeiros autores a consolidar a percepção de que toda a memória é coletiva. No início do século XX, momento em que desenvolvia seus argumentos, a ideia corrente era que a memória seria simplesmente um eco dos eventos reais - uma impressão registrada no interior da mente humana, sem qualquer forma de contradição maior.

Herdeiro dos estudos de Émile Durkheim sobre a prioridade dos fatos sociais frente aos fenômenos de ordem individual, Halbwachs tornou-se notório ao propor uma mudança de enfoque analítico: as memórias de uma pessoa dependem, segundo ele, do seu convívio com a sociedade, ou seja, de suas relações com a família, religião, trabalho e assim por diante. Halbwachs argumenta que as memórias são, na realidade, construídas e rememoradas apenas dentro de grupos sociais – elas não existem de maneira isolada. Afinal, as representações mais amplas que os diferentes grupos sociais criam para entender a realidade também balizam o que deve ser recordado ou esquecido (HALBWACHS, 2004). Ideias, reflexões, sentimentos e mesmo as paixões que costumam ser atribuídas somente à esfera do indivíduo são inspiradas por um contexto maior, por um quadro de referências que só adquire sentido quando inserido dentro de uma coletividade.

Durante o curso de minha vida, o grupo de que fazia parte foi o teatro de certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci senão pelos jornais ou depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros. [...] Uma memória emprestada, que não é minha. [...] Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, nada do que o transformou antes que nele entrasse me é completamente estranho. (HALBWACHS, 2004, pp. 54-55)

Por isso é que se pode pensar o jornalismo como um elemento que potencializa a memória social, pois as pessoas “lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado” (BURKE, 2000, p.70). A memória existe em sintonia com as ideias e percepções do presente. É preciso, portanto, duvidar do conceito de resgate do passado, tal como ele ocorreu. Por mais nítida que possa parecer uma lembrança, ela não foge das determinações do presente – a recordação de um fato antigo da infância, por exemplo, não é a mesma para um sujeito jovem, adulto ou idoso.

Os juízos de realidade alteram-se no desencadear do curso da vida; o acúmulo de experiências pessoais, a pressão dos preconceitos, os contextos históricos de cada fase da vida, dentre outros elementos, são variáveis que condicionam o modo da recordação. A reconstrução do passado é uma releitura. Não se lê o mesmo livro duas vezes, ou melhor, não é possível reler da mesma maneira uma obra literária. Da mesma forma, a memória não se mantém intacta, mas está, sim, amarrada a todo um conjunto de noções do presente.

Como destacamos antes, a memória implica seleção, envolve a capacidade de esquecer. Contudo, o esquecimento puro e simples pode significar um ato intencional: o apagamento de memórias indesejáveis. Michael Pollak (1989), ao contrário de Halbwachs (2004), enfatiza o aspecto conflitual inerente a todas as formas de recordação. Em vez de consensos, entram em jogo, no ato de rememorar, disputas e lembranças concorrentes. Pollak critica, assim, a abordagem de Halbwachs, que acentuaria em demasia o caráter positivo da memória coletiva, como se adesão de um grupo a um sentido de pertencimento ao passado ocorresse principalmente de forma afetiva.

Para o autor, a memória coletiva é um processo instável que pode ser estruturado de duas maneiras: por um lado, existe a memória oficial - uma forma autorizada de recordação que, ao selecionar e hierarquizar os fatos do passado, acaba por se impor sobre zonas de sombras, de silenciamentos. Legítima, portanto, estruturas de poder. Em síntese, é a visão hegemônica das recordações de uma coletividade, de uma instituição ou grupo social. Por outro

lado, opondo-se a essa dimensão institucional, existiriam as múltiplas memórias subterrâneas, abafadas pela versão dominante.

No entanto, a distinção proposta por Pollak (1989) não é uma separação definitiva. Ainda que ambas as formas de memória sigam lógicas próprias, elas não existem de modo estanque – pelo contrário, as duas formam uma intersecção, desdobram-se uma na outra. A diferença principal é que as memórias subterrâneas são guardadas em meios informais de comunicação e difusão, como diários, fotos e cartas pessoais, por exemplo. Por fim, cabe ressaltar que o autor é preciso quando diz que o passado “ao definir o que é comum a um grupo e o que o difere dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p.3). Ou seja, as remissões ao passado são quadro de referências que demarcam posicionamentos, sendo “certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade” (POLLAK, 1989, p.11).

Esse elemento mobilizador da memória, como ideal de representar a integralidade do passado, perpassa pela discussão trazida pelo historiador Pierre Nora (1993) a respeito dos lugares de memória. O autor, ao debater a existência de espaços nas sociedades contemporâneas cujo propósito principal é cristalizar a memória – museus, monumentos e assim por diante -, argumenta que isso só é possível porque a dimensão da memória deixou de ser algo comum à rotina cotidiana. Trata-se, então, de uma espécie de desligamento de tradições. Ou seja, Nora entende que a memória, nos dias atuais, parou de ser um motor das práticas sociais; não é mais um fenômeno vivo, em certo sentido, porque assumiu um caráter de descontinuidade, “o passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre” (NORA, 1993, p.19).

Nesse sentido, segundo o autor, as sociedades tradicionais – isso é, pré-industriais – expressavam a memória de uma forma espontânea, já que sequer consideravam o tema da memória como uma questão à parte, relegada a processos distantes do passado. É quase como se, por não pensarem na memória enquanto um problema a ser resolvido, tais sociedades conseguiram desfrutar legitimamente da memória. O passado aderiu de modo contínuo ao presente. Os lugares de memória despontam e vivem, portanto, a partir do sentimento de que não é mais possível ter uma memória natural, pois o passado é percebido como definitivamente morto. É preciso, assim, criar inventários, arquivos, repositórios, pois “se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p.19).

Assim, os lugares de memória são espaços construídos para enfrentar a demanda por uma fonte de identidade - eles são resquícios de “uma consciência comemorativa que ainda sobrevive em uma História que, tendo renunciado à memória, também a exige” (NORA, 1993, p.12). São os rituais de uma sociedade desritualizada. Em síntese, são, portanto, locais materiais ou imateriais que buscam parar o tempo, ou melhor, impedir o total esquecimento e, assim, criar a ilusão de eternidade.

A memória é uma construção ativa, dinâmica, o que, aparentemente, entra em contradição com a ideia de “lugar de memória”, cuja intencionalidade é fixar o fenômeno de uma maneira inequívoca. São espaços onde a memória se concretiza, perdendo, então, algo de sua maleabilidade. É necessário, por isso, investigar até que ponto a concepção de Nora auxilia a compreender a memória de si que os jornais comemoram nos seus aniversários.

Ainda que, à primeira vista, possa parecer tentador classificar as edições de aniversário como lugares de memória, é necessário compreender que o conceito criado por Nora (1993) está marcado pelo contexto histórico em que foi cunhado: a década de 1980. O termo, na realidade, surge da tentativa do autor de encontrar uma nova base para a história nacional francesa. O nascimento da expressão, afinal, está vinculado à publicação da coletânea *Les Lieux de Mémoire*, uma obra lançada durante as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa (1789) e que carregava, como objetivo maior, a pretensão de analisar criticamente o legado da data, marco fundador da república na França. O conceito “lugares de memória” surgiu, então, em um horizonte de referências balizado pelas particularidades da França, país onde debates sobre a Nação e o patrimônio permeiam o espaço público.

Paul Ricoeur (2007) também é crítico à apropriação ingênua do termo, que ele adjetiva como os “insólitos lugares de memória”. Segundo o autor, Pierre Nora aprofunda em demasia a ruptura entre memória e história, que teriam sentidos distintos daqueles delimitados pelo filósofo: a memória, para Nora, é definida em relação ao seu aspecto cultural, associada a uma “nação-memória” que transmite coletivamente certos costumes e valores ao longo de gerações, enquanto a história refere-se à operação historiográfica, isso é, a “história da história” (RICOEUR, 2007, p. 412-413). A análise de Ricoeur desmonta a característica patrimonial contida na noção de “lugares de memória”, uma expressão que se impôs ao achatar singularidades regionais – memórias subterrâneas, para retomar o texto de Pollak (1989) – em favor de um ideal unitário, exacerbado (RICOEUR, 2007, pp.419-421).

De qualquer forma, a memória, para diferentes autores, é de fato um articulador de sentidos, um norte que orienta a construção de um tempo tido como comum. É uma dimensão permanente da existência humana, pois, como coloca o historiador Eric Hobsbawm (2005,

p.22), “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade) ainda que seja apenas para rejeitá-lo”. Então, dentro dessa perspectiva, a memória diz respeito a uma série de pontos de referência, um repertório de informações e experiências ouvidas ou vividas – ou seja, é um processo contínuo, inescapável, e a mídia<sup>5</sup>, nesse sentido, tem um papel central na forma como as recordações e lembranças são configuradas e transmitidas.

Andreas Huyssen (2000, p.21) é outro autor que também reforça a impossibilidade de discutir a memória sem considerar a influência dos meios de comunicação de massa. A construção da realidade fabricada pelo jornalismo origina um conhecimento sobre o real que não deixa de ser uma interpretação. Para utilizar uma metáfora de Bordieu (1997, p.25), assim como uma fotografia ou câmera captam imagens por meio de lentes operadas por indivíduos que realizam certas escolhas de enquadramento, os jornalistas partilham de determinadas estruturas invisíveis, “óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem”.

Huyssen alerta ainda para a crescente comercialização da memória enquanto um bem de consumo, pois o comércio de vendas do passado movimenta uma verdadeira indústria da cultura. Para o autor, “[...] nós estamos obcecados com re-re-representação, repetição, replicação e com a cultura da cópia, com ou sem original” (HUYSSSEN, 2000, p.24). A demanda pelo passado gerou uma situação em que memórias são inventadas dentro de uma lógica industrial – novos produtos são criados com base em idolatrias a belas épocas, supostas idades de ouros recheados por um panteão de personagens transformados em heróis ou ícones. O culto a essas representações mitológicas do passado é uma forma de frear a aceleração do tempo diante da instantaneidade do tempo presente (HUYSSSEN, 2000, p.23).

Contudo, segundo Huyssen (2000, p.26), tais memórias criadas unicamente para o consumo também existem porque são partes de uma exigência social: as pessoas precisam valorizar esses passados para consolidar melhor uma compreensão sobre o tempo em que vivem. Elas teriam, então, uma necessidade de ancorar suas experiências de vida no fluxo contínuo do tempo. Nesse sentido, é possível considerar que os jornais – os meios de

---

<sup>5</sup> Aliás, é necessário distinguir que, nesta pesquisa, mídia e jornalismo são termos distintos que não podem, portanto, ser tratados como sinônimos, algo recorrente no senso comum. Concordamos com Benetti (2012, pp. 151 -152) ao entender que o discurso midiático é maior do que o jornalismo por abranger, entre outras possibilidades, a ficção e a publicidade. O jornalismo, assim compreendido, está ancorado na realidade - ele possui a prerrogativa de contar para o público o que aconteceu, sendo legitimado como uma espécie de intérprete da realidade social. Por isso, precisa se fixar em um ideal de verdade (CORNU, 1999). A mídia, por sua vez, implica em um universo amplo de processos comunicacionais operados através dos diversos suportes de informação, tais como cinema, a televisão e a rádio, além, é claro, do impresso (SILVERSTONE, 2002).

comunicação, em geral - ocupam uma posição privilegiada na produção e fortalecimento de determinadas memórias coletivas. Afinal, eles fornecem versões sobre o passado, contribuindo para a percepção social da passagem do tempo. Porém, para prosseguirmos nessa linha argumentativa, é preciso primeiro compreender melhor como o jornalismo costura a lembrança e os esquecimentos – além de explicar o que queremos conceituar ao utilizar com a expressão jornalismo.

## 2.4 JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

O jornalismo pode ser pensado como uma instituição especializada em produzir relatos constantemente atualizados sobre assuntos relevantes para a vida cotidiana de uma população: uma espécie, portanto, de sistema perito (MIGUEL, 1999). Existe, então, dentre as finalidades do jornalismo contemporâneo<sup>6</sup>, um preceito: ele “deve preservar a memória, documentando os fatos mais importantes que ajudam a sociedade a entender seu tempo agora e no futuro” (REGINATO, 2016, p.225). Os produtos jornalísticos, então, podem ser organizados em uma trama de múltiplas temporalidades. Quando são estruturados dessa maneira, eles deixam de operar somente na esfera da atualidade imediata e passam a moldar o entendimento sobre o passado, presente e futuro, condensando ou ampliando as fronteiras do tempo (MATHEUS, 2010). Assim, dentro dessa perspectiva, a problemática da memória social pode ser interpretada como uma questão de comunicação (BONSANTO, 2014).

Os estudos atuais sobre memória e a própria noção contemporânea de memória não se sustentam, para Zelizer (2014), sem as pesquisas em jornalismo. Segundo a autora, é uma discussão que foi abandonada pelos trabalhos acadêmicos na área, pois dificilmente o jornalismo é percebido como um constituidor de memória. A ênfase, nos moldes da discussão realizada por Franciscato (2005), trata o discurso jornalístico como um formador do presente; a dimensão do passado, por sua vez, é minimizada, tratada como um fator secundário.

No entanto, os jornais constituem-se em um dos locais privilegiados onde a memória pode tomar forma. A memória, afinal, materializa-se por meio da linguagem: as palavras são capazes de evocar imagens e sentidos que aproximam o tempo passado do moderno (BOSI, 1992, p.28). Da mesma maneira, o jornalismo, ao narrar continuamente os eventos do mundo, realiza também um trabalho de difusão e perpetuação da memória.

---

<sup>6</sup>A esse respeito, a pesquisadora Gisele Dotto Reginato (2016) defendeu uma tese na qual aponta como veículos jornalísticos, leitores e os próprios jornalistas compreendem as finalidades do jornalismo, destacando que os três sujeitos desse processo de comunicação realçam a importância do jornalismo para a documentação e o registro de uma memória social.

Benedict Anderson (2011) afirma, além disso, que o jornalismo, ao longo dos últimos séculos, constituiu uma parte primordial na formação das próprias nacionalidades modernas, já que serviu como um elemento propagador de identidades e de uma língua nacional. Os jornais ajudaram a criar, portanto, uma sensação de pertencimento a uma determinada região, visto que uma multidão antes indistinta passou a consumir os mesmos conteúdos jornalísticos, quase em uma espécie de ritual coletivo. Começaram a compartilhar de uma temporalidade em comum. “Cada participante dessa cerimônia tem clara consciência que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida” (ANDERSON, 2011, p.68)

A consolidação do jornalismo enquanto uma prática profissional, constituída de valores e normas específicas (TRAQUINA, 2012), também acarretou na consagração de uma maneira peculiar de mediar a relação com o tempo. Afinal, o jornalismo não se restringe apenas a construir um relato verossímil dos acontecimentos presentes – embora essa seja, sem dúvida, uma de suas principais atribuições<sup>7</sup> (FRANCISCATO, 2005) –, mas também pode estabelecer interpretações sobre eventos que ocorreram em um passado deslocado do momento atual. Nesse sentido, os jornalistas põem em evidência, para um público amplo e heterogêneo, fatos que costumam ser relegados ao domínio da História<sup>8</sup> e, assim, agem como curadores da memória social, realizando uma espécie de seleção dos eventos que merecem ser recordados.

Ao fazer remissão a discursos científicos como a História<sup>9</sup>, é como se o jornalismo pudesse também tomar para si um pouco mais desse estatuto ligado ao valor da verdade. É como se a História – assentada como prática do saber – pudesse emprestar ao jornalismo um efeito de referencialidade maior, uma vez que ela está mais ligada a esta autoridade de comentar o mundo a partir de técnicas empíricas (CASADEI, 2012, p.79).

---

<sup>7</sup>Tal imperativo, aliás, foi constatado pelo pesquisador e jornalista alemão Otto Groth, autor que sempre defendeu a pertinência de uma ciência específica do jornalismo. Em sua preocupação de estabelecer as características essenciais dos jornais, ele valorizou sobretudo o aspecto da atualidade, demonstrando que o jornalista está atado ao tempo de uma maneira peculiar, pois ele depende do caráter momentâneo dos acontecimentos diários. “Ele não pode e não lhe é permitido descobrir as primeiras causas, as conexões mais amplas, as consequências para um futuro distante toda vez que trata destes acontecimentos. Para ele, deve bastar que ele coloque o que o dia traz no campo de visão do dia e mostrar o que o dia torna visível e permite esperar” (GROTH, 2011, p. 348).

<sup>8</sup>O termo “História”, com a inicial em maiúscula, é utilizado para diferenciar a disciplina histórica, que remete a uma pluralidade de métodos e escolas, da simples sucessão de fatos ocorridos no passado. Em parte, essa diferenciação se deve a uma possível deficiência da língua portuguesa que designa, sob uma mesma palavra, o que outros idiomas têm por hábito distanciar, como é o caso de *History* e *story* em inglês.

<sup>9</sup>No entanto, vale ressaltar que a História também pode acabar, por vezes, justificando as coisas como necessárias e, desse modo, pode incitar um niilismo passivo diante do presente, sintetizado na frase: ‘é assim e acabou’. Josep Fontana (1998) demonstra que a disciplina histórica, tomada como ciência, fundamentou racismos e preconceitos, legitimando barbáries e violências – pois a ideia de uma história contínua é uma história dos vencedores. Hayden White (1994) avança nessa discussão ao argumentar que a historiografia pode inclusive ser mais moralizante do que a própria ficção. Afinal, a obrigação da lembrança não deixa de ser uma forma de, no dizer popular, “acertar as contas” com o passado, ou seja, extrair uma lição única e incontestável daquilo que ocorreu.

Isso pressupõe uma forma de autoridade diferente daquela tradicionalmente associada aos repórteres, que, em tese, vão aos locais dos eventos para testemunhar, *in loco*, o que está acontecendo<sup>10</sup>. Ora, ao trazer à tona o passado nos jornais, é obvio que a relação com o tempo se altera - torna-se necessário compensar o fato de que o jornalista, enquanto constrói sua matéria ou reportagem, não pode mais ser testemunha ocular dos fatos, ele não está mais em posição de observar e relatar os acontecimentos em primeira mão. Nessa perspectiva, o jornalista assume o papel de “um sujeito performativo envolvido num processo de significações que usa o passado como um conjunto de dados que permitem gerar definições mais contemporâneas” (ZELIZER, 2000, p.42). Além disso, o jornalismo reenquadra o passado a partir de critérios de seleção que não escapam dos valores-notícia típicos da prática jornalística.

Porém, a História contada pela investigação jornalística é apresentada de maneira coesa, diluindo o contraditório. “O jornalismo está orientado para os acontecimentos e não para as problemáticas” (TRAQUINA, 2012, p.29). Mesmo assim, o trabalho do jornalista, semelhante ao do historiador neste ponto, consiste também em estabelecer fatos e situá-los em um contexto próprio, a fim de compreendê-los.

A investigação jornalística, nisso próxima da investigação histórica, desemboca assim numa informação que relata factos, mas que não se limita aos factos. Propõem uma interpretação dos mesmos, implícita ou explicitamente, assim como propõem dar-lhe uma forma” (CORNU, 1999, p.329).

Os jornais realizam, portanto, uma construção social da realidade. Na tentativa de explicar o cotidiano, eles produzem uma espécie de fragmentação do mundo, oferecendo ao público um mosaico de informações aparentemente desconexas. Aliás, considerar que a realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 2003) é uma forma de reafirmar as complexas relações estabelecidas entre o pensamento humano – subjetivo, individual – e o contexto social mais amplo. Ou seja, é um processo dinâmico no qual os jornais se inserem e ajudam a consolidar. A partir disso, diferentes autores trouxeram a perspectiva na qual o

---

<sup>10</sup> Porém, apesar dessa imagem de senso comum do repórter-testemunha, é preciso ressaltar que, mesmo quando o jornalista cobre diretamente um acontecimento, ele tende a recorrer a outras fontes. Para comprovar isso, pode-se pensar em um acontecimento relativamente banal, como uma batida de carros, por exemplo. Ainda que o repórter estivesse no local do acidente quando este ocorreu, ele precisará do testemunho de quem está envolvido com a situação. Descobrir a causa do choque, o nome de quem estava dirigindo, saber se houve vítimas fatais, se o trânsito terá de ser interrompido, enfim, uma série de questões que só podem ser respondidas pelos depoimentos alheios, e não pela própria observação. Sobre a relação complexa e, por vezes, conflituosa que se estabelece entre jornalistas e fontes, cf. SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

jornalismo pode ser interpretado como uma forma de conhecimento que revela aspectos específicos da realidade, ao mesmo tempo em que é parte integrante dela<sup>11</sup>.

Robert Park, jornalista norte-americano que se consagrou posteriormente como sociólogo, diz que as notícias orientam o homem no mundo real, na tentativa “preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p.69). Para ele, a notícia pode ser situada dentro de um continuum que existe entre duas formas de conhecimento: *acquaintance with e knowledge about* (PARK, 2008, p. 58). Em poucas palavras, o primeiro pode ser pensado como o senso comum, isso é, algo proporcionado pelos costumes e pelos contatos em primeira mão com a realidade social; o segundo, por sua vez, assemelha-se ao ideal científico, pois é mais formal, racional e sistemático. Fazendo paralelo com a questão da memória, pode-se pensar que os textos jornalísticos realizam uma espécie de intermediação da experiência histórica, orientando nossa relação com o tempo.

Então, o jornalismo realizaria essa mediação entre distintas formas de saber. As notícias formam um tipo de conhecimento que cristaliza o presente social, entendido como um “tempo de referência da ação coletiva” (GOMIS, 1991, p.27). Para Gomis, a principal tarefa dos jornalistas é envolver a sociedade em um presente social coeso, que sirva de referência e que seja contínuo, além de ser simultaneamente “bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo, que é uma maneira de assimilá-lo e dominá-lo” (GOMIS, 1991, pp.41-42). Contudo, é preciso reconhecer os limites do jornalismo, na medida em que ele “reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto” (MEDITSCH, 1997, p. 11).

A compilação jornalística do passado exige, por isso, um processo contínuo de seleção e esquecimento: para cada história recordada pelos jornalistas, outras tantas foram silenciadas. Afinal, os significados dos elementos que constituem uma memória – monumentos, datas, lugares, pessoas e edições comemorativas – jamais são fixos ou evidentes por si só, mas são permanentemente ressignificados pelo presente (LE GOFF, 1992).

Portanto, cabe ressaltar que os jornais, a partir da abordagem adotada nesta dissertação, não produzem uma reconstituição histórica ao abordar seu próprio passado. Pelo contrário, eles realizam um enquadramento de memória quando celebram sua trajetória desde a data de fundação até o presente.

---

<sup>11</sup>O jornalismo, afinal, integra a realidade. Não pode ser entendido como um elemento isolado dela, mas a narrativa jornalística também cria uma visão “da realidade que contribuiu para criar a realidade que ela pretende descrever” (CHAMPAGNE, 2007, p.75).

Ocorre, assim, uma renovação permanente das recordações. A memória, para Hallbawchs (2004), estabelece um sentimento de continuidade em relação a quem se lembra, isso é, ela não institui uma separação clara entre o passado e o presente porque retém “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALLBAWCHS, 2004, p.81). Não existe um passado pronto, esperando para ser lembrado. Assim, quando abordamos a dinâmica da memória, em especial no contexto dos textos jornalísticos, devemos levar em conta que os jornais não tendem a fazer uma crítica ao seu próprio passado. A retrospectiva celebrada no momento do aniversário ressalta sobretudo os elementos que possam reafirmar uma trajetória vitoriosa, de superação de dificuldades, apagando possíveis contradições.

Optamos, então, por destacar o aspecto narrativo da constituição da memória nos jornais. Para lembrar, é preciso narrar o tempo, estabelecendo os elementos de um “antes” e um “agora”, ordenando sentidos e atribuindo uma relação de causa e efeito aos eventos que já ocorreram. Ao trabalhar com acontecimentos do passado, o jornal confere a eles o caráter de narratividade: faz aparecer a passagem do tempo, dando-lhe forma, contorno, relevo.

Dessa maneira, para aprimorar o debate teórico entre tempo e narrativa, escolhemos partir da perspectiva metodológica adotada por Paul Ricoeur (2007). O objetivo é tornar mais claras as mediações que o jornalismo estabelece com a memória ao pôr em circulação textos sobre a sua trajetória no tempo. A narração é a porta de entrada privilegiada. Presente, passado e futuro são tecidos em uma trama narrativa que reconstrói, elabora enredos. Narra-se para permitir que o tempo exista enquanto um conceito tangível. Então, as questões sobre memória são indissociáveis das discussões a respeito das narrativas – elas são uma dentre as diferentes formas de construção da realidade. Aliás, nesse sentido, pode-se inclusive salientar que as estruturas narrativas são onipresentes no entendimento que os sujeitos elaboram sobre o mundo ao seu redor. Mesmo algo banal, como a distinção entre dois momentos do som de um relógio mecânico – rigorosamente iguais, do ponto de vista físico -, é revestido de um enredo, com o tique representando o início, e o taque, o final (CULLER, 1999, p.85).

## 2.5 NARRAR O TEMPO: A TRÍPLICE MIMÉSE DE RICOEUR

As pessoas representam o mundo a partir de certas configurações pré-definidas: é uma maneira de apreensão do mundo por meio de símbolos, descrições, personagens e assim por diante. Afinal, a própria realidade cotidiana,

(...) ou o senso comum compartilhado, é um tecido de significados e relatos intersubjetivos, produto da ação, vontade, pensamento e comunicação entre os próprios homens. As narrativas fáticas ou fictícias operam e entretecem, de maneira intersubjetiva e coerente, esse tecido significativo compartilhado (MOTTA, 2012, p. 60).

Ao desenvolver uma fenomenologia da memória, Ricoeur (2007) aponta, como destacamos anteriormente, que existe uma convicção, uma pretensão da memória em se afirmar como um relato fiel do passado. “Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p.40). É o ponto problemático da memória, que parece enfrentar um dilema: ela não é um resgate direto das experiências do passado e, mesmo assim, ainda é uma das formas mais eficazes de reconfigurar as ações humanas no tempo.

O exercício de tal memória também se inscreve na lista de uma reivindicação: o poder e a capacidade de reivindicar sua própria identidade no passado (RICOEUR, 2007, p.71). É o jornal, enquanto instituição, que assume a posição de poder narrar o seu passado, imputando ações e responsabilidades a si mesmo como o verdadeiro autor da narrativa.

A hipótese de base de Ricoeur é a seguinte: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Em outras palavras, Ricoeur argumenta que existe uma correlação intrínseca entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana – não é algo que ocorre por acaso, mas sim uma forma de necessidade que transcende aspectos particulares de cada cultura. A fim de pôr à prova essa tese, Ricoeur propõe o modelo da tríplice mimese, uma articulação que pretende responder ao problema da mediação entre o tempo e a narrativa: segundo ele, uma possível solução estaria no papel da tessitura da intriga.

Contudo, é importante ressaltar que o conceito de mimese é compreendido, para Ricoeur, como algo maior do que a simples imitação ou recriação. Para o autor, “a imitação ou representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (RICOEUR, 1994, p. 60). O processo de mimese, na realidade, está dividido em três etapas dinâmicas, denominadas de mimese I, mimese II e mimese III. Elas atuam concomitantemente, não podendo ser dissociadas de modo fácil – a mediação entre tempo e narrativa é constituída pela relação da tríplice mimese.

Ricoeur, desse modo, busca apresentar uma perspectiva que ultrapassa a mera análise do texto, isolado de outros elementos. Ao identificar a mimese I, o filósofo caracteriza-a como

uma espécie de pré-compreensão da realidade e da ação, ou seja, a capacidade de reconhecer os traços estruturantes, comum ao narrador e a seu leitor – ou, pensando no caso do jornalismo, ao repórter e a seu público. Seria, então, o mundo que precede a própria narrativa, sendo que ele também é, de alguma maneira, narrado – basta pensar nos dilemas éticos, morais, as normas imanentes de uma cultura. Por meio de determinadas convenções, um gesto pode ser de uma maneira ou de outra, suscitando respostas de aprovação ou reprovação.

Aliás, a cultura não deixa de ser uma trama simbólica, isso é, um conjunto de símbolos e significados em permanente interação que articula a narração (RICOEUR, 1994, p.61). Afinal, se algo pode ser narrado, é porque ele já está balizado por signos, normas e regras – voltando ao exemplo do jornalismo, talvez a mimese I pudesse ser compreendida, então, como a pergunta que impulsiona a atividade jornalística: de que forma o jornalismo é percebido e interpretado antes mesmo das notícias específicas alcançarem seus leitores?

Nota-se, portanto, que Ricoeur parte de uma concepção hermenêutica, pois envolve os receptores do texto no movimento de reinterpretação do que eles leem ou captam. Nesse sentido, as pessoas expostas às narrativas não são passivas frente ao texto.

Para uma semiótica, o único conceito operatório permanece, o texto literário. Uma hermenêutica, em compensação, preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá; obras, autores, eleitores. [...] O desafio é pois o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. (RICOEUR, 1994 p. 86).

Além disso, os acontecimentos, isolados, não configuram uma história. Se a comemoração de aniversário dos jornais fosse apenas uma compilação de fatos, não haveria uma narração como compreende Ricoeur. Para que isso ocorra, é necessária a presença da intriga, que implica no *como-se*. Essa é a fase da mimese II, o momento de configuração das temporalidades. É o instante em que o narrador ergue a tessitura da intriga, o que implica em combinar caracteres temporais. Narrar é, portanto, uma maneira de estabelecer relações de causa e efeito, enumerando os fatos do princípio ao fim (BOSI, 1992). O ponto final é a parada conclusiva da narrativa, o cume que permite vislumbrar a totalidade da história.

(...) ao criarmos narrativas nos referimos a um mundo preconfigurado, ele próprio necessitando de interpretações que se darão a ver narrativamente, ligamos tempos e intriga também a partir de gestos interpretativos e lemos reinterpretando, jogo de reconfigurações que põe termo, jamais final, ao processo comunicativo próprio das narrativas. (CARVALHO, 2016, p.267)

Retomando a situação do jornalismo, poder-se-ia inclusive considerar a mimese II como a reportagem, a notícia em si, elaborada por um método de trabalho jornalístico. As narrativas no jornalismo, porém, tendem a separar o narrador (o repórter, o jornalista) do texto narrado – elas reportam algo exterior, referenciado pelas fontes de informação.

Recorrendo a conceitos de narratologia, podemos considerar que na dimensão axiológica do jornalismo há um ideal de focalização externa - objectiva, sem interferência - em particular na separação entre relatos e comentários. Por outro lado, na dimensão instrumental da seleção dos factos, e sobretudo na sua construção como relato de reportagem, a focalização torna-se mais próxima da omnisciente, faz uso de um conhecimento superior ao fornecido, o narrador pode controlar os eventos reportados, os personagens que os interpretam, o tempo em que se movem, os cenários em que se situam. (PONTE, 2005, p. 46)

A tessitura da intriga, assim como o jornalismo, é um ato mediador. Ela revela-se ao público ao engendrar uma história organizada de forma inteligível, não sendo apenas uma sequência desconexa de acontecimentos. Em outras palavras, “a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração” (RICOEUR, 1994, p. 103).

A terceira operação, a mimese III, marca a etapa derradeira do circuito mimético: a narrativa chega aos olhos dos leitores ou às orelhas dos ouvintes, concluindo um percurso de transmissão. No jornalismo, é o momento em que os receptores das informações jornalísticas fazem a reconfiguração das notícias ao entrar em contato com aquilo que foi narrado. Eles esperam, assim, um relato verossímil e que tenha a intenção de verdade. Da mesma forma, quando o jornal narra um fato do passado, ele proporciona aos leitores uma temporalidade que não corresponde ao ocorrido, pois o ato de narrar configura-se no presente. “A rememoração é ativa, ela não é o surgimento involuntário do passado no presente; ao buscar um momento do passado ela tende a transformá-lo” (HARTOG, 2013, p.168). É um mimético porque imitador da vida, de certa forma. A memória não corresponde ao passado tal como ele foi, mas sim como ele pode ser representado.

As reflexões de Ricouer poderiam levar a crer que o movimento da tríplice mimese segue um padrão imutável, passando de uma etapa a outra de maneira viciosa. Porém, na verdade, trata-se de um círculo hermenêutico de fato, já que qualquer uma das mimeses pode ser intermediária das demais. Por meio do texto configurado pelo autor de uma determinada narrativa, a experiência pré-figurada (mimese I) alcança o leitor (mimese III), por exemplo. Da mesma forma, o leitor atua como um agente criador diante ao texto, reiniciando o processo de mimese II.

### 3 CORREIO DO POVO: VERSÕES DO PASSADO DO JORNAL A PARTIR DOS SEUS TRAÇOS MEMORIAIS

Sintetizar a história de um jornal não significa apenas ordenar fatos numa cronologia linear, criando uma narrativa simples que condensa um início e um fim. Trata-se, na realidade, de uma empreitada que exige múltiplas ponderações. O passado ressurge na forma de vestígios, rastros; não é um fenômeno que existe, portanto, de forma espontânea, isolado em si mesmo. Não se pode interpretar processos históricos sem levar em consideração o contexto em que estão inseridos. Então, para investigar a história de um periódico como o *Correio do Povo*, é preciso entender que tal análise é um exercício intelectual que parte de questões contemporâneas, ou seja, é a partir de um questionamento feito no presente que se busca explicações, interpretações sobre realidades do passado.

O desafio vislumbrado neste capítulo é romper com visões de senso comum e pensar a trajetória do jornal para além de um mero relato sobre o que aconteceu. Partindo da pesquisa bibliográfica e do cruzamento com diversas obras e autores que tematizaram o *Correio do Povo* - sem esquecer das fontes documentais, como entrevistas nas publicações da época com os proprietários do jornal - o objetivo é equilibrar o caráter descritivo com o analítico. Assim, procura-se relacionar o que ocorria no *Correio do Povo* com o cenário mais amplo tanto da conjuntura histórica no Brasil e no Rio Grande do Sul quanto do próprio desenrolar do jornalismo ao longo do século XX. A proposta é capturar as tensões entre continuidade e ruptura, fugindo de uma perspectiva que se orienta somente pelos grandes feitos de personagens notáveis. Seria simples narrar a trajetória do impresso como um empreendimento solitário da família Caldas, mas esse ponto de vista é insuficiente, não responde às inquietações que esta pesquisa propõe. É necessário, ao investigar o passado de um veículo de comunicação, dar conta de complexas dimensões que precisam ser contempladas, mesmo que de maneira tangencial: os aspectos políticos, tecnológicos e econômicos, por exemplo.

Da mesma forma, características propriamente jornalísticas também são abrangidas durante este capítulo, em um esforço de discutir as engrenagens da produção do jornal, as lógicas do jornalismo nas décadas em que o *Correio do Povo* circulou sob o comando da família Caldas. Neste sentido, o modelo apresentado pelo historiador Robert Darnton (2010), a respeito do circuito de comunicação, serve como inspiração para a discussão deste capítulo. É um caminho a percorrer que considera o emaranhado de condições e circunstâncias presentes na história da comunicação impressa (DARNTON, 2010, p.126).

O enfoque privilegiado, considerando que este trabalho busca refletir sobre como o *Correio do Povo* narra a memória de si mesmo nas edições de aniversário, é o contexto de criação do jornal, tendo em vista que este marco originário é um princípio unificador. A importância da data é retomada a cada nova passagem de ano. Em um primeiro momento, são traçados os cenários que levaram à formação do *Correio do Povo*, no final do século XIX, na tentativa de investigar como era aquele período histórico, o que confluía para explicar o surgimento do jornal. É um esforço de historicizar, ou seja, colocar em perspectiva temporal, problematizar esse nascimento que, por vezes, é tomado na bibliografia como um evento dado, que se compreende de forma intuitiva.

Uma análise crítica, contudo, permite perceber que a própria iniciativa de fundar o jornal era uma possibilidade em aberto. Nada garantia a priori que o *Correio do Povo* iria sobreviver às mudanças das décadas. Paul Ricoeur (2001) é preciso ao afirmar que o passado tinha um futuro, e é no tempo presente que este futuro é produzido e significado. Ele não surge de antemão. A intenção deste capítulo, portanto, não é descobrir o passado do jornal, mas sim realizar uma reconstrução possível, dentro de um viés historiográfico. Há toda uma gama de relações a discutir, que não são evidentes por si só.

Após contextualizar a constituição do jornal, a discussão segue por meio de um recorte que caracteriza o *Correio do Povo* como representante do chamado jornalismo moderno ou informativo no Rio Grande do Sul. A questão é verificar o lugar que esse impresso ocupava historicamente para interagir com seu entorno político-social. As coordenadas temporais estão balizadas pelo período em que o jornal esteve sob o controle da família Caldas - desde 1895 até 1984 - abordando, assim, a trajetória de um impresso que carregava um peso simbólico tradicional, familiar.

O *Correio do Povo* é, portanto, um veículo de comunicação centenário – é o periódico mais antigo ainda em circulação em Porto Alegre, se forem desconsiderados os anos em que permaneceu fechado, de 1984 a 1986 (RÜDIGER, 2003). O jornal também estabeleceu uma espécie de mítica em torno do seu nome. Durante décadas, o impresso construiu para si um espaço de legitimidade e respeito, a tal ponto de ser considerado como sinônimo de credibilidade<sup>12</sup>. Afinal, é preciso levar em conta que nome de um jornal não deixa de ser uma

---

<sup>12</sup>Para os propósitos desta dissertação, sem ter a pretensão de aprofundar o conceito, pode-se entender que a credibilidade como capital simbólico por excelência do jornalismo (BERGER, 1996). É a capacidade de fazer crer que aquilo foi publicado possui veracidade, pois a notícia passou por um processo de apuração jornalística, cumpriu um contrato implícito de comunicação e, portanto, pode ser considerada confiável (CHARAUDEAU, 2010). Ou seja, a credibilidade é um elemento crucial para a reputação não somente de um jornal impresso, mas para qualquer veículo jornalístico de comunicação. Afinal de contas, em síntese, trata-se de uma percepção

forma de enunciado dominante – nas páginas do impresso, é o substantivo que está sempre acima de todos os textos, assumindo, assim, o papel de representar a coerência e a continuidade da publicação. Nesse sentido, a expressão *Correio do Povo*<sup>13</sup> “constitui uma espera, por parte do leitor, de certos enunciados” (MOUILLAUD, 2012, p.102).

A própria materialidade do jornal determina, portanto, como ele é percebido pelo público. Os textos, difundidos nesses periódicos, podem ser visto como partes individuais de uma coleção maior, que prossegue ao longo de um ano inteiro. Isso é, diferente de um livro, o jornal impresso sucede-se número após número sem que seja, contudo, necessário ler cada edição, pois elas são autônomas entre si. Em outras palavras, não é necessário ler a edição de domingo para entender a da segunda-feira, por exemplo. A coesão é mantida pelo nome do jornal - a expressão *Correio do Povo* diferencia a publicação de todas as demais em circulação, mas existem outras marcas simbólicas que atravessam o conjunto. O logotipo, o estilo de redação, a linguagem, enfim, vários elementos da diagramação e da escrita dos textos publicados revelam as características de reconhecimento e distinção, como se fosse estabelecido uma espécie de pacto implícito com o leitor (MOUILLAUD, 2012, pp. 85-98). Tais traços reforçam atributos editoriais, evidenciando o estilo dos proprietários, dos redatores e do tipo de anunciantes que divulgam suas campanhas publicitárias nas páginas do jornal.

Então, entre os leitores do diário, tornou-se lugar-comum afirmar que “se deu no *Correio*, é verdade” (DILLENBERG, 1997, p.7). Para o público que consumia as notícias do impresso, pode-se até mesmo notar que existia uma dimensão quase moral na leitura desse jornal – ele se consolidou como um emblema de respeitabilidade e precisão, e nomes notórios da literatura rio-grandense<sup>14</sup> passaram pelas páginas do *Correio do Povo* (GALVANI, 1994). É possível, portanto, perceber a centralidade do *Correio do Povo* para se pensar o desenvolvimento histórico do jornalismo gaúcho ao longo do século XX. Mesmo sendo escrito

---

qualitativa do público com os jornais, uma relação de confiança amparada em valores éticos, condicionada por regras e sujeita a uma regularidade (LISBOA, 2012).

<sup>13</sup> O próprio título, aliás, exprime duas ideias aparentemente contraditórias: o correio, por definição, é um sistema de divulgação de notícias destinado a poucos remetentes. Cartas são, em geral, mensagens privadas, confiadas a um único destinatário. Costumam inclusive trazer inclusive informações confidenciais. Ao se intitular como um *correio do povo*, o jornal afirma-se, de maneira simbólica, como uma espécie de mensageiro coletivo. Nesse sentido, “o jornal não só supre a notícia pública, privada ou comercial, como também dissemina tanto a notícia intencional que é endereçada ao público, quanto a que se deveria manter em segredo” (TÖNNIES, 2006, p.90)

<sup>14</sup> Sem ter a pretensão de fazer uma extensa lista dos escritores e intelectuais que escreveram no *Correio do Povo* ao longo do século XX, podemos ao menos citar os nomes de Erico Verissimo, que estreou no jornal em 1929, Mario Quintana, que publicou sua primeira colaboração em 1934, além de tantos outros, em diferentes décadas e contextos históricos, como Alcides Maia, Augusto Machado, Dyonelio Machado, Tabajara Ruas e Moacyr Scliar (GALVANI, 1994, p.537). Para uma discussão aprofundada sobre a movimentação cultural e a produção intelectual no jornal, em especial quanto ao suplemento conhecido como Caderno de Sábado, cf. CARDOSO, Everton. **O suplemento cultural como rede de relações: os intelectuais no Caderno de Sábado do jornal Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1981)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2016.

na capital, ao longo de sua existência o jornal deixou de ser uma folha exclusivamente porto-alegrense e, graças às constantes inovações, expandiu sua circulação para o interior do estado, vindo inclusive a concorrer com os periódicos locais (RÜDIGER, 2003).

Sobre isso, em entrevista ao jornalista José Antonio Pinheiro Machado, Breno Caldas – diretor do *Correio do Povo* durante décadas, filho do fundador e, claro, ex-proprietário do jornal – destaca que

Durante muito tempo, o *Correio* foi praticamente o único grande jornal do Rio Grande do Sul. Essa situação permaneceu por anos. O *Correio* era sinônimo de “jornal” numa certa época. Tem um fato da minha adolescência que, para mim, é inesquecível e muito ilustrativo disso. Um colega dos tempos do Colégio Anchieta me contava um filme do Carlitos que tinha visto no cinema e, numa parte em que o Carlitos abria um jornal, o meu colega contou: “Então ele sentou e abriu o *Correio do Povo*...” Fora o *Correio*, naquele tempo, tinha só a Federação, que era um jornal do governo. O *Correio* tinha uma posição independente, quase oposicionista, pouco favorável ao governo, embora reconhecendo algumas ações meritórias, era crítico... Era o “Róseo” (CALDAS apud MACHADO, 1987, p.19-20)

A propalada credibilidade do *Correio do Povo* pode ser ilustrada por certas situações referenciadas na bibliografia sobre o passado do jornal. Um exemplo paradigmático foi a notícia sobre o falecimento do Papa Pio XII, em 1958. Walter Galvani (1994) menciona que, em 9 de outubro daquele ano, o *Diário de Notícias*<sup>15</sup> – na época, principal concorrente da publicação de Caldas Júnior (DE GRANDI, 2005) – veiculou com destaque a manchete de que o pontífice havia morrido. O *Correio do Povo*, por sua vez, publicou apenas uma nota a respeito, dizendo que o estado de saúde do Papa tinha se agravado ligeiramente. O desencontro de informações, segundo Galvani (1994, p.401-402), causou desconfiança entre os gaúchos, que preferiram esperar a edição posterior do *Correio do Povo* para confirmar a veracidade da notícia. Breno Caldas, ao recordar o episódio, menciona que o próprio arcebispo metropolitano hesitou em declarar luto oficial, já que o jornal ainda não havia divulgado a notícia (MACHADO, 1987, p.20).

---

<sup>15</sup> Jornal porto-alegrense fundado em 1925, sob a direção, entre outros, do jornalista Francisco de Leonardo Truda (1886 – 1942). O *Diário de Notícias* nasceu, aliás, de uma dissidência de jornalistas que trabalharam no *Correio do Povo*, pois Truda entrou em conflito com os gestores do jornal de Caldas Júnior ao perder o cargo de chefia no comando da redação, poucos anos após a morte do proprietário. A ambição do matutino, desde a sua fundação, era superar o *Correio* (DE GRANDI, 2005, pp.21-22). Seja como for, o *Diário* foi comprado apenas cinco anos depois, em 1930, por Assis Chateaubriand, que estava recém começando a consolidar seu império de comunicações, posteriormente chamado de Diários Associados. O último exemplar do *Diário de Notícias* circulou 30 de dezembro de 1979, encerrando uma trajetória de 54 anos de publicação (DE GRANDI, 2005).

Apesar do caráter um tanto anedótico dessas situações<sup>16</sup>, o poder que o jornal desfrutava era considerável. A importância e o alcance que o *Correio do Povo* conquistou durante o século XX perante a sociedade gaúcha são, portanto, fatores que impulsionaram na escolha deste objeto de pesquisa em particular. Em outras ocasiões, governadores recém-empossados inclusive faziam questão de ir, logo após o momento da posse, até a sede do jornal para visitar Breno Caldas – cortesia que era fotografada e publicada nas páginas do *Correio do Povo*, expressando a influência política do periódico (STRELOW, 2010, p.3). Breno Caldas também comenta que, em 1973, no auge do regime militar, o general Emílio Médici, então presidente da República, viajou de Brasília a Porto Alegre apenas para comer um churrasco na sua fazenda (CALDAS *apud* MACHADO, 1987, p.83-84). Não se pode menosprezar a influência de um proprietário de jornal que, com tanta intimidade, convivia com os chefes de Estado.

A carência de trabalhos de fôlego, porém, ainda é a maior dificuldade para os estudos da história da imprensa no Rio Grande do Sul. Boa parte da bibliografia resume-se a memórias de jornalistas sobre os veículos em que atuaram<sup>17</sup>. Apesar da importância desses relatos para a reconstituição da trajetória dos impressos gaúchos, ainda assim são textos que exacerbam um olhar quase apaixonado, valorizando o passado dos jornais como uma narrativa de grandes acontecimentos, reportagens marcantes e repórteres virtuosos<sup>18</sup>. O problema é que isso acarreta uma espécie de mitificação dos periódicos, como se eles desfrutassem de uma essência que permaneceu imutável ao longo das décadas. É necessário, portanto, relativizar o entusiasmo que esse tipo de produção memorialística costuma carregar. De qualquer forma, mesmo sem possuir o rigor e o distanciamento de uma análise científica, são livros que trazem uma série de informações e dados, servindo como ponto de partida para discussões posteriores. No caso do *Correio do Povo*, uma das obras que se tornaram indispensáveis para a reconstituição da história desse jornal é o trabalho de Walter Galvani (1994), mencionado anteriormente. O autor

---

<sup>16</sup> Aparentemente, houve uma confusão nos episódios mencionadas por Galvani (1994). Nas edições de 9 de outubro de 1958, ambos jornais publicaram a mesma manchete, noticiando a morte do Papa Pio XII, conforme aponta Celito De Grandi (2005, p.114). O mais provável, então, é que a história tenha sido confundida com um acontecimento anterior, cujos nomes são bastante similares. Em 10 de fevereiro de 1939, data de falecimento do Papa Pio XI, o *Diário de Notícias* divulgou a morte do Sumo Pontífice, enquanto o *Correio do Povo* informou apenas que o estado de saúde do Papa havia piorado. Para mais detalhes, cf. GARCIA, Carlos; DALPIAZ, Jamile. **Quando o Diário furou o Correio: a morte do Papa Pio XI na imprensa porto alegre em 1939**. Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava: Unicentro, 2011.

<sup>17</sup> Nesse sentido, convém ressaltar que os três principais autores que tentaram fazer uma síntese da história do *Correio do Povo* (DILLEBURG, 1997; GALVANI, 1994; MACHADO, 1987) trabalharam no próprio jornal. Sérgio Dillenberg foi repórter do *Correio do Povo* entre 1971 a 1974; José Antonio Pinheiro Machado trabalhou na Empresa Caldas Júnior de 1969 e 1975; por fim, Walter Galvani ingressou na Caldas Júnior em 1955, onde exerceu diversas atividades jornalísticas até chegar ao cargo de diretor.

<sup>18</sup> Apenas para citar alguns exemplos, pode-se mencionar de Celito De Grandi (2005), Jefferson Barros (1999), Lauro Schirmer (2000), entre outros.

tentou realizar uma arqueologia do impresso porto-alegrense, sintetizando as principais etapas do periódico ao longo de seus quase cem anos de existência<sup>19</sup>.

Ao mesmo tempo, porém, é preciso considerar que o livro de Walter Galvani carrega um tom quase oficial, atribuindo ao *Correio do Povo* uma trajetória absoluta e inequívoca. Em momento algum, ele tenta abordar o jornal a partir de uma reflexão teórica. Pelo contrário, seu objetivo é escrever uma “reportagem de investigação histórica”, na qual os fatos “foram se enfileirando, na minha frente, com naturalidade, e os personagens importantes saíram do seu descanso, ao natural para desfilar diante do pesquisador” (GALVANI, 1994, p.11). Tal perspectiva, contudo, oculta uma visão do passado um tanto simplista, como se a recuperação da história fosse um mero ato de reunir dados e informações. Ele, portanto, não se preocupou em confrontar outras fontes da época.

Galvani também é um narrador fortemente inserido na história em que descreve e, além disso, assume certos pressupostos que jamais são contestados, como, por exemplo, que o *Correio do Povo* manteve-se coeso ao longo de todo o século XX. É importante perceber que Galvani teve ainda uma participação ativa nos últimos anos do jornal sob o comando da família Caldas<sup>20</sup>. Quando, por exemplo, relata a greve na empresa jornalística, entre fins de 1983 e início de 1984, “seu posicionamento enfaticamente contrário ao movimento ajuda a entrever a argumentação esgrimida pela via patronal” (ESPERANÇA, 2007, p.35). Por último, Galvani enquadra a memória do jornal dentro de uma lógica comemorativa, tendo em vista que lançou o livro justamente às vésperas do ano em que foi comemorado o centenário do *Correio do Povo*. O olhar do autor é, por isso, comprometido com uma escrita de admiração ao passado do jornal.

Para que seja possível avaliar o que representou o *Correio do Povo* na história da imprensa, devemos contextualizá-lo em relação ao jornalismo exercido não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outros lugares do país e mesmo do mundo. Afinal, um jornal

---

<sup>19</sup> Na década de 1980, o Grupo de Comunicação Caldas Júnior, então detentor do *Correio do Povo*, entra em declínio, perdendo sua posição hegemônica diante as pressões impostas pelo mercado e ao crescimento dos concorrentes. Assim, o principal jornal da empresa foi fechado em 1984, encerrando um ciclo de quase cem anos de publicação ininterrupta.

<sup>20</sup> Um texto publicado em novembro de 1975 no *Coorjornal* - impresso da cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre - indica que a direção da Companhia Jornalística Caldas Júnior confiava em Galvani para assumir a gerência dos veículos da empresa em momentos delicados, como, por exemplo, quando havia demissões em massa e a exigência de reformulações internas na linha editorial. Naquela ocasião, após a saída de 21 funcionários da redação, Galvani - que exercia as funções de subsecretário do *Correio do Povo* e de chefe da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini - tornou-se diretor da *Folha da Manhã*, tabloide matutino da empresa que se apresentava como um jornal voltado para o leitor jovem. Segundo o *Coorjornal*, porém, a gestão de Galvani evidenciava "a adoção de uma linha mais branca, mais próxima dos outros órgãos da Caldas Júnior do que do tom fortemente crítico que vinha caracterizando a `Folhinha` nos últimos dois anos". (COOJORNAL, 15/11/1975, p.6).

se define em relação a uma conjuntura sócio-histórica. “Ao mesmo tempo em que reflete características desse contexto e noticia os fatos correntes, o jornalismo atua nos acontecimentos e nos processos históricos, numa relação complexa” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.12). Além disso, a própria atividade jornalística necessita de uma conjunção de fatores para se desenvolver: é preciso, por exemplo, que exista um público letrado e interessado em consumir periodicamente notícias sobre os eventos do mundo, além da implementação de uma técnica que permita a reprodução massiva de folhas impressas (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.15).

### 3.1. AS ORIGENS: A CONJUNTURA HISTÓRICA DO ANO DE FUNDAÇÃO

A data de nascimento do *Correio do Povo* está bem demarcada: primeiro de outubro de 1895. Seu nascimento, aliás, só foi possível graças aos esforços conjuntos de três fundadores: o médico Mário Totta (1874-1947), o gráfico e jornalista José Paulino de Azureña (1860–1909) e, principalmente, o jornalista sergipano Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior (1868 - 1913). Sua diretriz jornalística fundamentava-se em três palavras: “independente, nobre e forte” (DILLENBURG, 1997, p.9; GALVANI, 1994, p.41). Portanto, desde o início, o jornal tentava se apresentar ao público como um impresso desvinculado de quaisquer interesses político-partidários – ele surgia com o propósito explícito de renovar a imprensa da época (STRELOW, 2010, p.1). Afinal, aquele era o momento em que o jornalismo, depois de ter consolidado as condições técnicas e materiais para a produção em larga escala, encaminhava-se rumo ao capital, transformando a notícia em um bem de consumo, uma mercadoria, e renunciava ao seu caráter predominantemente panfletário (TRAQUINA, 2012).

Essa transição não se desencadeou no vácuo; como sempre acontece, decorreu de um contexto histórico maior, que envolvia múltiplos fatores, tais como a expansão da economia do mercado, a urbanização, o crescimento da classe média, entre outros, que alargaram o público leitor e permitiram que as empresas jornalísticas comerciais florescessem. A industrialização foi outra grande aliada da imprensa, pois as inovações técnicas aceleraram extraordinariamente o processo de composição dos jornais (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Por isso é necessário situar as particularidades da imprensa no Brasil, implantada tardiamente em relação a outras nações latino-americanas<sup>21</sup>. Na época colonial, a censura

---

<sup>21</sup> Para se ter uma régua de comparação, o México conheceu a imprensa em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglesas (Guiana e Trindade e Tobago), em 1650 (SODRÉ, 2011). Vale destacar que, diferente da América conquistada pelos espanhóis, os portugueses não precisaram enfrentar povos que possuíam uma sociedade estruturada em grandes impérios, como é o caso das civilizações dos astecas e dos incas. Ou seja, no plano da dominação cultural, o uso da tipografia não era uma necessidade tão urgente no Brasil colonial. Até meados do

prévia restringia as práticas tipográficas e, portanto, a proliferação dos periódicos. A colônia brasileira era um mundo marcado pela oralidade. A grande maioria da população, composta pela massa de escravos, colonizadores iletrados e os povos nativos, comunicava-se através da voz e dos gestos do corpo, expressos, por exemplo, nas danças e nas cantigas populares. Mesmo a palavra escrita era usada a serviço da fala: aqueles que sabiam ler e escrever repetiam em voz alta aquilo que liam (MARIALVA, 2013, p.19). As práticas de leitura coletiva expressavam-se nos pregões oficiais, que espalhavam os atos de governo, e nas Igrejas, com os ritos eclesiásticos de orações e sermões (MOREL, 2008, p.28). A imprensa periódica ainda não se firmara como o principal meio de transmissão de conhecimento e pensamento.

É uma história só se inicia no começo do século XIX, mais precisamente em 1808, quando a família real portuguesa transfere-se para a colônia e autoriza, em setembro do mesmo ano, a impressão de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial do Estado monárquico e absolutista, além de tolerar a circulação do *Correio Braziliense*, que fazia críticas ao governo. Este último impresso, aliás, também surgiu em 1808, no mês de junho. Era editado na Europa e cruzava o oceano para chegar até o Brasil (MOREL, 2008, pp. 29-31).

Nos períodos que se sucedem, há imprensa política durante a Independência, com os pasquins; literária, na metade do século XIX; engajada, nos movimentos abolicionistas e republicanos do final do século; humorística e sindical, nas primeiras décadas do século XX. A concepção do jornalismo enquanto notícia e empreendimento capitalista é, portanto, fenômeno muito recente em termos históricos (SODRÉ, 2011).

Dentre os autores que tentaram estabelecer uma periodização das fases históricas da imprensa e do jornalismo no Rio Grande do Sul, em particular, Rüdiger (2003) diferencia no estado gaúcho dois momentos paradigmáticos, ou melhor, regimes jornalísticos: o político-partidário e o informativo. O primeiro corresponde aproximadamente ao período entre meados do século XIX até a década de 1930, sendo caracterizado pelo predomínio das publicações vinculadas aos partidos políticos. A segunda etapa, dominada pelo conceito da indústria cultural, é aquela que perdura até os dias de hoje, tendo sido gestada no início do século XX, quando começaram a surgir as empresas jornalísticas. Este último modelo consolida-se com a estruturação das atuais redes monopólicas de comunicação, que englobam jornais, rádios e canais de televisão. Tais distinções são relevantes porque o *Correio do Povo* é um jornal que se insere em um momento de transição. Ele surge no período dominado pelo jornalismo

---

século XVIII, na colônia brasileira, o próprio idioma português perdia espaço frente à língua geral, uma variante do tupi falado principalmente nas zonas mais afastadas do litoral (LAGO; ROMANCINI, 2007, pp.19-20)

político-partidário, mas já apresentava, em sua linha editorial, tendências que se alinhavam com o novo regime jornalístico que começa a despontar no horizonte histórico.

Hohlfeldt (2006), contudo, critica os parâmetros estabelecidos por Rüdiger para demarcar tais períodos, argumentando que as datas apresentadas como referências têm pouca relação com a história da imprensa sul-riograndense, em sentido estrito. Então, Hohlfeldt propõe uma classificação separada em oito fases que, na realidade, não são exatamente subsequentes, mas se entrecruzam e permanecem contemporâneas uma das outras. O *Correio do Povo*, sob o comando da família Caldas, atravessa, dentro das etapas destrinchadas por Hohlfeldt, os períodos da imprensa industrial, empresarial e de massa<sup>22</sup> - ou seja, na prática, todas as principais tendências jornalísticas do século XX. O importante, para os propósitos desta pesquisa, é ressaltar que o *Correio do Povo* recebe destaque na análise de Hohlfeldt como o jornal cuja ascensão quebra, no Rio Grande do Sul, a hegemonia da imprensa partidária ou panfletária civil.

Outra proposta de tipificação, útil para pensar o *Correio do Povo* dentro de um contexto global, é o esquema das transformações no jornalismo<sup>23</sup> dividido em quatro fases, uma classificação criada pelos pesquisadores canadenses Charron e Bonville (2016). Esses períodos são chamados pelos autores de paradigmas jornalísticos, caracterizados por formas singulares de praticar o jornalismo. É uma forma de estabelecer balizas conceituais para a história do jornalismo, elaborando modelos coerentes que traçam as linhas gerais da trajetória jornalística sem, contudo, se restringir a uma descrição sequencial, como se uma etapa sobrepujasse totalmente a outra.

Em resumo, a perspectiva desenvolvida pelos autores distingue os seguintes paradigmas:

---

<sup>22</sup> Para Hohlfeldt (2006), a imprensa industrial inicia, no Rio Grande do Sul, em 1912, com o surgimento da clichéria, e perdura até meados de 1960. É uma etapa caracterizada pela diversificação das publicações, o fortalecimento da segmentação dos impressos e a competição com as mídias então emergentes, como o rádio, o cinema e, posteriormente, com a televisão. A fase empresarial, por sua vez, surge durante o Estado Novo e atinge seu auge na década de 1970, com a indústria cultural. “Nesse período, as empresas jornalísticas vão procurar se modernizar cada vez mais, adquirindo maquinário, ampliando a competição entre elas e, enfim, buscando uma crescente aproximação com o seu público, o que vai bem além da simples função jornalística da informação e da opinião” (HOHLFELDT, 2006, pp.3-4). Por fim, a imprensa de massa é aquela definida pela concentração de múltiplas plataformas midiáticas, ou seja, quando uma mesma empresa detém diferentes veículos de comunicação, nas mais diversas mídias.

<sup>23</sup> Para fins de rigor conceitual, convém destacar que jornalismo e imprensa, ainda que se confundam para o senso comum, não designam o mesmo fenômeno. Imprensa é a efetivação de um processo técnico, envolvendo mecanismos de impressão em massa, enquanto o jornalismo é uma prática social e “discursiva que tem por objeto as questões públicas”, tendo como dever “(...) representar o real de uma maneira que dê a todos os agentes sociais engajados em sua produção, jornalistas, fontes de informação, anunciantes – e leitores – a convicção do real” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 186). Então, nesse sentido, é possível falar de imprensa sem, necessariamente, implicar em jornalismo.

**Jornalismo de Transmissão:** século XVII, momento em que não existia a figura do profissional jornalista, pois o repasse de informações ocorria por meio de gazetas, cuja função era difundir anúncios e correspondências. Não havia, portanto, um texto noticioso, produzido a partir de uma rotina consolidada e periódica.

**Jornalismo de Opinião:** início do século XIX, surge em um contexto de transformações das instituições políticas. O jornal consolida-se como um panfleto partidário, identificado com as lutas ideológicas. Passa a ser financiado pelos leitores e pela publicidade, além dos partidos, embora fosse um modelo ainda restrito por conta do alto analfabetismo da população e da escassez de condições técnicas para a distribuição em vasta escala.

**Jornalismo de Informação:** desde o fim do século XIX, nasce em uma conjuntura de grandes mudanças comerciais e sociais, tais como a industrialização e o conseqüente aumento na produção de bens de consumo, o que impulsiona o jornal a se tornar uma forma de comércio lucrativo. Assim, os debates políticos são abandonados em favor da publicação de temas que poderiam interessar a um maior número de leitores. Além disso, não se pode ignorar a ampliação dos aparatos tecnológicos – telégrafo, telefone, ferrovia, rotativas – o que acelera a coleta de informações sobre a atualidade e permite também o aumento de páginas e tiragens.

**Jornalismo de Comunicação:** a partir das décadas de 1970 e 1980, aparece em cenário marcado pela multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação, situação gerada pelas inovações técnicas e pelo movimento de desregulamentação e de liberalização dos mercados. Digitalização, miniaturização de equipamentos, telecomunicações e, mais recentemente, a rápida popularização da Internet convergem para criar um ambiente midiático de diversificação e superabundância de conteúdos, fazendo com que o jornalismo se apresente cada vez mais em consonância com as preferências de um público específico.

Dentro dessa abordagem, que também dialoga com as periodizações propostas tanto por Rüdiger (2003) quanto por Hohlfeldt (2006), o *Correio do Povo* poderia ser caracterizado como um jornal típico do Jornalismo de Informação. Ele se definiu como um veículo cuja estrutura divulgava assuntos diversos, destinados a um público que não se reduzia aos simpatizantes de um determinado partido político. É o pressuposto da imprensa moderna: a ideia de que os jornais deveriam apresentar uma posição neutra, isso é, dissociada de um ponto de vista partidário.

Também se pode argumentar que o jornalismo moderno finca raízes na emergência de uma sociedade democrática de mercado, expressão cunhada por Michael Schudson (2010). Ou seja, como discorre o autor (SCHUDSON, 2010, pp.73-76) foi o momento em que o ideal de governo deixou de ser pautado por um princípio aristocrático ou pela crença na soberania de

um monarca, sendo substituída pela percepção de que os eleitores deveriam escolher seus próprios governantes. Tal democratização não era exclusivamente política: a ascensão de uma cultura de mercado, por assim dizer, racionalizou a vida econômica. A terra, por exemplo, poderia ser comprada e vendida sem se sujeitar ao consentimento ou aos privilégios aristocráticos, e o trabalho humano passou a ser firmado pelas leis de oferta e procura, em vez de obedecer aos costumes tradicionais. A noção de sociedade, completa Schudson (2010, p.73), caracteriza-se, nessa perspectiva, pela ordem social urbana, com o surgimento de uma nova classe média que exigia maior igualdade nas relações sociais - isso é, que não houvesse mais distinções baseadas tão somente no direito de nascimento.

Ainda que a história brasileira seja marcada por processos de colonização bem distintos da sociedade estadunidense, a reflexão de Schudson (2010) encontra paralelos com a realidade de Porto Alegre no final do século XIX. A cidade crescia motivada por uma visão de progresso, incrementando seus meios de transporte, prédios, casas e ruas. A mudança na configuração da capital naquele momento histórico, portanto, também impulsionaram a construção de um novo ideal de jornal impresso, que pretendia substituir opiniões por fatos.

Assim, quando foi criado, o *Correio do Povo* estava no que se poderia considerar como a vanguarda do jornalismo gaúcho. Diferente das outras publicações jornalísticas da época, ele nasceu e se consolidou ao adotar uma lógica mercantil, renovando constantemente seu parque gráfico e reinvestindo os lucros na produção. Nesse sentido, pode-se dizer que ele foi o primeiro jornal moderno no Rio Grande do Sul (SILVA, 2015). Virgínia Fonseca (2008) também observa que, em âmbito regional, o *Correio do Povo* consagrou-se como paradigma do jornalismo informativo moderno, já que aplicava técnicas industriais na produção de conteúdos jornalísticos. Isso quer dizer que o jornal se tornava, assim, um produto de consumo demarcado por uma característica empresarial bem definida, algo que se aprofundou ao longo do século XX, quando “o entretenimento e o jornalismo começaram a convergir através de sua promoção conjunta, mas ainda paralela, por uma mesma empresa” (RÜDIGER, 2007, p.360).

Contudo, não se pode afirmar que o *Correio do Povo* se consolidou realmente como um gigantesco conglomerado midiático de alcance nacional. Apesar de ter sido reconhecido, ao longo de sua trajetória no século XX, como um dos principais jornais do Brasil (SODRÉ, 2011, p.342), podendo facilmente ser considerado um exemplo da grande imprensa<sup>24</sup> no país, sua

---

<sup>24</sup> Utilizada com frequência pelo senso comum, a expressão grande imprensa é, no entanto, um tanto vaga, até mesmo imprecisa, pois o seu significado varia conforme o contexto em que é empregada. “De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (MARTINS; LUCA, 2008, p.149).

área de influência estava limitada à região sulista. No Rio Grande do Sul, a criação de um empreendimento comunicacional de maior abrangência ocorreu com o posterior crescimento da Rede Brasil Sul (RBS), grupo de mídia fundado em 1957 pelo jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho e que se estabeleceu como uma verdadeira indústria cultural (FONSECA, 2008), embora a *Zero Hora*, principal jornal impresso da RBS, nunca tenha conseguido ultrapassar, em amplitude econômica, as fronteiras de Santa Catarina.

A Caldas Júnior, empresa proprietária do *Correio do Povo*, mesmo no seu auge, foi sempre um grupo jornalístico estadual. Ainda que tenha sido fundada em princípios comerciais, visando o lucro, a Caldas Júnior consolidou-se em torno de um projeto jornalístico que era, de fato, sua atividade central. Os donos do *Correio do Povo*, sob o domínio da família Caldas, consideravam-se também jornalistas e, por isso, compartilhavam alguns valores profissionais com seus funcionários da redação. Após a venda do *Correio do Povo*, em 1984 - quando o comando do jornal passou para as mãos de administradores, ou seja, de pessoas que não mais se identificavam como jornalistas - o projeto original da empresa foi reformulado e, assim, o jornalismo deixou de ser a principal fonte de renda, perdendo gradualmente poder de decisão e autonomia.

Alberto Dines (2009, pp.125-134) descreve, aliás, como aconteceram tais transformações em grande parte das organizações de imprensa no Brasil: jornais centenários comandados por jornalistas cederam lugar a jornais de empresas multifacetadas, gerenciadas por empresários cujos olhares são outros: “uma sensibilidade menos dócil à tradição, menos inocente, mais dedicada ao sucesso, mais ágil e pretensiosa, e com uma visão de mundo menos idealista” (WAINBERG, 2012, p.589)

Seja como for, voltando ao período da fundação do impresso, Rüdiger (2003) destaca um aspecto relevante para entender o surgimento do *Correio do Povo*: a estratégia do jornal foi favorecida pela própria conjuntura política no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista da história nacional, cabe lembrar que o Brasil passava por um período turbulento de transição, caracterizado pelo fim do regime monárquico e o início da República – uma conversão que desencadeou diversas hostilidades regionais. Então, na época, a sociedade gaúcha sentia os impactos provocados pela Revolução Federalista, que durante três anos – de 1893 a 1895 – radicalizou a rivalidade entre republicanos e federalistas. Os dois grupos defendiam ideias e doutrinas distintas e, na disputa pelo poder, mergulharam o estado em uma guerra civil.

Após a Proclamação da República, em 1889, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ascendeu ao comando estadual. Formado por estancieiros da zona fronteiriça, em associação com representantes dos setores médios urbanos, o PRR transformou-se numa

potente máquina política, sob a liderança centralizadora de Júlio de Castilhos (1860 – 1903). O novo governo adotou uma linha que pregava, ao mesmo tempo, aceleração econômica, impulsionada pelo incipiente desenvolvimento industrial, e uma visão conservadora, ou seja, sem transformações sociais. Para institucionalizar o regime, Castilhos redigiu pessoalmente a Constituição Estadual de 1891, estabelecendo, na prática, uma ditadura republicana. O governador – que, na época, era chamado de presidente – poderia, a partir daquele momento, ser reeleito indefinitivamente e, além disso, poderia publicar decretos que tinham força de lei. A Assembleia Legislativa ficou reduzida ao papel de simples fiscalizador do orçamentos e dos impostos (KÜNH, 2007, p.105).

Durante o período da Primeira República (1889 – 1930), práticas como fraudes, corrupção e violência eram corriqueiras nas eleições, levando em conta que o voto não era secreto e a maioria dos eleitores estavam sujeitos às ameaças e pressões dos chefes políticos locais (FAUSTO, 2012, p.149). Isso assegurou, no Rio Grande do Sul, o controle dos republicanos – a contestação, contudo, materializou-se no confronto armado. O Partido Federalista, criado por Gaspar Silveira Martins<sup>25</sup> (1835 – 1903) em 1892, aglutinou parte da oposição, reunindo antigos liberais, conservadores e republicanos dissidentes, cada vez mais descontentes com o caráter ditatorial do governo de Castilhos. Os federalistas eram, então, um grupo heterogêneo, que reunia tanto apoiadores do parlamentarismo quanto do presidencialismo. Ou seja, seu único ponto em comum era a oposição a Júlio de Castilhos (WASSERMAN, 2004, p.276). Os republicanos, por outro lado, além de defenderem ideais mais coesos, puderam contar com o reforço do Exército Brasileiro, graças à sustentação dada pelo segundo presidente do país, o marechal Floriano Peixoto (1839 – 1895), que sucedeu Deodoro da Fonseca (1827 – 1892).

Os federalistas lançaram uma ofensiva sincronizada no estado gaúcho em 1893. Exigiam a saída imediata de Júlio de Castilhos por considerar que a última eleição havia sido manipulada pelo PRR. O confronto, porém, mais do que uma disputa de ideias incompatíveis, pode ser melhor entendido como uma revolta de coronéis: os antigos estanceiros do período colonial, donos de extensas terras nas fronteiras – ou seja, protegiam os interesses territoriais do Império e, em troca, recebiam favores do governo, como o abrandamento da fiscalização ao contrabando – contra os republicanos, estabelecidos nas regiões litorâneas e da serra,

---

<sup>25</sup> Apesar de ser conhecido na historiografia gaúcha principalmente pela oposição ferrenha ao governo de Júlio de Castilhos, Silveira Martins também foi uma prestigiosa figura do Partido Liberal no Império Brasileiro: chegou a ser deputado, senador e governador do Rio Grande do Sul durante o período imperial.

representantes da nova elite em ascensão e disposta a monopolizar o poder (KÜHN, 2007, p.106).

Ao longo da guerra, ambos os lados zombavam do inimigo por meio de apelidos jocosos. Os republicanos foram chamados de pica-paus, em referência ao quepe utilizado pelos castilhistas: um tipo de chapéu pontiagudo que lembrava o bico peculiar desse pássaro. Os federalistas, por sua vez, receberam a alcunha de maragatos. O termo fazia uma alusão negativa ao caráter estrangeiro dos principais chefes militares de Silveira Martins, nascidos em São José, localidade uruguaia, cuja população era originária de uma região na Espanha, a Maragatería (WASSERMAN, 2004, p.276). Mesmo com o auxílio do governo central, as tropas de Castilhos enfrentaram dificuldades ao combater as forças federalistas, formadas por veteranos das guerras platinas e da Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

As diferentes posições ideológicas manifestavam-se com veemência na imprensa de então, e “era possível sentir com muita clareza de que lado estavam os jornais e jornalistas” (GALVANI, 1994, p.45). Quando os confrontos terminaram, o clima reinante parecia propício para o nascimento de um jornal que não estivesse comprometido de forma explícita com os partidos políticos, mas sim com uma suposta causa pública, por assim dizer. Afinal, é compreensível que as publicações partidárias tenham enfrentado certo desgaste após uma sangrenta guerra caracterizada por atos de violência de ambas facções<sup>26</sup>. A brutalidade atingiu tal ponto que não era incomum eliminar os prisioneiros da mesma forma que se abate um animal, com um golpe súbito na garganta – não por acaso, o conflito acabou conhecido como Revolução da Degola (PESAVENTO, 1983).

Aliás, sobre isso, cabe assinalar que o próprio pai de Caldas Júnior, o desembargador Francisco Antonio Vieira Caldas (1846 -1894)<sup>27</sup>, foi uma das vítimas da guerra, tendo sido castrado e degolado em Santa Catarina, no final da guerra. Breno Caldas - filho do fundador do *Correio do Povo* - durante entrevista a Pinheiro Machado, ao recordar o legado do pai, ressalta que:

---

<sup>26</sup>O brasilianista Joseph Love estima que entre 10 a 12 mil pessoas morreram durante os confrontos. Levando em conta que, naquele contexto, o Rio Grande do Sul possuía cerca de um milhão de habitantes, as baixas representaram uma perda de 1% da população local, no mínimo (LOVE, 1975, p. 77).

<sup>27</sup> Nascido em Sergipe, Francisco Caldas (1846-1894) formou-se em Direito na Faculdade de Pernambuco e seguiu carreira na magistratura. Assumiu o cargo de Juiz de Órfãos no Rio Grande do Sul, em 1872. Depois, quando foi promovido a desembargador, em 1892, teve que se transferir para a Ilha do Desterro, atual Florianópolis. Em Santa Catarina, Francisco Caldas apoiou o governo provisório de Frederico Guilherme de Lorena (1850-1894), que permaneceu no poder estadual entre 1893 a 1894, proclamando independência em relação ao resto do Brasil. Na luta contra o governo do então presidente da república, marechal Floriano Peixoto (1839 - 1895), os revoltosos perderam a batalha final contra as forças do coronel Moreira César (1850-1897), que tomou a cidade e encabeçou a execução das lideranças dos derrotados. Francisco Caldas havia sido nomeado chefe de polícia do regime de Lorena e, por isso, foi condenado à morte (GALVANI, 1994, p.36)

(...) era de se esperar, era natural, que o *Correio do Povo* – que seria fundado logo depois daqueles fatos – surgisse furibundo contra a situação, contra a truculência do governo do marechal Floriano. Mas isso não aconteceu. O meu pai entendeu de fazer um jornalismo diferente. Quis fundar um jornal moderno, com uma ideia nova de imprensa para a época: uma ideia em que o jornal fosse imparcial... quer dizer, imparcial o mais possível, porque a vida está sempre subordinada às circunstâncias (CALDAS apud MACHADO, 1987, p. 21).

Contudo, o novo jornal também encontrou dificuldades para se firmar em um contexto tão polarizado. Um periódico que se proclamava apartidário ia de encontro à expectativa dos leitores de então.

Esta aceitação, no entanto, não foi unânime. Como aceitar um periódico que não fosse inclinado a uma das linhas ideológicas da época? Não foi por acaso, portanto, que, apesar de se esgotar a edição inicial em questão de horas, tal a curiosidade do público, grupos políticos não demorassem a tecer fortes críticas à linha do jornal. (DILLENBURG, 1997, p. 27).

No ano de fundação do *Correio do Povo*, a imprensa porto-alegrense incluía, dentre outros, o vespertino *A Federação*, jornal oficial do Partido Republicano; o *Jornal do Commercio*, que se inclinava rumo às ideias propagadas pelo Partido Liberal; *O Mercantil*, com fortes tendências católicas; *O Dia*, considerado como um periódico de oposição contínua a Júlio de Castilhos, governador do estado na época; e *A República*, cujo nome, por si só, evidencia sua posição no campo político. Nesse cenário, o jornal de Caldas Júnior propaga a postura de neutralidade diante dos fatos como um diferencial e, assim, conquista terreno, investindo em maquinários gráficos cada vez mais potentes até vir a assumir, apenas três anos após sua fundação, o seguinte *slogan*: o jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul. Tal frase surgiu pela primeira vez dia 1º de janeiro de 1899 e, desde então, era impressa no cabeçalho de todas as capas do diário<sup>28</sup> (GALVANI, 1994, p.77).

De qualquer forma, nesse cenário dos periódicos porto-alegrenses, o nascimento do *Correio do Povo*, por si só, talvez não tenha representado uma mudança tão revolucionária para os padrões da imprensa local. O próprio *Jornal do Commercio*, apesar da postura de apoio ao Partido Liberal, também já era visto, segundo Rüdiger (1993, p.53), como um jornal imparcial

---

<sup>28</sup> Aliás, Galvani (1994, p.79-80) comenta que, na época, houve uma disputa pelo título de jornal de maior tiragem. Como não existiam institutos de aferição, qualquer periódico que fizesse tal afirmativa era rapidamente questionado pelos outros diários. Em 1891, ocorreu uma polêmica parecida em torno da questão da tiragem dos jornais porto-alegrenses *Reforma* e *A Federação*. Em janeiro de 1899, poucos dias após o *Correio do Povo* ter publicado o slogan, o *Jornal do Commercio* rebateu a afirmação e também passou a utilizar a mesma frase na capa das suas edições.

e respeitável. Em outras palavras, o recurso à aparente imparcialidade não era desconhecido entre os jornais da capital gaúcha. “O *Correio do Povo* simplesmente lhe copiara a fórmula, carregando um pouco mais na exploração dos serviços telegráficos e nas pequenas notícias, mas de resto confundia-se no panorama da imprensa gaúcha da época” (RÜDIGER, 1993, p. 59).

Além disso, é importante ter em consideração que, na época em que o *Correio do Povo* surgiu, o jornal ainda era um artigo de luxo, restrito às pessoas letradas, que estavam longe de ser a maioria no estado gaúcho. Portanto, é difícil precisar até que ponto a imprensa de então intervinha no cotidiano de todo o conjunto da sociedade sul-riograndense, já que a população analfabeta<sup>29</sup> e predominantemente rural ignorava o surgimento de mais um jornal da capital, mesmo um que se autoproclamasse do povo. Por outro lado, é preciso ressaltar que o jornal impresso é um fenômeno tipicamente urbano, que está relacionado ao processo de urbanização pelo qual o país atravessava gradualmente. “Os jornais se beneficiavam da experiência da vida na cidade como espetáculo, e contribuía para isso. Ofereciam aos leitores um relato sucessivo das maravilhas e mistérios da vida urbana” (SCHUDSON, 2010 p. 126).

Porto Alegre era, então, uma cidade em crescimento, que recebeu levas de imigrantes estrangeiros e pessoas vindas do interior do estado. Em um curto período de tempo, a capital passou de 43 mil habitantes no momento da Proclamação da República (1889) para uma população de pouco mais de 73 mil na virada do século XIX para o XX (PESAVENTO, 2007, p.167). Nesse contexto, era preciso transformar a vida na cidade, adaptá-la ao ideário da época: a modernidade urbana, um fenômeno que se alastrava pelo mundo, pautado na emergência de uma ordem racional, cosmopolita e burguesa (PESAVENTO, 2007). Foi um momento marcado pelas primeiras grandes obras de reestruturação do espaço urbano: a construção de largas avenidas, a criação de serviços industriais - tais como a iluminação no centro da cidade e a expansão do sistema de transporte com os bondes elétricos - aterros das margens do Guaíba e o ajardinamento de antigos largos (MONTEIRO, 2007, p.257). São os signos da passagem de uma nova realidade: o *Correio do Povo* nasce embalado pelos anseios de modernização.

A aceleração da vida urbana e as mudanças de costumes e hábitos marcam a passagem de uma época que surgia – “as sociabilidades se transformavam e, no plano das sensibilidades,

---

<sup>29</sup> A esse respeito, o historiador Joseph Love destaca os dados de alfabetização do censo de 1890, que revelavam a diferença entre os centros urbanos e a região de colonização europeia, de um lado, e o Rio Grande do Sul das estâncias, de outro: “58% dos habitantes de Porto Alegre (incluindo as idades de 0-6) e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo, a principal colônia alemã, eram analfabetos, contra cerca de 84% de São Borja (no Distrito das Missões) e apenas ligeiramente inferiores aos de Quaraí e São Francisco de Paul, na Campanha e na Serra central, respectivamente.” (LOVE, 1975, p.77).

os cidadãos do final do século tinham novas exigências e percepções” (PESAVENTO, 2004, p.183) A convergência de fatores – industrialização, mercado, comunicação e imigração – introduz um elemento de dinamismo na paisagem das grandes cidades, ilustrado, em particular, pela presença e melhoria dos transportes coletivos. Schudson (2010) relata que esse fato trouxe inclusive consequências significativas para os jornais: os trabalhadores urbanos, que antes deslocavam-se predominantemente à pé para seus locais de trabalho, começaram a utilizar ônibus, trens e bondes. Desobrigadas a se preocupar com o percurso, as pessoas letradas poderiam, a partir de então, utilizar o tempo de espera no deslocamento dos meios de transporte como um incentivo à leitura.

Os apontamentos de Galvani também levam a deduzir que a escolha pelo caráter mais informativo no lugar de textos fervorosos em defesa de grupos políticos foi uma decisão tomada conscientemente por Caldas Júnior, impressão reforçada pelas análises de Juremir Machado da Silva (2015) e Rüdiger (2003). “O jornal-empresa, ao dar ênfase ao conteúdo informativo, ganhava vantagens sobre os diários de partido, que tendiam a uma audiência limitada. O mercado (e a busca por leitores) contribuiu para a maior neutralidade no registro dos eventos” (RIBEIRO, 2007, 38).

A insistência em assumir uma espécie de grande missão, sem se comprometer com nenhum grupo ou classe em particular, é fruto de uma concepção idealizada do jornalismo, que não se verifica na prática. O *Correio do Povo* sempre esteve nas cercanias do poder, mas se intitulava, desde a fundação, como um baluarte dos interesses coletivos. Conforme explica Marialva Barbosa (2007):

A construção de defensores do bem comum, dos interesses públicos, das liberdades democráticas é muito mais um efeito discursivo – no caso da imprensa brasileira – do que, de fato, se configura na prática. E esse discurso contribui para a ampliação do público, através da construção de um lugar simbólico onde se destaca o papel de defensores do bem comum e dos anseios da população de maneira geral. Com isso, se autoconfiguram como intermediários entre o poder e o público, referendando o seu lugar de poder (BARBOSA, 2007, p.192-193).

Dessa forma, logo na edição inaugural do *Correio do Povo* para o seu público, o jornal apresentava-se como isento e imparcial, adjetivando-se como um “órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna” (*apud* RÜDIGER, 2003, p.77). Porém, ao mesmo tempo, o jornal declarava sua tendência republicana, mencionando que “somos pela República, e só alimentamos as aspirações patrióticas de vê-la pujante, amada e próspera, capaz de fazer a felicidade deste grande país, fadado aos mais altos destinos” (*apud*

GALVANI, 1994, p.48). Na primeira página, a linha editorial foi estabelecida quase como uma constituição, elencando elementos que deveriam ser seguidos de maneira exata.

O Correio do Povo será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuítos às inspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente [...] (*apud* GALVANI, 1994, p.47)

Além disso, é possível que a imagem de independência e distanciamento do *Correio do Povo* tenha sido favorecida até mesmo pela trajetória pessoal de Caldas Júnior, que repetidas vezes se manifestou contra os políticos que governavam o Rio Grande do Sul. Com apenas 17 anos de idade, começou a atuar como revisor, noticiário e, por fim, diretor do jornal *A Reforma*, que pertencia ao político Gaspar Silveira Martins, amigo pessoal de seu falecido pai (FIGUEIREDO, 1995, p.16). Ou seja, foi um homem cuja carreira na imprensa esteve vinculada ao Partido Liberal<sup>30</sup> do Rio Grande do Sul. Porém, na última década do século XIX, após a Proclamação da República, os liberais gaúchos de então, apoiadores da monarquia, perderam força para a ascensão do Partido Republicano. Por isso, nos primeiros anos do *Correio do Povo*, não foram poucos os desentendimentos entre o jornal de Caldas Júnior e a *Federação*, como, por exemplo, uma rixa envolvendo a questão dos impostos municipais (GALVANI, 1994, p.66-67).

De qualquer forma, Rüdiger (2003) conclui que Caldas Júnior foi um dos primeiros a perceber que o caráter político de um jornal não precisava ser explícito. “Ainda que tivessem adentrado o mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo”. (MARTINS; LUCA, 2008, p.158). Na realidade, a linha editorial aproximava-se de uma visão de mundo conservadora – não por acaso, o *Correio* consolidou-se ao longo do tempo como o jornal favorito das elites rio-grandenses, assim como de parcelas consideráveis da classe média ilustrada<sup>31</sup>. Tal impressão

---

<sup>30</sup> Partido político do período imperial que, no âmbito nacional, congregava profissionais urbanos e senhores de terra voltados para o mercado interno. Defensores da monarquia descentralizada, a agremiação destacou-se, no Rio Grande do Sul, por sua característica mais radical em comparação com o resto do país: o partido liberal gaúcho empunhava também bandeiras republicanas, o que retardou, no estado, a propagação de um movimento unificado em torno da República nos anos finais do Império Brasileiro. Para mais detalhes, cf. OLIVEIRA, Augusto. **O Sistema Partidário no Rio Grande do Sul de 1835 a 2014**. VII Encontro de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016.

<sup>31</sup> Contudo, é bom destacar que é sempre difícil definir, com rigor, quem é o leitor empírico a qual determinado jornal se destina. Elmir (2012, p.85) menciona que, no início dos anos 1960, as empresas de comunicação recém estavam começando a se preocupar com a segmentação dos seus conteúdos para atingir um público específico.

ainda é reforçada pela opinião do jornalista Oswaldo Goidanich, que trabalhou no periódico de 1943 a 1974. Segundo ele, o *Correio do Povo* “(...) é um jornal conservador, com uma abertura liberal” (GOIDANICH *apud* DILLENBURG, 1997, p.140)

Num período de quinze anos desde a fundação, o jornal teve quatro impressoras diferentes e, em 1910, instalou primeira impressora rotativa do Rio Grande do Sul, quando atingiu a marca de 10 mil exemplares em circulação (RÜDIGER, 2003, p.79). O *Correio* também foi um dos primeiros jornais do estado a profissionalizar os jornalistas, ou seja, passou a contar com quadro próprio de empregados e não, como ocorria nos demais periódicos da época, com colaboradores que tinham outra fonte de renda (RÜDIGER, 2003, p.83).

Outra característica que distinguia o *Correio do Povo* era a cor do jornal: Caldas Júnior, sempre que possível, utilizava um papel rosado para imprimir seu periódico. Por isso, o jornal, em seus primeiros anos de existência, recebeu a alcunha de O Róseo, denominação que serviu, além do mais, para reafirmar o compromisso com uma suposta neutralidade política. Afinal, a tonalidade do papel representava, no contexto de polarização do estado, o rechaço metafórico aos símbolos dos dois grupos em disputa: os maragatos, opositoristas e a favor da federação, ostentavam lenços vermelhos; os pica-paus, governistas e republicanos, discerniam-se pelos lenços brancos<sup>32</sup> (FRAGA, 2004, p.17).

### 3.2. O CORREIO DO POVO SOB O COMANDO DA FAMÍLIA CALDAS

Os lucros com a publicidade<sup>33</sup> permitiram a gradual expansão da empresa de Caldas Júnior, como a aquisição de um segundo automóvel, que seria utilizado tanto na venda avulsa de reportagens quanto no deslocamento dos repórteres, e de novas máquinas de linotipos. Em 1912, tais investimentos nas oficinas tipográficas garantiram que o jornal pudesse imprimir, pela primeira vez, fotografias em suas páginas (GALVANI, 1994, p.159).

Na edição de 10 de abril de 1913, o *Correio do Povo* posicionou em todas as suas páginas uma tarja preta como sinal de luto: no dia anterior, Caldas Júnior havia falecido

---

Além disso, ele também chama a atenção, ao citar o trabalho de Ademhar de Souza Júnior, para as dificuldades envolvidas no processo de estabelecer critérios objetivos que poderiam definir uma “classe média” no Rio Grande do Sul.

<sup>32</sup>É possível, no entanto, desconfiar dessa explicação um tanto idealizada. Ao menos um autor menciona a crise econômica decorrente da Revolução Federalista como uma causa provável para a escolha da cor rosa, pois o aumento dos preços também atingiu o mercado de papel. Caldas Júnior teria decidido, então, selecionar um de menor qualidade e de baixo custo que tinha essa tonalidade rosada (LEITE, 2016). Da mesma forma, o jornal também foi publicado em diferentes cores ao longo da sua história, conforme a disponibilidade do papel: o *Correio do Povo* foi impresso em branco, pardo e até mesmo verde (GALVANI, 1994, p.243)

<sup>33</sup>A revista *A Época*, na década de 1920, afirmava: “As tabelas de anúncio do Correio são tirânicas, exorbitantes, quase escandalosas” (*A Época*, 18/09/1922 *apud* RÜDIGER, 2003, p.79)

prematuramente, com 45 anos de idade. Segundo Galvani (1994), a notícia gerou uma apreensão de que a morte do fundador poderia provocar a extinção do jornal:

- O Correio é o Caldas, Caldas é o Correio do Povo – era a frase emblemática com que a cidade definia a importância da empresa para o fundador e vice-versa. Ninguém admitiria a hipótese de o jornal existir sem a força que a presença de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior representava (1994, p. 180).

A morte de Caldas Júnior ocorreu de forma trágica. Na época, um surto de sífilis acometia a capital gaúcha (GALVANI, 1994, p.150). Para prevenir a doença, os médicos diziam que era necessário purificar o sangue, isso é, utilizar os últimos avanços da ciência: uma nova injeção baseada em arsênio, chamada de 606. Tãmanha foi a insistência de um amigo, o médico militar conhecido como Doutor Bulcão<sup>34</sup>, que o fundador do *Correio do Povo* aceitou tomar o medicamento. Não tendo observado qualquer reação após 24 horas, Caldas Júnior aceitou repetir a dose, erro que se mostrou fatal. Agonizou durante semanas e, por fim, não resistiu aos efeitos colaterais (MACHADO, 1987, pp. 94-96). O jornal, aliás, anunciou a causa da morte como “icterícia generalizada” (GALVANI, 1994, p.182), ocultando, portanto, o motivo real: a tentativa malfadada de se vacinar contra uma doença estigmatizada por ser associado ao sexo promíscuo. É possível inferir, então, que a divulgação correta do que aconteceu poderia causar constrangimento à família.

Caldas Júnior, apesar do prestígio acumulado com as quase duas décadas de publicação do impresso, também deixou dívidas de empréstimos para os herdeiros. Breno Caldas, numa entrevista de 1987 ao repórter Vitor Vieira, do *Diário do Sul*, explica que seu pai “devia muito dinheiro ao Banco da Província<sup>35</sup>, onde ele tirava dinheiro sem sequer deixar documento. Então, quando ele morreu, não havia nada assinado por ele. O banco se alarmou” (CALDAS *apud* VIEIRA, 1987, p.16). Mesmo assim, os sucessores do *Correio do Povo* mantiveram a empresa em funcionamento. O modelo de gestão de negócios seguia, assim, uma espécie de fórmula: o jornal era sustentado por profissionais do ramo de comunicação e cultura

---

<sup>34</sup> A respeito desse personagem, que teria causado, indiretamente, a morte de Caldas Júnior, a bibliografia é escassa – nem mesmo o primeiro nome do médico é citado. A única menção sobre o paradeiro do Doutor Bulcão é que ele teria abandonado a capital gaúcha após o incidente (CALDAS *apud* MACHADO, 1987, p.96).

<sup>35</sup> Primeira instituição bancária do Rio Grande do Sul, o Banco da Província foi criado em 1854, a partir dos esforços de empresários locais ligados ao comércio. Em 1973, após uma série de intervenções do governo, fundiu-se com o Banco Nacional do Comércio e o Banco Industrial e Comercial do Sul (Sulbanco), formando o Banco Sul Brasileiro. Em 1985, por pressão de políticos gaúchos, transformou-se no Banco Meridional, que viria a ser incorporado pelo multinacional Banco Santander. Para mais detalhes, cf. FRANCO, Sergio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006.

– jornalistas e escritores, por exemplo – que “acumulavam a dupla função de produzir os conteúdos e administrar a empresa responsável pela publicação” (FONSECA, 2008, p.135)

**Quadro 1** - Lista dos presidentes-diretores do *Correio do Povo* até 1935

<b>Presidente-diretor</b>	<b>Período em que permaneceu no cargo</b>
<b>Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior</b>	De 1/10/1895 a 09/04/1913
<b>Emílio Kemp e Francisco Leonardo Truda</b> (diretores interinos da redação)	De 09/04/1913 a 19/11/1920
<b>Francisco Leonardo Truda</b> (redator-chefe – diretor interino)	De 19/11/1920 a 15/11/1923
<b>José Alexandre Alcaraz</b>	De 15/11/1923 a 31/05/1927
<b>Fernando Caldas</b>	De 01/06/1927 a 22/08/1929
<b>Fábio Barros</b>	De 23/08/1929 a 24/06/1930
<b>José Alexandre Alcaraz e Andre Carrazoni</b>	De 25/06/1930 a 14/07/1932
<b>José Alexandre Alcaraz</b>	De 14/07/1932 a 17/12/1935

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os cargos administrativos foram divididos entre os principais redatores<sup>36</sup>, conforme evidenciado no quadro 1, e a direção geral ficou sob a responsabilidade da viúva de Caldas Júnior, Dolores Alcaraz Caldas<sup>37</sup>. Ela, aliás, assumiu todas as dívidas deixadas pelo marido, pagando por dez anos os empréstimos (CALDAS *apud* VIEIRA, 1987, p.16), e continuou no cargo de direção até 1935, quando cedeu parte da sociedade para seu filho mais moço: Breno Caldas, na época com 26 anos de idade. Então, o jornal permaneceu no controle da mesma família durante quase um século – aliás, a companhia jornalística dos Caldas continuou sendo organizada em termos familiares, prática comum na imprensa brasileira da época. Nesse sentido, convém lembrar a afirmação de Nelson Werneck Sodré:

<sup>36</sup> Após a morte de Caldas Júnior, dois funcionários da empresa, sem ligação com a família de Caldas, assumiram a direção do jornal entre 1913 a 1923: Emílio Kemp (1874-1955) e Francisco Truda (1886 – 1942). Porém, a rivalidade entre eles levou a uma luta interna que, segundo Breno Caldas, atingiu extremos pitorescos. “Para evitar brigas, eles dividiram o jornal (...) um dia, quem mandava era Truda; no outro, Kemp. Era ridículo porque a cada dia mudava a orientação” (CALDAS *apud* MACHADO, 1987, p.103). A situação só foi amenizada, em parte, com a chegada de Alexandre Alcaraz (1887 - 19??) - irmão de Dolores Caldas, a viúva de Caldas Júnior – para assumir a direção do *Correio do Povo*. Mesmo assim, os conflitos não cessaram, e os desentendimentos na redação fizeram com que o cargo de diretor passasse ainda pelas mãos de Fernando Caldas – primogênito do primeiro casamento de Caldas Júnior – e do jornalista André Carrazoni (1897 - 1982), antes que Breno Caldas assumisse, de forma definitiva, a direção do *Correio do Povo*, em 1935.

<sup>37</sup> Nascida em 1878, Dolores trabalhava como professora quando, em 1907 casou-se com o jornalista viúvo Caldas Júnior – foi, portanto, a segunda esposa do fundador do *Correio do Povo*. Faleceu em Porto Alegre no dia 18 de julho de 1957. Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Verbetes “Dolores Caldas”. CD-ROM

É evidente que, dentro de certos limites, os jornais são aqui controlados pelos seus proprietários; como se contam pelos dedos os grandes jornais, contam-se pelos dedos esses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais (SODRÉ, 2011, p.609).

É razoável supor que Breno Caldas também pode ser classificado na categoria daqueles *poucos mais* – afinal, ele também liderou um expressivo conglomerado de comunicação e, portanto, exerceu grande influência sobre os mais diversos campos sociais no Rio Grande do Sul<sup>38</sup>. Breno Caldas buscava controlar o que era noticiado no *Correio do Povo*, especialmente nas pautas políticas; em diferentes ocasiões, somente as ordens diretas do empresário eram acatadas na redação do jornal, e determinadas matérias precisavam passar pelo seu crivo (GALVANI, 1994, p.304; 386; 405). Entre os jornalistas da empresa, as modificações e emendas feitas por Breno Caldas ficaram conhecidas pela caneta de cor verde que o proprietário utilizava para demarcar as mudanças editoriais. “Era a forma de manter a orientação, de não deixar o jornal sair da linha” (CALDAS *apud* MACHADO, 1987, p.116).

Além disso, a construção da autoridade de Breno Caldas era enfatizada pela insistência no pronome de tratamento “doutor”. Nenhum funcionário, mesmo que estivesse em altos postos de chefia nas redações, poderia se referir ao dono do *Correio do Povo* de outra forma – algo mencionado com frequência nos depoimentos da maioria dos ex-funcionários entrevistados para a pesquisa de Clarice Esperança (2007, p.123). Era algo interiorizado na cultura da empresa jornalística.

As relações de produção na antiga Caldas Júnior baseavam-se, portanto, na legitimação da dominação através da mitificação da autoridade patronal, identificada com o “pai” de uma “família”. Centralizado na figura de Breno Caldas, o comando era sinalizado com o auxílio de elementos simbólicos como o uso do “doutor”, a caneta verde e as aparições públicas do empresário sendo alvo da reverência das autoridades políticas. Outro artifício que contribuía para legitimar a autoridade patronal era a possibilidade do acesso direto dos trabalhadores a Caldas, que podia redundar numa desautorização das chefias intermediárias e numa vitória parcial dos dominados (ESPERANÇA, 2007, p.128).

Então, apesar da cultivada imagem de independência do *Correio do Povo*, não foram poucas as ocasiões em que o jornal assumiu posições claras, que condizem com as convicções

---

<sup>38</sup> Aline Strelow lembra que Breno Caldas era conhecido pela alcunha de “Vice-Rei do Estado”. Ela cita um exemplo claro do poder que o empresário exercia: em 1979, ele foi diretamente consultado sobre a indicação do novo governador do Rio Grande do Sul, que substituiria Sinval Guazzelli (STRELOW, 2010, p.3). Cabe assinalar que, naquela época, em plena ditadura militar, os ocupantes deste cargo eram escolhidos por eleição indireta.

dos proprietários da companhia, como o apoio à Revolução de 1930 e a adesão ao Golpe Civil-Militar de 1964 (MACHADO, 1987, p.78). Rüdiger (2003) também elenca uma série de exemplos contraditórios, que destoavam da pretensa neutralidade política do *Correio do Povo*, como os recursos generosos investidos na campanha eleitoral da chapa Getúlio Vargas e de João Pessoa<sup>39</sup>, em 1929, para a presidência da República. As doações geraram inclusive uma crise interna que quase abalou o comando da empresa jornalística (GALVANI, 1994, pp. 265-273).

Aliás, em relação ao modo como o jornal cobriu a Revolução<sup>40</sup> de 1930, Bellomo (1995) constatou que o *Correio do Povo* transcreveu editoriais acusatórios ao governo de Washington Luís, publicados nos veículos oposicionistas de São Paulo e Rio de Janeiro. Da mesma forma, as notícias daquele ano destacavam a alienação do presidente eleito, Júlio Prestes, diante da crise que se alastrava pelo país, clamando por um chamado às armas. Raramente, então, o *Correio do Povo* veiculava algo que pudesse ter uma visão governista. Portanto, procurou sempre “manter a ficção de jornal neutro” (BELLOMO, 1995, p.82).

Durante a década de 1930, período marcado pelo fim da República Velha e a consolidação da Era Vargas, o Róseo manteve uma relação conturbada com o então interventor estadual Flores da Cunha. Político dissidente da linha varguista, Flores da Cunha decretou, depois que o jornal publicou uma série de notícias e reportagens negativas sobre o seu governo, que o *Correio do Povo* não podia mais ser transportado ou vendido nos carros e estações da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (RÜDIGER, 2003, p. 85-86; GALVANI, 1994, p. p. 333-334). Isso dificultou a circulação do diário no interior do estado, em uma época em que o trem era, na prática, o único meio eficiente de transporte intermunicipal (CALDAS *apud* MACHADO, 1987, p.118).

Mesmo assim, a empresa de Caldas Júnior não se abalou, pois, em novembro de 1937, com o golpe que implanta o Estado Novo (1937-1945) – aliás, amplamente apoiado pelo *Correio do Povo* - Flores da Cunha é destituído do poder, e a sanção à Viação Férrea é revogada. A partir da década de 1930, acentuou-se a concorrência entre os jornais, cada vez

---

<sup>39</sup> Não por acaso, o Rio Grande do Sul foi o estado onde a candidatura de oposição de Getúlio Vargas venceu por uma vantagem esmagadora: foram 296.627 votos contra apenas 982 a favor da situação (FAUSTO, 2012, p.179).

<sup>40</sup> Existem controvérsias na historiografia brasileira sobre se o processo desencadeado em 1930 foi uma revolução ou um golpe, polêmica que se divide em torno do caráter “burguês” ou não do movimento (MENDONÇA, 2000, p.322). Porém, para os propósitos deste trabalho, é preciso relembrar que as votações daquele ano foram vencidas pela chapa da situação: Júlio Prestes e o vice Vital Soares. O resultado, no entanto, foi contestado pelos quadros mais jovens da Aliança Liberal, grupo formado por políticos da oposição em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O assassinato de João Pessoa – vice da chapa de Getúlio Vargas, derrotada nas eleições - inflamou a onda revolucionária. Foi o estopim, servindo de pretexto para a mobilização armada, que acabou por derrubar o presidente em exercício, Washington Luís, e conduziu Getúlio Vargas ao poder (FAUSTO, 2012, pp.180-181).

mais organizados enquanto empresas. O espaço para o partidarismo panfletário diminuiria ainda mais com a instauração da censura prévia e a extinção dos partidos políticos na época do Estado Novo. “A censura durante o período estadonovista, os estímulos à modernização institucional e a crescente influência das concepções norte-americanas fizeram com que acabasse por se impor o modelo de gestão empresarial e o estilo informativo na prática do jornalismo” (RÜDIGER, 2007, p.360).

Em outras ocasiões, o jornal ainda acabou sendo favorecido por situações que levaram ao fim de seus concorrentes mais fortes. A hegemonia do *Correio do Povo* foi construída em cima da queda de outros jornais que também disputavam a liderança do jornalismo gaúcho. Por exemplo, o *Diário de Notícias* - que pertencia ao Diário e Emissoras Associados, grupo de Assis Chateaubriand – entrou em uma fase de rápida decadência logo após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O jornal, que realizava uma campanha antivarguista, foi alvo de manifestantes revoltados: uma multidão enfurecida destruiu as instalações do impresso, incendiando o prédio da redação<sup>41</sup>. Na década de 1960, foi a vez da versão gaúcha do *Última Hora*, pertencente à rede de veículos de comunicação do jornalista Samuel Wainer, ser retirada de circulação a mando dos militares que assumiram o poder<sup>42</sup>.

Em 1969, uma reportagem publicada em São Paulo apresentava Breno Caldas como detentor da sexta maior fortuna do Brasil (MACHADO, 1987, p.12), o que ilustra, mais uma vez, o poder econômico e a hegemonia que o *Correio do Povo* atingiu em seu auge. “Um homem tão rico que podia se dar ao luxo de pegar um avião e ir até Paris comprar um cavalo de corrida campeão de Ali Khan<sup>43</sup>” (VIEIRA, 1987, p.15). Aliás, a revista *Exame* elegeu em 1972 o *Correio do Povo*, então com 93 mil assinaturas, como o líder do ranking em rentabilidade entre os diários nacionais, ocupando a sexta posição em lucro (MACHADO, 1987, p.8). O *Correio do Povo* transformou-se, ainda, em um lugar de prestígio para os jornalistas, pois os veículos da empresa Caldas Júnior – que, na década de 1980, também

---

<sup>41</sup> Breno Caldas, contudo, tomou a iniciativa de ajudar o concorrente a se reerguer, oferecendo uma rotativa que estava localizada num prédio atrás do Hotel Majestic, atual Casa de Cultura Mario Quintana em Porto Alegre. A atitude generosa, porém, escondia o fato de que a máquina emprestada era um modelo ultrapassado. Assim, também é possível deduzir que o dono do *Correio do Povo* “ao colocar à disposição do *Diário de Notícias* um equipamento superado, incapaz de competir com a moderna “Hoe” do *Correio*, de um lado posava como homem magnânimo, acima de eventuais interesses diante do concorrente, de outro, estava ajudando a sepultar o seu maior e mais combativo rival” (DE GRANDI, 2005, p.101).

<sup>42</sup> Após o episódio, o *Diário de Notícias* deixou de circular durante um ano. Quando retornou com uma linha editorial mais conservadora, perdeu contato com o público leitor (RÜDIGER, 2003, p.103). Em relação ao fechamento do *Última Hora*, ver BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal**. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

<sup>43</sup> Ali Solomone Aga Khan (1911 -1960) foi embaixador do Paquistão nas Nações Unidas, onde se tornou vice-presidente da Assembleia Geral. Era também criador de cavalos e entusiasta das corridas no hipódromo; paixão compartilhada por Breno Caldas, que mantinha, em sua mansão no bairro Belém Novo, junto ao Guaíba, um haras de criação de cavalos árabes, referência no turfe brasileiro (MACHADO, 1987).

incluíam a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã*, duas emissoras de rádio (Rádio Guaíba e Guaíba FM) e um canal de televisão (TV Guaíba) - pagavam os melhores salários do mercado gaúcho; situação que perdurou até o fechamento do jornal, em 1984 (FONSECA, 2008, p.176). “Os mais qualificados jornalistas do sul integravam a Caldas Júnior e o sonho então era conseguir ‘chegar ao *Correio*’, topo da carreira” (GALVANI, 1994, p.378). A Empresa Jornalística Caldas Júnior, no seu ápice, chegou a empregar 2400 funcionários, possuindo ainda 148 carros e caminhões e cerca de 300 motoristas (CALDAS *apud* VIEIRA, 1987, p.17).

Não é o objetivo deste trabalho esmiuçar as causas que decretaram a falência da companhia jornalística de Breno Caldas, mas cabe ao menos assinalar que, a partir da criação da TV Guaíba, o grupo de comunicação assumiu dívidas cada vez maiores para bancar a implantação de um canal de televisão e a modernização do parque gráfico do *Correio do Povo*. A emissora de TV, inaugurada em março de 1979, apostou numa programação regional, sem se vincular a nenhuma grande rede nacional. A iniciativa, porém, fracassou frente aos altos custos para alavancar a compra de equipamentos. Ainda por cima, os empréstimos foram contraídos na moeda estadunidense – a abertura da TV Guaíba exigiu o investimento de oito milhões de dólares –, agravando definitivamente a situação financeira da empresa (GALVANI, 1994, p.429). Em dezembro de 1979, Breno Caldas sofreu outro revés: a desvalorização do cruzeiro elevou a dívida da empresa em 30% (VIEIRA, 1984, p.27).

No mesmo período, a ascensão da *Zero Hora*, principal jornal do grupo RBS, consolidou um novo modelo de empreendimento jornalístico, configurando-se como uma indústria cultural de fato, no entender de Fonseca (2008). Os salários também começaram a atrasar, impulsionando a greve de três categorias de trabalhadores do *Correio do Povo*: jornalistas, gráficos e rodoviários<sup>44</sup>. Por pressão do Tribunal Regional do Trabalho, Breno Caldas teve que recorrer a seus bens pessoais para pagar as indenizações dos funcionários, chegando a se desfazer de 90% de seu patrimônio<sup>45</sup> (BARROS, 1989, p.39).

Tem com o que viver mais do que confortavelmente, mas perdeu quase tudo. Perdeu, especialmente, o poder que desfrutou durante meio século de direção do *Correio*, quando se impôs a governadores e presidentes: uma vez, em pleno Palácio Piratini, com pouco mais de 25 anos de idade, fez o general Flores da

<sup>44</sup> Para uma análise detalhada deste movimento grevista, ver ESPERANÇA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: o movimento dos Trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre 1983 - 1984)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG/IFCH-UFRGS, 2007.

<sup>45</sup> José Pinheiro Machado (2015) diz que, durante as gravações de depoimentos que Breno Caldas concedeu para escrever seu livro sobre o *Correio do Povo*, o empresário sempre se recusou a mencionar as cifras exatas do estrago financeiro. Porém, após o lançamento da obra, Caldas revelou ao jornalista que, em uma única tarde, perdeu 35 milhões de dólares – quantia que, por si só, expressa a fortuna do homem que foi considerado “o mais poderoso do Rio Grande do Sul” (VIEIRA, 1987, p.15).

Cunha, a quem se opunha, baixar o tom de voz; décadas depois, voltaria ao Palácio para um almoço em homenagem a outro poderoso, o general Médici: era o único convidado sem gravata, em traje esporte (VIEIRA, 1984, p.27).

Aliás, com o decorrer dos anos, o próprio *Correio do Povo*, em termos de padrões editoriais, constituía-se como um jornal cada vez mais defasado em relação ao seu tempo. A popularização do rádio e da televisão ao longo do século XX fizeram com que os impressos deixassem de ser a principal fonte de renda das corporações midiáticas. Segundo Rüdiger (2007), o *Correio do Povo* manteve-se em circulação, a partir de certo momento, devido a três fatores: primeiro, ao prestígio conquistado por uma história de décadas de publicação ininterrupta; segundo, ao comprometimento e às ligações da empresa Caldas Júnior com os centros de poder político e econômico (algo evidenciado pela proximidade de Breno Caldas com as diferentes lideranças políticas de então); por fim, a certa acomodação por parte do público-leitor, que se conservava geração após geração (RÜDIGER, 2007, pp.369 – 370). Ou seja, por força do hábito, da tradição familiar, a assinatura do jornal era renovada mecanicamente de pai para filho.

De certa forma, Breno Caldas transformou o *Correio do Povo* em uma extensão de sua própria personalidade – o jornal expressava uma visão de mundo conservadora, mantendo-se distante das inovações no estilo gráfico e editorial (WEINBERG, 2013, pp.569 -570). Breno Caldas reconheceu pessoalmente isto ao afirmar que “o meu jornal era um jornal conservador. Eu próprio fui, toda a minha vida, conservador. Eu não fundei o jornal, fui herdeiro das tradições do jornal e das obrigações que ele impunha” (CALDAS *apud* VIEIRA, 1987, p.15). Mesmo quando, tardiamente, o *Correio do Povo* começou a implementar modificações sutis na diagramação e a desenvolver campanhas para atrair novos assinantes, tais iniciativas causavam o efeito contrário, pois o leitor tradicional do jornal percebia que as alterações não eram espontâneas. Não condiziam com o estilo avesso a mudanças do Róseo, mas representavam uma espécie de modismo para enfrentar a concorrência (WEINBERG, 2013, p.579). Na luta pela sobrevivência empresarial, os funcionários já evidenciavam o acúmulo de equívocos na administração centralizada primordialmente na figura de Breno Caldas, como evidencia a matéria publicada no jornal *Denúncia Extra*, editado pelos jornalistas em greve na Empresa Caldas Júnior em 1983:

Há mais de 10 anos que os jornalistas se perguntavam quando o castelo de Breno Caldas começaria a ruir, já que não fazia nada para modernizar sua empresa. Não foi por falta de aviso, portanto. A todos os avisos, Breno Caldas respondia com desdém que não iria mudar. Todos os planos que os jornalistas apresentavam, propondo uma reforma no “Correio do Povo” ou na “Folha da Tarde”, ou na “Folha da Tarde”, acabaram na gaveta, sem sequer serem lidos.

Aos que se impacientavam, Breno Caldas respondia que a Caldas Júnior tinha um dono e não estava procurando sócios. Muitos jornalistas que queriam ver a empresa crescer, melhorar e ganhar mais dinheiro acabaram indo embora (DENÚNCIA EXTRA, 23/12/1983, p.2).

Mesmo após a crise da Companhia Caldas Júnior e a venda do *Correio do Povo*, o jornal retorna em 1986 com a pretensão de “ocupar o seu lugar que lhe cabe por legado de cinco gerações de rio-grandenses” (WAINBERG, 2012, p.582). Ou seja, apesar da troca de comando na direção, o prestígio do veículo ultrapassa a família Caldas, tanto que a marcação dos aniversários subsequentes ignora o período em que o periódico deixou de circular. Em 2015, a atual versão do *Correio do Povo* celebrou 120 de história ininterrupta, quando o correto seria marcar a passagem de 118 anos de existência se a cronologia fosse seguida à risca<sup>46</sup>.

O declínio do *Correio do Povo* não é um caso isolado. Jacques Wainberg (2012) observa que, nos anos 1980, jornais centenários no mundo inteiro – com um repertório sólido de normas editoriais estabelecidos ao longo de suas histórias - definhavam financeiramente até encerrarem, em definitivo, suas atividades. Trata-se, portanto, de um fenômeno global. No Estados Unidos, por exemplo, o *Philadelphia Daily Bulletin* (1847 – 1982), o *Washington Star* (1852 – 1981) e o *Chicago Daily News* (1876 – 1978) – veículos tradicionais, vespertinos e com larga circulação – sucumbiram, em grande parte, por causa da incapacidade gerencial de se adequar às novas tendências que então surgiam (WAINBERG, 2013). O autor argumenta que esse período foi marcado por um momento de transição nas grandes empresas jornalísticas: de um *jornalismo de editor*, caracterizado pela forte personalidade de um dono que se identifica como jornalista, para um *jornalismo de marketing*, comandado não mais por jornalistas, mas sim por administradores e que se deixa guiar pela bússola de pesquisas de opinião e mercado (WAINBERG, 2012, p.571).

Para os propósitos deste trabalho, o período após 1986, quando o *Correio do Povo* volta a circular, será desconsiderado porque, em termos editoriais, apenas o nome do jornal foi mantido – o diário foi remodelado, mudando tanto a diagramação do impresso quanto a forma de noticiar. Naquele ano, todos os meios de comunicação do grupo Caldas Júnior foram vendidas para o empresário Renato Bastos Ribeiro, “o maior produtor de soja do Rio Grande do Sul, o mesmo que livrara Breno Caldas das dívidas comprando-lhe as férteis propriedades de Guaíba, município da área metropolitana da capital” (WAINBERG, 2012, p.582). A partir

---

<sup>46</sup> O jornalista José Pinheiro Machado, em texto escrito para a versão eletrônica do *Jornal Já*, de Porto Alegre, destaca que, na edição comemorativa especial aos 120 anos do *Correio do Povo*, o nome de Breno Caldas sequer foi mencionado. Para ter acesso ao artigo na íntegra, cf. MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Nos 120 anos do Correio do Povo, a segunda morte de Breno Caldas**, 2015. Disponível em <https://www.jornalja.com.br/nos-120-anos-do-correio-do-povo-o-esquecimento-de-breno-caldas/>. Acessado em 13 de setembro de 2018.

de então, a companhia jornalística não estava mais sob o comando da família Caldas e, portanto, a linha editorial passou por alterações que modificaram por completo as particularidades do *Correio do Povo*. O projeto gráfico do jornal foi transformado para se adequar ao tamanho de um tabloide, e as notícias assumiram um ar de condensação cada vez maior – os textos foram readaptados para um formato de síntese noticiosa (RÜDIGER, 2003, p.110). “O *Correio do Povo* que renasceu nada tem a ver com a memória dos Caldas. Nasceu para atender pessoas sem tempo, pouco dispostas a gastarem muito em assinaturas, mas que, paradoxalmente, desejam o conforto de ter o jornal em casa todos os dias” (WAINBERG, 2013, p.586). No início de 2007, houve uma nova mudança de direção quando a Rede Record – uma das propriedades da Igreja Universal do Reino de Deus – comprou o grupo, assumindo o controle do *Correio do Povo*.

#### 4. A CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA: RECONSTRUÇÃO, ENQUADRAMENTO, USOS E ABUSOS DO ANIVERSÁRIO NAS PÁGINAS DO CORREIO DO POVO

Tendo em vista que a proposta desta dissertação é trabalhar com a questão da memória no jornalismo, a análise da narrativa desponta como uma escolha metodológica eficaz para a compreensão da dinâmica das edições comemorativas de aniversário. Afinal, a capacidade humana de recordar – isso é, de organizar os acontecimentos passados por meio de uma linha narrativa – impõe uma reflexão necessária sobre o ato de narrar. A memória remete à discussão sobre a narrativa (RICOUER, 2007). A ideia de movimento temporal, que envolve desde a transição de períodos históricos até a percepção da passagem natural dos dias e noites, só pode ser constituída por meio da narração. É preciso contar, narrar o tempo para que ele adquira sentido. A linguagem reveste o entendimento dos fatos do passado. Nas palavras de Alfredo Bosi:

Os fatos se passam uns depois dos outros. Para contá-los, isto é, narrá-los, é preciso também contá-los, isto é enumerá-los. Contar é narrar e contar é numerar. Contar exige que se digam o ano, o dia, a hora em que o fato se deu. O ato de narrar paga tributo ao Deus Cronos (2006, p. 20).

Então, para este estudo, levando em consideração que a memória também pode ser compreendida como um referencial de ausências entrelaçada dentro de uma narrativa (RICOEUR, 2007), adotaremos certos procedimentos que partem dessas discussões, aplicando-as aos estudos do jornalismo. Em *Análise crítica da narrativa*, Luiz Gonzaga Motta (2013) estabelece parâmetros para a pesquisa no âmbito da narração. Assim, o autor alerta que não se deve fechar a interpretação apenas no texto em si. A perspectiva adotada neste trabalho não se resume, portanto, à descrição do que os jornais contaram sobre o seu passado – na realidade, a narração de uma memória é um processo de comunicação, ou seja, abrange no mínimo duas partes distintas, exige a presença de sujeitos em interação. “O enunciado é compreendido como um elo entre dois interlocutores que se envolvem em uma construção narrativa do mundo” (MOTTA, 2013, p.14).

O ponto de partida é o texto, mas isso não significa ignorar o contexto histórico e social no qual ele surgiu. É preciso entender que o ato de narrar, situado dentro de um quadro comunicacional, envolve uma correlação, por assim dizer, do narrador e a do seu público, que está sujeita a múltiplas variáveis. “As narrativas são formas de relação que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob

constrangimento e as condições sociais de hierarquia e poder” (MOTTA, 2007, p.146). O caminho a ser percorrido ao longo da dissertação é a busca pelos sentidos, os significados que são acionados e construídos para que o aniversário do jornal seja percebido como um todo coerente, organizado.

#### 4.1 PENSAR A MEMÓRIA A PARTIR DA NARRATIVA

A narrativa materializa a memória, pois oferece os meios discursivos para mediar o passado e o presente, em uma tentativa de dominar o tempo, de direcionar os acontecimentos em favor de uma determinada visão de mundo. A esse respeito, Ricoeur alerta que a memória narrada pode ser facilmente utilizada como um discurso de dominação, de consolidação do poder (RICOUER, 2007, p.98). Ora, a narração seleciona, enquadra as lembranças e recordações em uma trama e, dependendo da forma como é manipulada, pode se tornar um instrumento privilegiado para forçar uma versão dominante do passado

Nas edições comemorativas, a retrospectiva da própria história do jornal torna-se a pauta em destaque, e a função mediadora da narrativa aparece em cena para atualizar o passado, realizando uma seleção dos sujeitos e acontecimentos que irão compor o enredo da memória. Trata-se de uma construção dramática da realidade, marcada por intencionalidades.

Os acontecimentos relatados pelas narrativas (realistas ou imaginárias) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos e realizam coisas que os humanos também realizam (antropomorfismo natural da narrativa). A construção de personagens e ações na narrativa é uma estruturação de condutas humanas, que fornecem ao narrador a matéria-prima e os modelos. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos (atividade mimética) (MOTTA, 2013, p.38)

A efeméride dos aniversários também segue protocolos narrativos, maneiras de tecer o passado que orientam e permeiam a narração jornalística. Para os jornais, contar o seu próprio passado é, portanto, um esforço narrativo que necessita de um conjunto de argumentos de linguagem, na busca por convencer e produzir efeitos de sentido. Em outras palavras, as narrativas memorialísticas acabam por realçar apenas determinados aspectos do passado, e, para que isso seja possível, os jornais adotam estratégias discursivas para operacionalizar a memória. A análise da narrativa exige, então, a observação das configurações internas do discurso, discutindo como ele cria contornos, estabelece significados e situa o acontecimento ao intercalar causas, antecedentes e consequências.

Motta (2013) aponta também que a narrativa jornalística comporta uma especificidade: no jornalismo, existem ao menos três narradores que se sobrepõem. Em primeiro plano, fora da narração que está sendo contada, existe o veículo de comunicação, o jornal como uma instituição que fala, mas não costuma tomar parte daquilo que narra. Porém, a personalidade do jornal imprime uma espécie de marca nos demais narradores – o modo como o veículo se identifica molda as formas da narrativa. Depois, em um segundo nível, evidencia-se a presença do jornalista como aquele que apura, seleciona e desenrola a tessitura da intriga, como compreende Ricoeur (1994). Seu poder decorre, então, da capacidade de desenvolver os atores no enredo, transformando os sujeitos em heróis ou vilões da narrativa, protagonistas ou coadjuvantes.

Por fim, o terceiro narrador está diluído no texto dos jornais impressos: são as vozes dos personagens da narração, ou seja, das fontes utilizadas para construir os relatos jornalísticos. Esse narrador terciário está, em tese, submetido aos interesses dos jornais e jornalistas, que detém a capacidade de incluir ou excluir as fontes.

Além disso, outro aspecto a ser levado em consideração no momento da análise diz respeito à focalização (CULLER, 1999): aquilo que o narrador ou o personagem sabem sobre o desenrolar da trama. Nas narrativas, esse conceito pode ser desmembrado em três formas distintas: interna, quando a narração está restrita ao ponto de vista de uma personagem inserida na história; externa, na qual o enredo é contado a partir da perspectiva do narrador, que age como um observador hipotético, sem entrar em contato com as personagens e sem ter a previsão completa dos próximos acontecimentos ou ações; por fim, a onisciente, em que o narrador possui um conhecimento soberano sobre os eventos relatados e os personagens da narrativa, conseguindo inclusive tecer juízos de valor absolutos sobre o que aconteceu.

Para Motta (2013), as narrativas jornalísticas também tendem a individualizar os personagens – eles são representados como únicos e ocupam o eixo central no desenrolar das histórias narradas. Assim, é necessário analisar com atenção a maneira como esses personagens são caracterizados no texto, tomando cuidado para evitar certos deslizamentos no momento da interpretação. Ainda que o jornalismo busque se distanciar do relato ficcional, referindo-se na maior parte dos casos a pessoas reais, no contexto da narrativa elas assumem a função de personagens. A distinção é importante: não estamos analisando a figura histórica de Caldas Júnior ou de qualquer outro indivíduo do passado do *Correio do Povo*, mas sim a representação que as narrativas constroem sobre esses sujeitos. A imagem de Caldas Júnior apresentada pelo jornal e a maneira como ele é representado no transcurso das comemorações de aniversário interessam-nos mais do que as qualidades pessoais do fundador do *Correio do Povo*. A

narrativa jornalística, afinal de contas, reduz a complexidade das pessoas retratadas – enquanto personagens, elas são uma construção estratégica, construída pelo narrador para provocar no público certas impressões, sentimentos, simpatias ou mesmo repulsa, dependendo das intenções da narração (MOTTA, 2013, p.99).

A narrativa jornalística desenvolve-se, então, por meio de uma relação: jornalista ou jornal narrador e o público leitor entram em um processo dinâmico de negociações de sentido. Portanto, é preciso estar atento aos atores sociais envolvidos e entender os jogos de interesse em disputa. Nos jornais, a rememoração do passado não é fruto de uma produção individual – há uma coletividade envolvida na elaboração do texto. Além disso, o jornalismo dirige-se a um público que espera uma determinada narrativa. Os leitores dos jornais não aceitariam de bom grado um texto demasiadamente fantasioso, que suspenda qualquer pretensão de veracidade.

Os jornalistas estruturam seu texto com o propósito de afirmar que aquilo que narram realmente aconteceu. Eles precisam apresentar provas dos fatos que contam, estruturando a narração em torno de estratégias discursivas que geram uma espécie de efeito de real (PONTES, 2005). Para conseguir tal objetivo, o jornalismo tende a esmiuçar os detalhes de forma a “restringir possíveis incertezas e ambiguidades” (PONTES, 2005 p.33).

Ou seja, as narrativas jornalísticas são revestidas de referenciais autoconfirmativos. No jornalismo, como coloca Sodré (2009, p.39): “a representação dos fatos põe em jogo crenças ou pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade”. Trata-se, assim, de uma maneira de narrar os acontecimentos que está sujeita aos rituais consagrados na prática jornalística, entre eles, a objetividade e a imparcialidade como marcadores, parâmetros de reconhecimento (RESENDE, 2005). Ou seja, como ressalta Fernando Resende (2005), o jornalismo parte do princípio, para estabelecer sua narrativa, que a realidade é formada por fatos plenamente comprováveis e verificáveis. Segundo o autor, durante a análise do texto, é necessário “dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (RESENDE, 2009, p. 36).

Além disso, a crítica externa aos documentos é sempre uma etapa imprescindível para iniciar a pesquisa a partir de fontes históricas. Le Goff (2010), ao discutir os conceitos de documento / monumento dentro da perspectiva historiográfica, alerta que é preciso ter uma atitude inquisitorial em relação às fontes: estas não são, afinal, um resquício qualquer do passado, que sobreviveu apenas pelo acaso; pelo contrário, elas são o fruto de escolhas e intenções da sociedade que as produziu. Assim, dito de outra forma, as fontes resultam “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente –

determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2010, p. 538). Por tudo isso, é necessário realizar uma operação de desmonte das fontes; no caso dos impressos, as origens, as condições de produção e as vinculações políticas, entre outras, são fatores que precisam constar na análise do documento. Tais cuidados levam a uma abordagem que “faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto da pesquisa [...]” (LUCA, 2006, p.141). As próprias características dos jornais, portanto, moldam as perspectivas de um trabalho que utiliza tais impressos como fonte.

O método utilizado para explorar essas fontes também segue o caminho sugerido por Cláudio Pereira Elmir: analisar os jornais a partir das repetições e das regularidades daquilo que foi noticiado (ELMIR, 1995, pp. 22 – 23). Por meio de uma série de notícias, é possível observar a repetição e a inconstância dos textos jornalísticos, distinguindo, assim, o que é mais significativo para o objeto de pesquisa.

Elmir alerta ainda para certas precauções que são necessárias tomar quando se trabalha com fontes da imprensa: segundo ele, é preciso manter uma visão crítica e questionadora sobre as narrativas jornalísticas presentes nas páginas dos periódicos, além de considerar que o pesquisador não é o leitor alvo ao qual o jornal se destina – não se deve, portanto, ler as notícias como se estivessemos nos inteirando dos acontecimentos ou, no nosso caso, como se estivessemos entrando em contato com a memória do *Correio do Povo* pela primeira vez. O jornal não é um objeto transparente – é um enigma a resolver, como afirma Braga (2012, p.299). Também é importante pensar que as informações contidas nos noticiários estão deslocadas no tempo e no espaço, que existe, por isso, uma defasagem entre o tempo de produção e o tempo de leitura e que não há uma “rigidez estrutural nos discursos que se elabora sobre o social” (ELMIR, 1995, p.21). A leitura dessa fonte não pode ser feita de maneira banal, como se os textos jornalísticos surgissem prontos. Os jornais, em vez de representarem fontes confiáveis sobre o que realmente aconteceu no passado, precisam ser lidos em busca de informações sobre como os acontecimentos eram interpretados na época (DARNTON, 2010).

Aliás, para além do texto, os jornais se utilizam de técnicas de diagramação para orientar o sentido das notícias: seguindo convenções arbitrárias, definidas pelas redações, matérias principais são colocadas, por exemplo, nas colunas da extrema direita, enquanto as matérias secundárias são posicionadas à esquerda, diferenciadas por tamanhos distintos de fontes tipográficas. Porém, o recorte deste trabalho delimitou a análise ao conteúdo dos textos, que são, afinal de contas, o elemento fundamental na comunicação da imprensa escrita. Sem ignorar a importância da diagramação jornalística – a qual Tânia de Luca (2006, p.132) se refere como “a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” – este estudo focou-

se na parte textual, com seus recursos discursivos. A comemoração do aniversário parte, afinal, das próprias lembranças do jornal, de memórias que estiveram inscritas em suas páginas.

Então, o *Correio do Povo* torna-se também uma espécie de base para que a memória possa se propagar – a unidade daquilo que é rememorado e os efeitos de sentido são alicerçados em cima da materialidade do jornal. A narrativa se realiza sob certas condições e restrições, está envolvida naquilo que alguns autores (MOUILLAUD, 2012; CHARAUDEAU, 2010) consideram como dispositivo. Não se trata apenas do suporte do papel, que fixa as palavras no texto. O jornal impresso é um conjunto que impõe seus traços concretos à narração. Como mídia, ele se caracteriza por estar inserido na tradição escrita, que estabelece uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê. Ou seja, existe uma marca de ausência entre o momento de produção e o da recepção que não se confunde, por exemplo, com a leitura de um livro.

A forma em mosaico da paginação é, assim, um aspecto dominante. Em um diário da imprensa, a data é o único princípio organizador. Como dispositivo, o jornal possui uma série de sistemas subordinados - os títulos, por exemplo - que se inscrevem uns nos outros. A ênfase na narrativa mnemônica sobre o aniversário encontra-se nos detalhes, na integração do leitor ao mundo do relato. A memória é narrada como uma experiência comum, porém balizada, ou melhor, moldada segundo as exigências do jornalismo. É, portanto, uma memória controlada rigorosamente pelos processos editoriais. O jornalismo coloca-se, desse modo, como mediador da trajetória histórica, trazendo a celebração do aniversário - um evento com caráter institucional - para a interioridade do texto.

É uma memória constituída como resultado do processo de produção jornalística. Existe um esforço de controle que converge para a articulação do jornal como um espaço livre de tensões. Para entender o que é produzido dentro do jornalismo, portanto, não basta apenas identificar quem produz o jornal, quem paga pelos anúncios ou quem subsidia as impressões. Os aspectos econômicos, por si só, não são suficientes para explicar certas características da produção jornalística. Nesse sentido, para efeitos de compreensão, é possível conceituar o mundo do jornalismo como uma espécie de microcosmo, com seu próprio modo de funcionamento, suas próprias regras e convenções (BOURDIEU, 2009).

A história do jornalismo pode ser considerada como a luta contínua pela afirmação de uma autonomia que se encontra permanentemente ameaçada. O ideal do jornalismo é ser um bastião da verdade dos fatos, mas os jornais, após o paradigma do Jornalismo de Informação, também são empreendimentos econômicos com exigência do lucro.

Ao investigar as edições do jornal *Correio do Povo*, em uma primeira leitura flutuante, percebeu-se que trabalhar metodologicamente com um intervalo de dez anos poderia levar à possibilidade de observar recorrências e disparidades da narrativa em um período de longa duração. Em princípio, tal escolha poderia incorrer em riscos, já que abriria brechas para possíveis lacunas na análise, deixando de lado edições de sequências ímpares, por exemplo. Porém, cabe ressaltar que o ritmo das décadas impõe uma regularidade temporal nas efemérides. Um período cíclico é capaz de definir coordenadas para os sentidos que o acontecimento pode assumir na narrativa – a comemoração de um aniversário de quarenta e sete anos não possui o mesmo peso simbólico do que um cinquentenário. Assim, acreditamos que seja possível reconstituir um trajeto temático ao estabelecer interpretações a partir de como um mesmo acontecimento fundador – o nascimento do jornal - é narrado em diferentes momentos da trajetória do *Correio do Povo*. Em uma abordagem comparativa, integramos um conjunto representativo, reunindo quadros de significados dentro de uma série.

Ao todo, o *corpus* inicial do trabalho era formado por oito edições completas, referentes ao aniversário entre 1905 a 1975, abrangendo diferentes períodos na trajetória histórica do *Correio do Povo*. Por constatar, no entanto, que as narrativas são similares quando o período comparado é próximo, o recorte da análise mais aprofundada foi reduzido, então, para três edições, relativas ao momento do começo, o meio e o fim do periódico nas mãos da família Caldas – as comemorações de dez, cinquenta e oitenta anos, respectivamente. Assim, procuramos juntar uma espécie de arco narrativo, investigando edições de décadas afastadas entre si, para ordenar elementos difusos e, desse modo, sistematizar o desdobrar da memória que o jornal estabelece conforme acumula múltiplos anos de circulação ininterrupta.

Cabe lembrar que a edição de centenário foi desconsiderada, já que sua publicação ocorreu em 1995, ou seja, após a venda da Companhia Caldas Júnior para o empresário Renato Ribeiro. Da mesma forma, o peso simbólico desse impresso é consideravelmente maior quando estava sob o controle da família Caldas, tendo em vista que o *Correio do Povo* se consagrou, ao longo do século XX, como um jornal de referência no estado gaúcho. Não pretendemos, com essa expressão, realizar uma avaliação sobre a sua qualidade, mas sim queremos demonstrar que o periódico conquistou um respeitável poder aquisitivo, econômico e político, durante esse período, algo que não foi igualado depois da falência da empresa dos Caldas. Assim, “entendemos como jornais de referência os que têm prestígio, são hegemônicos e representam posições sociais e simbólicas privilegiadas no campo jornalístico. Outro critério para fazermos essa divisão arbitrária são as qualidades que os jornais atribuem a si mesmos em relação aos valores jornalísticos” (AMARAL, 2004, p.55).

Cada edição possui peculiaridades materiais que serão tratadas ao longo da análise – afinal, o jornal passou por diversas modificações no aspecto gráfico que alteraram a disposição dos textos nas páginas do diário, transformando a experiência de leitura. Da mesma forma, as comemorações de aniversário não necessariamente implicam na publicação de encadernados especiais. Pelo contrário, as datas mais antigas celebram a data de nascimento do jornal em seus editoriais e nas colunas dos redatores e colaboradores; a estratégia de monumentalizar a memória em uma edição à parte parece ser recente em termos históricos. A impressão inicial é que o *Correio do Povo* tenta fortalecer a sua memória de forma mais enfática conforme acumula o peso da idade e atinge o apogeu econômico, entre os anos 1950 e 1970. Ao final de cada subcapítulo, elaboramos uma tabela que sintetiza as narrativas analisadas.

Parte do material foi coletada no Museu Hipólito José da Costa, órgão público que mantém um acervo considerável de impressos gaúchos; muitos, porém, encontram-se em mau estado de conservação. As páginas, ao serem manuseadas, esfacelam-se com facilidade, mesmo em edições da década de 1970. Além disso, as coleções não estão completas e os exemplares antigos, anteriores a 1930, estão restritos. Sem desmerecer o trabalho dessa instituição, que enfrenta dificuldades financeiras frente ao descaso das políticas públicas voltadas à área cultural, foi preciso buscar o restante das fontes no arquivo do próprio *Correio do Povo*, um espaço que fornece melhores condições de pesquisa, embora seja pago. Assim, as edições entre o décimo aniversário até o cinquentenário foram recolhidas e sistematizadas a partir da impressão de cópias em xerox, enquanto os demais exemplares estão armazenados em fotografias digitais. Para a análise, selecionamos os textos que mencionavam explicitamente a comemoração do aniversário.

#### 4.2 O DÉCIMO ANIVERSÁRIO DO CORREIO DO POVO: O INÍCIO DE UMA TRADIÇÃO

Nos primeiros anos do século XX, ocorreram uma série de transformações fundamentais não apenas na sociedade brasileira, mas também no mundo inteiro. A chamada Primeira República (1889 - 1930) estava marcada, em linhas gerais, pelo contexto de criação e fortalecimento de uma economia global única. Consolidava-se, assim, uma rede cada vez maior de transações econômicas entre os países. Havia um movimento de homogeneização do planeta, que interligava as mais distantes regiões do globo, acelerando a troca de bens, comunicações e pessoas (HOBSBAWN, 1995). Por isso, levando em conta as particularidades daquele período, existia, no Brasil, uma profunda rejeição do passado colonial e um desejo, por

parte de alguns indivíduos, de participar das mudanças que aconteciam a partir da Europa - era uma ânsia generalizada dos grupos dominantes por modernização.

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose (...): a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1989, p.43)

É neste cenário histórico que, em 1905, o *Correio do Povo* completou dez anos de existência. A edição de aniversário foi lançada com oito páginas, em formato *standard*<sup>47</sup>. Dividido em sete colunas, a capa do jornal é o espaço em que a comemoração desponta com força: títulos como “décimo aniversário” e a menção à data “1º de outubro” são reveladores do modo como o *Correio do Povo* planejou e enalteceu o seu evento comemorativo. Contudo, por ser uma edição com mais de 100 anos, os recursos gráficos são limitados. Não há fotografias ou mesmo ilustração alusiva ao aniversário - a disposição dos elementos no papel segue o estilo sóbrio característico da época. Todos os textos que narram e comemoram o passado são, além disso, assinados por redatores e colaboradores do *Correio do Povo*.

---

<sup>47</sup> É o termo que, no Brasil, designa o jornal cuja proporção mede em torno de 56 x 32cm – ou seja, é um formato maior e verticalizado. É o padrão que se consolidou historicamente por carregar um caráter mais aristocrático, ligado à sofisticação das classes letradas, já que emana, pelo próprio tamanho do papel, um aspecto de poder e autoridade (SOUSA, 2001, p.364).

Figura 1 - Capa da edição dos dez anos do *Correio do Povo*, 01/10/1905



Chama atenção o fato de que o jornal destaca o nome de dois proprietários em vez de um só: Caldas Júnior e Salathiel de Barros. Nas demais edições consultadas, apenas Caldas Júnior é mencionado como o único fundador do impresso. Salathiel de Barro, porém, trabalhava como caixeiro viajante comercial no final do século XIX e, por ser amigo de Caldas Júnior, prometeu-lhe auxiliar na obtenção de assinantes para o *Correio do Povo* nas regiões da serra e da fronteira. Tornou-se gerente comercial do jornal após a morte de Luiz Manoel Gonzaga (1862 - 1905), o primeiro a assumir a gerência no *Correio do Povo*. No dia 3 de abril de 1905, Salathiel transformou-se em sócio de Caldas Júnior, e o impresso passou a ostentar, no cabeçalho da capa, a firma Caldas & Barros (GALVANI, 1994, p.119). Mesmo assim, ele não é homenageado ao longo dos textos de comemoração - somente o diretor, Caldas Júnior, recebe os louros da celebração. Acontece que Barros era o responsável exclusivamente pela parte burocrática da administração: tratava dos assuntos relativos a assinaturas, contratos de anunciantes e demais negócios da empresa. Por ter comandado a gestão durante poucos meses - permaneceu no cargo somente até o final de outubro de 1905 (GALVANI, 1994, p.121) -, pode-se inferir que esse esquecimento deliberado representa uma tentativa de reafirmar, na narrativa de celebração, apenas os protagonistas que se confundem, de fato, com o aspecto jornalístico do impresso.

Caldas Júnior, aliás, não assina o editorial desta edição. O décimo aniversário, por sinal, carrega uma ambiguidade: é narrado de uma maneira levemente melancólica. A data, em si, é

motivo de comemoração, mas o ano de 1905 foi marcado por um evento trágico na vida particular de Caldas Júnior. Sua primeira mulher, Arminda de Porto Alegre Caldas (1876 – 1905), havia falecido no dia 21 de setembro, vítima da febre tifoide, enfermidade que assolava a capital gaúcha (GALVANI, 1994, p.120). Na breve coluna escrita por Raul Falcão, é dito que o aniversário, até então motivo de festa, estava constrangido pela tristeza. As preocupações do momento constituem um elemento que altera o modo como a memória do impresso é gravada. Caldas estava de luto pela esposa morta, um sentimento que a narrativa extrapola para os demais funcionários do jornal. Ao enquadrar a memória no texto, um pequeno gesto de cortesia que a primeira-dama do *Correio do Povo* aparentemente realizava em todos os aniversários do impresso é evocado e ressignificado. O pormenor transfigura-se na linha mestra da trama:

E o dia de hoje mais aviva a lembrança da terna companheira do viúvo desolado. Era costume d’Ella vir aqui, neste dia, ao cerrar da noite, com aquelle seu sorriso tão meigo, apertar a mão dos empregados e das pessoas amigas. E elle, o esposo enamorado, reservava-Lhe, sempre, as rosas mais bellas, e os mais lindos ramilhetes (sic). Depois... ambos saíam: Ella - carregada de flores; elle - cheio de íntima satisfação (*Correio do Povo*, 01/10/1905, capa).

A nostalgia de uma pessoa ausente está relacionada, neste excerto de poucas linhas, com uma dificuldade de lidar com a própria mortalidade. Nesse sentido, vale lembrar a metáfora do Anjo da História, de Walter Benjamin (2010), que ajuda a explicar a condição do sentimento nostálgico, um desejo de volta ao passado circunscrito pelo envolvimento afetivo. Na imagem detalhada por Benjamin, o anjo - que representa, de certo modo, como a consciência humana racionaliza o movimento da história - tem o rosto virado para trás, ou seja, para o passado. Sob seus pés, no entanto, acumula-se incontáveis ruínas, resquícios de sofrimentos e catástrofes. Ele deseja parar, ressuscitar os mortos e juntar as peças destruídas - porém, é impellido para frente por uma forte tempestade, o progresso. A operação de uma memória nostálgica desenvolve, desta maneira, como um processo de idealização do acontecido, uma tentativa de escapar da tormenta e reorganizar os destroços. A imagem construída no jornal parece de um namoro exemplar, completo e coerente, que se transforma, por esta via, em um objeto de respeito e admiração.

A composição narrativa dessa memória de si depende, portanto, da interferência de outros sujeitos que não precisam, necessariamente, ter trabalhado no *Correio do Povo*. Basta que eles sejam lembrados e entrelaçados no enredo sobre o passado do impresso. Como argumenta Pollack (1992), a memória, junto com a questão da identidade, possui tanto uma dimensão individual quanto uma coletiva, sendo que ambas estão profundamente interligadas.

Isso quer dizer que as preferências e as idiossincrasias morais e psicológicas coexistem, influenciam e, por fim, são afetadas pelos sentimentos de identificação com um grupo ou uma organização social. É assim que o encadeamento da identidade ocorre, pois ela é um processo “que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p.204). Nesta edição dos dez anos, notamos, então, como começa a se consolidar um modelo de construção e apresentação da memória do *Correio do Povo* ao seu público-leitor e também a si próprio.

**Figura 2** - Coluna de Raul Falcão, capa da edição dos dez anos do *Correio do Povo*, 01/10/1905

The image shows a newspaper page from October 1, 1905. The page is divided into several columns of text. At the top center, it says "1º de Outubro". Below this, there is a section titled "Administração municipal" with a portrait of Raul Falcão. The text on the left side discusses journalistic ethics and the role of the press. The text on the right side discusses the anniversary of the newspaper and the author's reflections. The portrait of Raul Falcão is a black and white illustration of a man with a mustache, wearing a military-style uniform.

As características mencionadas são as responsáveis por garantir a permanência do *Correio do Povo* como sendo o mesmo sujeito ao longo do tempo. Existe, portanto, um conjunto de expressões que se repetem - “caráter”, “honra” e “generosidade”, por exemplo. São palavras que demonstram como o jornal se apropria de certas definições para mostrá-las ao público e, assim, demarcar sua identidade narrativa<sup>48</sup> (RICOEUR, 1997). Diversos sentidos

<sup>48</sup> Em síntese, para Ricoeur (2010), o conceito de identidade narrativa é uma resposta às questões “quem é você?” e “quem sou eu?”. Implica, portanto, em um jogo de alteridade: a forma de narrar a existência de algo indica, assim, o contexto das ações e situações a partir das quais se pode, por exemplo, identificar uma determinada pessoa e distingui-la das demais. Ou seja, é um aspecto importante para o reconhecimento da coesão, da estabilidade de um determinado grupo ou indivíduo.

são enquadrados numa mesma trama. Tais construções narrativas acabam por se confundir com a própria memória do impresso. É como se o passado do *Correio do Povo* não pudesse ser celebrado sem esses elementos afetivos. O impresso é, ao mesmo tempo, o autor e o intérprete autorizado de sua própria memória. Porém, esses textos que o jornal conta sobre si mesmo, dispersos na capa e nas páginas internas, compõem um mosaico que é menos homogêneo do que parece à primeira vista.

A identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas; assim como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso, já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim também sempre é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou até opostas. (RICOEUR, 1997, p. 428)

A prolixidade ao homenagear a passagem do décimo aniversário age como uma forma de reforçar os laços com o público leitor. O narrador-jornal situa-se na segunda pessoa, tratando a empresa jornalística como um “nós” que sente orgulho ao olhar a distância percorrida, ao fazer referência a um repertório conceitual de superação. Não são atos inocentes de memória - na narrativa do jornal, há uma escrita de convencimento, de persuasão, de construção de uma força identitária, emblemática.

Uma das consequências pelas quais o país passava nos primeiros anos da república diz respeito à imprensa - o jornal, como empreendimento exclusivamente individual, desaparece nas grandes cidades. “É agora mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal” (SODRÉ, 2011, p.406). Em termos de composição, o *Correio do Povo* de 1905 não fugia do padrão do jornalismo brasileiro do início do século XX, defasado em relação aos periódicos estrangeiros. Segundo a crítica ferrenha do escritor carioca Luís Edmundo:

Paginação sem movimento ou graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga *clichéerie*. Desconhecimento das manchetes e de outros processos jornalísticos, que já são, entretanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa. Tempo de soneto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha (EDMUNDO *apud* SODRÉ, 2011, p.415).

O historiador Nelson Sodré, prosseguindo com o mesmo tom crítico, afirma que o noticiário:

(...) era redigido de forma difícil. O jornalismo feito por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais - aniversários, casamentos, festas - aparecem em linguagem melosa e

misturam-se com a correspondência de namorados, *doestos* a desafetos e a torva catilinária dos *a pedido* (SODRÉ, 2011, p.416)

Mesmo que a análise de Sodré seja ríspida, ignorando as peculiaridades da época, é notório que os homens de letra encontraram, na imprensa, não somente uma fonte de remuneração, mas também um instrumento de distinção, legitimação e mesmo de poder político (MARTINS; DE LUCA, 2008, p.94). Além disso, segundo Barbosa (2007), o jornalista do início do século XX buscava criar um texto autoral, um fenômeno decorrente da própria ideia de um escritor ilustrado, acadêmico, graduado nos tradicionais cursos de bacharel e que se vislumbra como uma espécie de intérprete da realidade social, alguém capaz de discutir os rumos da recém-formada República Brasileira. Não por acaso, os três nomes que assinam as colunas de comemoração ao décimo aniversário são escritores: Leo Pardo, Antonio de Mariz, Ildfonso Gomes e Raul Falcão, este último, na verdade, repórter do *Correio do Povo*.

Ou seja, não se trata, portanto, da memória do jornal como um todo, mas sim daqueles que foram escolhidos para deixar registrados suas considerações e homenagens nas páginas do impresso. É uma seleção prévia: os sujeitos que subscrevem os textos são considerados como uma espécie de elite, por assim dizer, pois representam os profissionais comprometidos com o modelo editorial do *Correio do Povo* - são as vozes autorizadas a contar o passado do periódico. Eles detêm um capital simbólico (BORDIEU, 2005) significativo. Afinal, se levarmos em conta que a trajetória de um jornal nunca é tranquila - há sempre lutas e conflitos travados nesse processo de consolidação de um empreendimento jornalístico - podemos deduzir que tais narradores da memória são os “vencedores”, são aqueles que conseguiram fortalecer seus projetos como hegemônicos dentro da empresa.

Seja como for, independentemente de quem escreve o texto jornalístico de aniversário, a escolha de uma data para comemorar precisa ser sempre considerada, segundo Barbosa (2007) como uma estratégia, um uso manipulado da memória que opera em duas frentes: elabora uma sociabilidade em torno do jornal e, ao mesmo tempo, também estabelece uma espécie de pedagogia, ensinando aos leitores como se deve compreender o impresso jornalístico. No momento em que completa dez anos, é visível que o *Correio do Povo* reafirma o caráter idealizado do trabalho jornalístico: a visão romântica de que o jornalista exerce uma vocação, uma atividade acima dos interesses empresariais.

A vida jornalística é uma das mais acerbadas provenças a que póde sujeitar-se um espirito lucido e elvado, por quanto, uma vez que elle não seja induzido pela força ineluctavel das idéas ou pelo impulso poderoso das convicções, há de cair fatalmente, annullando-se para sempre (...) E as virtudes primarias para

o jornalista inteligente e instruído são a equanimidade e a abnegação, que reside no desprendimento dos interesses e aspirações pessoais (*Correio do Povo*, 01/10/1905, capa).

A homogeneidade encontrada nesses relatos sobre o aniversário mostra que alguns conceitos são frequentemente repetidos, gerando e reforçando um simbolismo dominante tanto sobre a função do jornalista naquele distante ano de 1905 quanto sobre como o *Correio do Povo* cumpriu tal papel durante esses dez anos de vida. Nas visões fixadas na edição comemorativa, percebemos o eco da idealização de um grupo, que procura desenvolver suas próprias normas e valores em uma conjuntura histórica demarcada pela consolidação das relações capitalistas, a expansão do mercado e o crescimento da urbanização. Diferentes racionalizações que apontam para a criação de consensos e o início da comemoração de aniversário como uma tradição de fato.

Tradição, por ser um conceito recorrente nas edições de aniversário, pode ser melhor compreendido a partir da concepção de Hobsbawn (2002), ou seja, como uma repetição constante que estabelece a invariabilidade do passado. Isso quer dizer que a tradição legitima certos valores que devem ser mantidos sempre da mesma forma, perpetuando um conjunto de práticas fixas. Porém, é possível complexificar ainda mais essa questão, já que é um tema tão frequente na memória que o *Correio do Povo* articula sobre si.

A tradição, embora seja frequentemente tratada no singular - um fenômeno uniforme, fechado em si mesmo - abarca, na realidade, várias nuances conceituais. Ricoeur (1997) decompõe o termo em três articulações diferentes, válidas para se pensar a maneira como o *Correio do Povo* configura seu passado: tradicionalidade, tradições e tradição. Seguindo por partes o percurso analítico percorrido pelo autor, a primeira, a tradicionalidade, é entendida como o encadeamento formal das sucessões históricas, isso é, diz respeito à transmissão das heranças recebidas. Representa algo anterior à tradição: são os indícios do tempo, reminiscências que foram contadas e que permaneceram entranhados tanto no passado quanto no presente.

A noção de tradições, por sua vez, diz respeito aos conjuntos de narrativas dotados de sentidos expressivos, ou seja, convicções, persuasões e crenças que atravessam o tempo e possuem certa pretensão de verdade. O termo no plural designa costumes e práticas transmitidas por gerações, que interpretam e reinterpretem esses componentes do passado. É a mimese I, a prefiguração do mundo, o que já existia antes mesmo de nascermos. A última concepção, a tradição, constitui-se como a instância de autoridade, que busca cristalizar e legitimar o sentido do passado com um forte grau de coesão. Para que algo se mantenha

enquanto tradição, é necessário que exista um processo constante de reinterpretações. Por isso o aniversário do *Correio do Povo*, baseado no evento de fundação, tornou-se uma tradição já nos dez anos de existência do impresso: ele instaura um modo autorizado de interpretar a vida do jornal.

O marco dos dez anos é tratado como a maioridade do jornal. Poucos impressos chegariam, segundo o *Correio do Povo*, nessa idade. “Dez annos é muito ou é pouco conforme a relativa durabilidade das cousas. Na vida da Imprensa, onde são raros, raríssimos, os macróbios, dez annos de existência, para um jornal, já representam alguma cousa” (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.6). O décimo aniversário demarca narrativamente um rito de passagem rumo à maturidade, como se o jornal fosse, de fato, um impresso incomum, que se tornou maduro, por assim dizer, com extrema rapidez.

Nos seus dez annos de existencia (sic) é evidente e palpavel o adiantamento do *Correio do Povo*. Quer no crescimento e nos melhoramentos materiaes, quer nos avanços e seguranças de ordem moral, vê se bem que, para elle, o Tempo não passou em vão. Quem o encontra e lê hoje, não dirá de certo que apenas tão poucos annos lhe empampanam e afloram a existencia (sic): pensará, provavelmente, que em muitas dezenas os annos engrinaldaram lhe de louros a fronte varonil. Pois que é de um triumphador o aspecto do *Correio*. (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.6)

Além disso, percebe-se a presença de um pensamento que talvez possa ser explicado devido à predominância, no Rio Grande do Sul, das ideias do positivismo, pois o *Correio do Povo* entrelaça o seu passado com argumentos advindos da ideia de progresso. A trama evoca, assim, um desenrolar evolutivo dos fatos, que se sucedem tendo em vista um bem maior. É a tarefa dos jornalistas fazer a sociedade gaúcha progredir. Antonio Mariz - pseudônimo de José Paulo Ribeiro<sup>49</sup> - salienta, por exemplo, que a imprensa emancipada, como afirma ser o *Correio do Povo*, é imortal porque está devotada a causa do bem comum, algo que nunca desapareceria, segundo a concepção do autor.

Tornou-se então o *Correio* a folha mais popular, mais lida, procurada com avidez, desde o albor de todos os dias, como o portador de uma nova sensacional, de uma idéa útil, de um conselho proveitoso. E o *Correio*, em boa hora, compreendeu que a ‘imprensa é a força’ porque intelligencia é

---

<sup>49</sup> Historiador e jurista, José Paulo Ribeiro (18?? - 1929) foi autor de pequenos ensaios literários, incluindo a primeira crítica que se tem notícia sobre a obra *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto. Também foi um membro ativo do Instituto Geográfico Rio-grandense, trabalhando em comissões internas de arqueologia e paleontologia. Para mais detalhes, cf. SILVEIRA, Daniela Oliveira. **"O passado está prenhe do futuro": a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 - 1930)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

também uma força que subjuga a ousadia dos ignorantes pretenciosos; porque a intelligencia é que nortêa a náu (sic) da civilização (sic) pelos infindos mares do Progresso. (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.5)

No estado gaúcho, o pensamento positivista floresceu a partir da vitória dos republicanos na Revolução Federalista (1893-1895), liderada por Júlio de Castilhos. O estado gaúcho era um baluarte do positivismo no país. O modelo político em voga previa um projeto centralizador, baseado na perspectiva da ciência e do progresso (WASSERMAN, 2004, p.278).

No que concerne à memória do jornal, sua trajetória é apresentada de forma programática, tendo o *Correio do Povo*, desde o início, a semente da tradição, no sentido concebido por Ricoeur (1997). Mesmo enfrentando dificuldades iniciais, a narrativa é exposta de maneira a demonstrar que, devido a suas qualidades inatas, o impresso conquistou a simpatia dos leitores gaúchos, que se identificaram, segundo Antonio Mariz, com o aspecto mais utilitário do *Correio do Povo*.

O *Correio do Povo* surgiu, na arena da imprensa, com essa feição própria (sic) de quem se deveria impôr á consideração dos contemporaneos, pela unificação do trabalho modesto, porém proveitoso. Veio á luz, sem atavios, em uma época de completa desorganização (sic) do trabalho, em um período agitado por lutas intestinas, em que o livre pensamento encontrava detenças, em que as idéas, não commungadas com as do tempo, expunham-se ás insolitas (sic) arremetidas dos inconscientes. (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.5)

Na narração da história, não são revelados desvios de percurso - os elementos narrativos são dispostos de forma linear, com uma perspectiva de desenvolvimento realmente biológico. Em especial, chama a atenção a coluna *Semanario*<sup>50</sup>, assinada por Leo Pardo<sup>51</sup>, pseudônimo de Paulino Azureña.

Nessa crônica, sem título, o *Correio do Povo* é tratado feito uma criança prodígio. Existe ainda um teor bélico que permeia tal construção memorialística. O *Correio do Povo* é o protagonista que nasce sob um bom presságio e que cresce à maneira de um guerreiro. Interagindo com outros personagens, o jornal realiza suas ações sempre motivado por intenções

---

<sup>50</sup> Publicada aos domingos, sempre no rodapé da página, as crônicas de Paulino Azureña foram compiladas em um livro póstumo. Com o título *Semanário de Leo Pardo*, a obra foi lançada em 1926, pela Livraria do Globo e reunia os principais textos do período que abrange 8 de julho de 1905 a 19 de junho de 1909.

<sup>51</sup> Afora o trocadilho com a palavra Leopardo, o autor também utilizou, em algumas crônicas, a denominação negro, o que “devia lhe trazer alguns riscos naquela sociedade porto-alegrense pouco afeita à aceitação da diferença racial e cultural vindas da comunidade negra” (SANTOS, 2008, p.9). Azureña, além de ser um dos fundadores do *Correio do Povo*, era conhecido no meio negro e intelectual de Porto Alegre e chegou a ocupar a Cadeira 31 da Academia Rio-grandense de Letras.

nobres - mantinha a “postura de um cavaleiro” - que, no entanto, nem sempre condiz com os resultados alcançados. “Como Francisco I, si alguma vez a sorte das armas lhe foi adversa, pôde se retirar do campo de batalha exclamando: - Tudo perdi, menos a honra<sup>52</sup>! (CORREIO DO POVO, 01/10/1905, p.6). Então, nesse emaranhado que envolve o desdobramento temporal do *Correio do Povo*, as peças são montadas para configurar um valor de superioridade. A vida do jornal é, em alguma medida, incorporada ao curso da história mundial, já que o cronista projeta o impresso nas citações e comparações com personalidades históricas – as metáforas incorporam inclusive seres mitológicos. Leo Pardo iguala os feitos do *Correio do Povo* aos revolucionários da Revolução Francesa – “elle, o *Correio*, parecia fazer a guerra com pharases felizes e vencer batalhas com a alegria imperecível” (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.6) -, relaciona o espírito do jornal com o feitio do general Stakelberg<sup>53</sup> e, por fim, ao comentar que o impresso retirava sua razão de ser apenas pela causa do povo porto-alegrense, o escritor dramatiza: “Como Antheu<sup>54</sup> filho da Terra, basta-lhe tocar a sua terra para recuperar todas as energias nativas (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.6).

Nesse sentido, aliás, vale lembrar a Terceira Tese do filósofo Walter Benjamin sobre O Conceito de História, que descreve com precisão (ainda que esteja se referindo ao cronista histórico, por assim dizer, e não ao jornalístico) o que significa o ofício de escrita numa crônica:

O cronista, que narra os acontecimentos em cadeia, sem distinção entre grandes e pequenos, faz jus à verdade, na medida em que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história. É verdade que só a humanidade redimida será dada a plenitude do seu passado. E isso quer dizer que só para a humanidade redimida o passado se tornará citável em cada um dos seus momentos (BENJAMIN, 2012, p. 10).

A ideia de progresso, tão repetida nos textos comemorativos desta edição, comporta uma multiplicidade de sentidos. No contexto em que o jornal celebrou seus dez anos, contudo, a palavra estava associada a um pensamento otimista. O entusiasmo pelo desenvolvimento tecnológico, embalado pelas descobertas científicas, levou à crença de que as sociedades progredem de maneira natural, sendo impulsionadas inevitavelmente para um futuro melhor.

---

<sup>52</sup> A frase é uma aproximação das palavras que o Rei Francisco I (1494 - 1547), da França, escreveu em uma carta para a sua mãe após a derrota em Pavia, em 1525: *De toutes choses ne m'est demeuré que l'honneur et la vie qui est saulve*. Em uma tradução livre, “de tudo que eu tinha, apenas a honra e a vida foram poupadas”. A informação sobre essa citação foi retirada do **Concise Oxford Dictionary of Quotations**.

<sup>53</sup> Georg von Stackelberg (1851 – 1913) foi um general germano-báltico responsável pela cavalaria do Exército Imperial Russo. Foi reconhecido pelo seu papel de destaque na Guerra Russo-Japonesa (1904 – 1905), confronto que recém havia terminado na ocasião do décimo aniversário do *Correio do Povo*.

<sup>54</sup> Gigante da mitologia grega, filho de Poseidon e Gaia. Era invencível enquanto estivesse em contato com o solo. Derrotá-lo foi um dos trabalhos dos 12 Trabalhos de Hércules.

Essa percepção, por consequência, também valoriza o tempo presente em detrimento do passado, já que estipula uma verdadeira hierarquia das dimensões temporais. Desse modo, a noção de progresso, presente na memória do *Correio do Povo* sobre seus dez anos, demarca uma esperança programática. A disposição de contar uma história sobre o jornal assume um compromisso com o futuro.

E o Correio do Povo tem atravessado estes dez anos de acurado trabalho, preservando no dignificador esforço de bem cumprir a missão que lhe cabe, como imprensa emancipada. Do trabalho, fez a lei suprema de sua existência, seu dever quotidiano, orientando-se nas normas do respeito e do decôro, acatando as idéas, as convicções, a fé, as individualidades, a virtude, o mérito, o lar, as idades, as condições políticas e sociaes (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.5).

Antonio de Mariz também escreve um texto sobre o *Correio do Povo* que transforma o jornal na locomotiva do progresso. Enquanto narrador do passado, ele estipula o valor do trabalho como a máxima que justifica toda a trajetória do impresso. O jornalismo do começo do século XX orienta-se, afinal, por um paradigma modernizador, adequando as atividades da empresa jornalística para os moldes industriais. O objetivo é a busca pelo lucro e, por isso, a estruturação racionalista da história sobre o decênio é feita de maneira a exaltar as qualidades do trabalho. Visto como uma empresa, o jornal daquele período ingressa em uma nova era social e em uma nova realidade temporal, regulada pela exigência do relógio - o impresso precisa, a partir de então, cumprir o tempo maquinal para sair das oficinas e ser colocado em circulação (BARBOSA, 2007, p.46). Tudo isso implementa uma necessidade maior de controle sobre a divisão e a hierarquia do trabalho.

E o Correio do Povo tem atravessado estes dez anos de acurado trabalho, perserverando no dignificador esforço de bem cumprir a missão que lhe cabe, como imprensa emancipada. Do trabalho, fez a lei suprema de sua existência, seu dever quotidiano, orientando-se nas normas do respeito e do dêcoro, acatando as idéas, as convicções, a fé, as individualidades, a virtude, o merito, o lar, as idades, as condições políticas e sociaes (*Correio do Povo*, 01/10/1905, p.05)

Existe, portanto, uma criação de um código de conduta, de um conjunto de procedimentos que está intrincado nessa memória construída pelo *Correio do Povo*. O narrador chancela, desse modo, certa ideia de uma potência programada, necessária: para que o leitor, no início do século XX, consiga acompanhar a modernidade, ele precisaria da eficiência e do esforço que só o jornal possuiria. Recorrendo ao conceito da Tríplice Mimese (RICOEUR,

1994), a narrativa de autopromoção do diário carrega uma visão condensada de quem é o público-leitor, com suas expectativas e visões de mundo.

Além disso, o texto traz a concepção de que os jornais somente são bem-sucedidos quando seguem determinadas regras: a atividade jornalística é situada como um dever de cumprir critérios honrados, virtuosos - é uma visão de que “a responsabilidade ética do jornalista passa por um respeito pelas pessoas cujo conteúdo não se esgota nem nos códigos deontológicos nem nas disposições jurídicas em matéria de imprensa” (CORNU, 1994, p. 432).

Diz-nos a consciencia que honradamente vimos cumprindo o nosso dever, batalhando, sem treguas, por todas as causas justas e nobres, prestando o nosso concurso, sempre desinteressado e franco, a todas as idéas generosas, servindo a todas as aspirações elevadas, procurando animar as iniciativas dignas de estímulo e de apreço, distribuindo applausos e fazendo censuras com isenção, com sobrançeria, com independencia, com justiça, não visando jamais discutir personalidades, ferir melindres e prejudicar interesses de quem quer que seja, mas visando sempre o inteiro cumprimento do nosso dever profissional (*Correio do Povo*, 01/10/1905, capa)

Segundo Traquina (2005), o jornalismo é uma das profissões que mais reivindica mitos: são as justificativas que atribuem um sentido nobre à função social dos jornais. Eles pretendem ser vistos, então, como verdadeiros heróis da população, tendo a missão de representar os interesses da coletividade e denunciar os abusos dos poderosos. Na edição do décimo aniversário, a partir das menções indiretas ao programa editorial que constava no primeiro número do *Correio do Povo*, os textos comemorativos advogam que a imprensa tem como eixo norteador o comprometimento com os cidadãos e o interesse dos porto-alegrenses. É uma memória estruturada em cima de um ideal apertado, supostamente neutro, conduzido pela determinação de Caldas Júnior.

O director do Correio do Povo tem sabido manter, a tal respeito, uma atitude digna dos sinceros louvores que lhe prodigaliza diariamente o povo porto-alegrense. Leal na apreciação dos factos, incansável na defesa dos interesses desta terra, desprendido dos elos partidarios, intransigente nas defesas relativas ao bem commum, o sr. Caldas Júnior ha conquistado assim o fulgido renome de que actualmente goza entre seus distintos confrades do jornalismo rio-grandense (*Correio do Povo*, 01/10/1905, capa).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o jornalismo, mesmo no início do século XX, era percebido com doses de desconfiança e ressalva. Otto Groth (2011, p.409), ao comentar sobre o período de transição entre o século XIX para o século XX, argumenta que havia, na época, um menosprezo generalizado da profissão jornalística: leviandade, desordem, inconsistência, bajulação, servilidade e fisiologismo seriam as características mais associadas ao exercício da

imprensa. Segundo o autor, os três primeiros aspectos citados estariam relacionados a uma falta de sintonia com a realidade, enquanto os demais seriam condenados, conforme o jornalismo consolidava-se frente à sociedade, como “males da profissão”. O fato do *Correio do Povo* dedicar tanto espaço para reforçar seu caráter de excepcionalidade evidencia um grau de investimento simbólico que procura elaborar uma tradição gloriosa, de respeitabilidade contra a falta de confiança, a incerteza.

O paradigma do Jornalismo de Informação permitiu que o diário de Caldas Júnior pudesse emergir dentro de uma lógica de empresa, transformando-se em um negócio lucrativo e, por isso, precisa se apresentar de maneira apartidária: “o mito do jornalismo objetivo é essencial para a compreensão da ideia de responsabilidade social do jornalista. É ele quem marca a passagem do jornalismo panfletário do século XIX para o ‘jornalismo profissional’” (PEREIRA, 2004, p.7). É nesse período que florescem a ideia do jornalismo como um serviço à população, que estaria, como escreveu Moretzsohn (2002, p. 56), “acima das contradições da sociedade, sem interesses a defender, capaz de falar em nome de todos”. Tais elementos já estão potencializados na narrativa que o *Correio do Povo* constrói sobre si: o passado é readequado para sustentar a tese de que o periódico nasceu para preencher esse espaço:

De nada temos que nos penitenciar neste já cumprido tirocinio jornalístico, porque não nos afastámos ainda da recta que traçamos á hora da partida, e o *Correio do Povo* de hoje é o mesmo de hontem, cheio ainda da mesma fé, animado da mesma coragem, prompto sempre a servir os mesmos ideas, como ha dez annos passados. O publico, para quem trabalhamos, e a cuja indefectiva justiça confiamos o julgamento definitivo dos nossos actos, sobejamente nos tem aparado e applaudido, o que é, para nós, motivo de real satisfação e salutar orgulho, porque precisamos do seu auxilio e estimamos o seu louvor (*Correio do Povo*, 01/10/1905, capa).

Da mesma forma, o jornal articula seu valor narrativo embasado pela marca da intelectualidade, ou seja, pela noção de que o jornalista deve esclarecer e instruir, mantendo um esforço constante de civismo. Porém, apenas dezesseis anos haviam passado desde a Proclamação da República (1889): os brasileiros que foram transformados em cidadãos eram as mesmas pessoas que viveram nas condições de um império escravocrata. O número de analfabetos, aliás, representava mais de 85% da população no país - tinham a cidadania na forma da lei, mas eram incapazes de ler um jornal, menos ainda um decreto governamental ou algum outro documento oficial. O analfabetismo atingia inclusive os grandes proprietários de terra, e mais de 90% dos brasileiros viviam em áreas rurais (CARVALHO, 2002, p.32).

**Quadro 2** - Sínteses das narrativas do décimo aniversário do *Correio do Povo*

<b>Título da narrativa</b>	<b>Narrador</b>	<b>Temática</b>
<i>Decimo aniversario</i>	Idelfonso Gomes	O marco dos dez anos como resultado do trabalho e do esforço do <i>Correio do Povo</i>
<i>1º de Outubro</i>	Raul Falcão	Melancolia pela morte da primeira esposa de Caldas Júnior, em 1905
<i>Ao „Correio do Povo”</i>	Antonio Mariz	Exaltação do <i>Correio do Povo</i> como um jornal voltado ao interesse do público
Sem título (o nome da coluna é Semmanario)	Leo Pardo	Personalização do jornal, valorização do <i>Correio do Povo</i> como se fosse um jovem prodígio, de caráter bélico

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Ou seja, o *Correio do Povo* falava sobre progresso e civilização, estabelecia seu passado como um vetor da modernidade, um jornal criado sob bons auspícios e destinado, por seu próprio esforço, a um futuro de vitória; a realidade, contudo, é que o impresso ainda se destinava a um público reduzido, que sequer extrapola as fronteiras da capital gaúcha. As edições de aniversário, desde o distante ano de 1905, parecem evocar o desejo do jornalismo de informação na modernidade: ser o espelho da sociedade.

#### 4.3 RECONSTRUÇÃO DO PASSADO: O CINQUENTENÁRIO DO CORREIO DO POVO

A edição do dia primeiro de outubro de 1945 foi a data em que o *Correio do Povo* comemorou seu cinquentenário. Tal marca dos cinquenta anos reveste-se de um significado peculiar, pois corresponde a um ponto áureo de referência cronológica. Afinal, as formas ocidentais de calcular o tempo linear, baseadas no sistema decimal e reguladas por séculos e milênios, reforçam a simbologia dos números divisíveis por cinco como cifras demarcadoras de uma meia-trajetória histórica. Elas registram simbolicamente a metade de um trajeto a ser percorrido desde o início até o fim de um século. Segundo Bosi (1992, p. 19) "a memória das sociedades precisa repousar em sinais inequívocos, sempre iguais a si mesmos; e o que há de mais inequívoco e sempre igual a si mesmo do que o número?".

Na década de 1940, o *Correio do Povo* apresentava características que se alinhavam com as tendências gerais da imprensa brasileira ao longo do Governo de Getúlio Vargas: “o caráter mais informativo do que doutrinário e a feição administrativa empresarial” (RANCINI; LAGOS, 2007, p.96). Era uma época em que as empresas jornalísticas de massa assumiram tamanhas dimensões que os recursos financeiros necessários para as manter em funcionamento estavam além do alcance da maioria da população (SODRÉ, 2011, p.568). Ou seja, para Sodré

(2011), foi o período inicial de concentração dos veículos de comunicação, com o surgimento de grandes corporações que abrangiam, além das publicações impressas, canais de rádio e, a partir do início dos anos 1950, também de televisão. A Companhia Jornalística Caldas Júnior, no entanto, ainda não tinha diversificado seu campo de atuação midiática, concentrando-se então na publicação dos jornais *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, vespertino lançado em 1936. Mesmo assim, a hegemonia do *Correio do Povo* era respaldada pelo número de tiragens – diariamente, as impressoras do grupo comandado, naquele momento, por Breno Caldas imprimiam mais de cinquenta mil exemplares em 1945, quantia que posicionava o jornal na liderança de tiragem no Rio Grande do Sul<sup>55</sup>.

O ano em que o *Correio do Povo* completara seu cinquentenário foi marcado pela rendição das Forças do Eixo na II Guerra Mundial. O confronto, segundo Galvani (1994), provocou uma restrição de papel que afetou a paginação do jornal – ele começou a ser editado com uma média de dez a doze páginas, chegando a circular, em certas ocasiões, com apenas oito páginas. Para um diário que, na década de 1930, publicava edições de vinte páginas durante a semana (KARAWEJCZYK, 2014, p.141), a redução era significativa. Assim, perceber que, no aniversário de cinquenta anos, o *Correio do Povo* dedicou cinco páginas, incluindo a contracapa, à efeméride não é uma forma de desprestígio; pelo contrário, a edição de primeiro de outubro de 1945, uma segunda-feira, foi lançada com dez páginas, e metade do jornal fazia menção à comemoração do aniversário. Do ponto de vista gráfico, o *Correio do Povo* caracterizava-se, naquele momento, pelas longas reportagens descritivas – era um periódico pontilhado de letras miúdas, que iniciavam nas primeiras páginas, eram interrompidos e prosseguiam, às vezes, nas páginas finais da edição. Múltiplas linhas delimitavam a largura dos textos, e as letras garrafais surgiam apenas nas manchetes.

De qualquer forma, o cinquentenário é uma oportunidade singular que o jornal possuiu para inserir sua trajetória dentro de um contexto histórico de maior duração, reafirmando sua perenidade no tempo. Na capa, estava estampada a fotografia oficial de Caldas Júnior, um retrato recorrente nas edições de aniversário. A foto havia sido tirada em novembro de 1912, portanto cinco meses antes da morte do fundador do *Correio do Povo* (GALVANI, 1994, p.163). Desde então, quando era feita alguma menção a Caldas Júnior, a imagem era escolhida para representar o jornalista em seu auge, conforme visto na **Figura 3**. Contudo, o escopo maior das narrativas jornalísticas sobre o aniversário do jornal encontra-se nas páginas seguintes – a

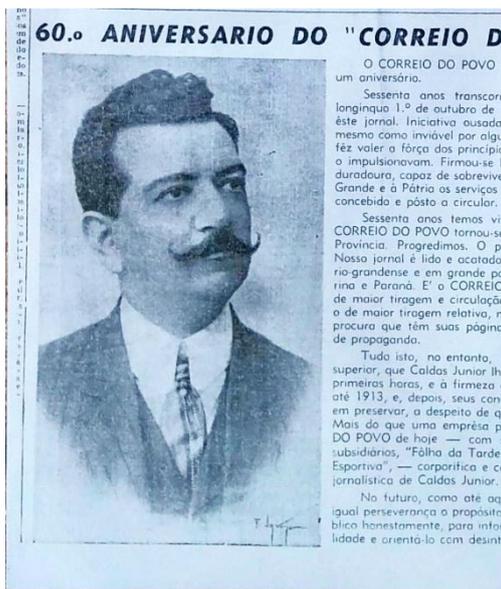
---

<sup>55</sup>Os dados sobre isso podem ser encontrados nas estatísticas do século XX do IBGE, disponíveis no link: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/cultura.html>. Acessado em 24 de agosto de 2018.

capa faz alusão ao aniversário por meio do retrato, mas convida o público leitor a seguir a leitura sobre a comemoração da efeméride no restante da edição.

O cinquentenário permeia a edição do *Correio do Povo* — é a comemoração do *jubilee de prata*, como destaca Salathiel de Barros na sua colaboração ao jornal (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4). As demais notícias do dia são minimizadas frente à celebração feita pelo diário. Ainda que o jornal não tenha lançado um encadernado à parte, os textos comemorativos ocupam boa parte das colunas nas páginas internas.

Figura 3 - Capas das edições dos aniversários dos 30, 40 e 60 anos do *Correio do Povo*, evidenciando a predominância do retrato da Caldas Júnior



Large commemorative page for the 30th anniversary of 'Correio do Povo' and its founder. The page features a central title 'O TRIGESIMO ANIVERSARIO DO "/>

Assim, celebrar o aniversário pressupõe uma recontagem da memória, que eclode junto às informações sobre o fim da segunda guerra mundial. Há, portanto, uma superposição de narrativas jornalísticas, mas em primeiro plano são rendidas homenagens públicas aos profissionais que trabalharam anteriormente no *Correio do Povo*. As trajetórias desses jornalistas são compartilhadas para o público numa sucessão de nomes que, acompanhada pelos respectivos retratos, formam um mosaico de personagens exemplares. Chama a atenção o modo como a narrativa é construída, em um esforço de “celebração dos ancestrais do jornalismo—dedicando boa parte da edição a descrever antigos funcionários - e, principalmente, no desejo da continuidade absoluta com seu fundador”. (MATHEUS, 2011, p. 9)

Nota-se, também, a presença de um discurso uno em torno da construção de Caldas Júnior como um homem visionário, um jornalista a frente de seu tempo. Em todas as falas, o ideal do fundador instaura um poder simbólico, como se a sua personalidade fosse magnética e detivesse uma força de atração capaz de reunir, por si só, os grandes talentos literários de Porto Alegre. Aliás, aqueles que escreveram no *Correio do Povo* e trabalham na redação do jornal são intitulados de amigos de Caldas Júnior. Mesmo que alguns tenham, com o tempo, abandonado a escrita para se dedicar a outras atividades, o diário afirma:

o que é inegável – e isso confessamos num misto de orgulho e de ufanía – é que a idéia (sic) de Caldas Júnior vencera espetacularmente. O seu ‘Correio do Povo’, antes mesmo de conquistar o povo sul-riograndense para o qual nascera e queria crescer rápida (sic) e triunfalmente, soubera fazer amigos. E que amigos! (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.2)

O caráter dialógico da memória é expresso nesse tom subjetivo da narração: os adjetivos utilizados evocam para os leitores sentimentos de fraternidade, amizade, em uma tentativa de enquadrar a memória num formato nostálgico. Neste texto, o narrador na terceira pessoa do plural assume a voz coletiva da instituição e, a partir das lembranças saudosistas, procura entrelaçar a biografia desses homens na memória do jornal. Os sentidos são estimulados, já que a narrativa jornalística sobre os assim chamados “maiores amigos do *Correio do Povo*” constrói o cenário de uma redação destacando os sons, os barulhos incessantes dos redatores em seus debates cotidianos. “Quanta discussão acalorada, quanto chiste satírico, quanta algazarra graciosa e alegre ao mesmo tempo, ecoava então pelas acanhadas salas de um jornal que ia vencendo...” (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.2). Esse componente simbólico sugere um passado harmonioso, em que não houvesse disputas ou impasses.

Figura 4 - *Correio do Povo*, edição de 10 de outubro de 1945, p.2



É possível, portanto, inferir que, nesse texto, existem traços implícitos de um esquecimento, uma vez que, para narrar uma memória afetiva, é preciso ignorar tudo o que não condiz com um passado idealizado. A composição da intriga está direcionada a um vínculo de pertencimento: os personagens só permanecem na narrativa enquanto dura as suas relações com o *Correio do Povo*. “Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmo” (RICOEUR, 2007, p.455). Além disso, um silenciamento notável é a falta de uma descrição maior, detalhada, sobre Paulino Azurenha, um dos co-fundadores do *Correio do Povo*, que só é citado rapidamente, junto de Mario Totta – ambos são chamados de *duo de ouro* da Caldas Júnior. Todos as personalidades mencionadas, com exceção de Plínio Brasil Milano, foram, aliás, contemporâneas de Caldas Júnior, tendo trabalhado no jornal enquanto ele estava vivo. Na tabela 2, rastreamos as informações sobre os homens citados, cruzando os nomes com os resultados disponíveis em bancos de genealogia online e em sites com dados biográficos.

**Quadro 3** - Lista de informações sobre os “Maiores Amigos do *Correio do Povo*”, descritos na edição do cinquentenário do jornal

Nome	Breves dados biográficos
<b>Sebastião Leão</b> (1866 – 1903)	Médico, jornalista e escritor, foi colaborador do <i>Correio do Povo</i> entre 1895 até 1903. Escreveu crônicas no jornal sob o pseudônimo de Coruja Filho. Foi um dos fundadores da Academia Riograndense de Letras, em 1901.
<b>Mario Totta</b> (1874 – 1947)	Médico, romancista, poeta e jornalista, foi um dos co-fundadores do <i>Correio do Povo</i> .
<b>João Horacio da Silva Paranhos</b> (1860 – 1900)	Capitão do exército
<b>Francisco Nabuco Varejão</b> (1865 - 1915)	Capitão do exército
<b>Santos Pardelhas</b> (18?? – 19??)	Bancário, chegou a ser chefe de contabilidade do Banco da Província do Rio Grande do Sul.
<b>Benjamim Flores</b> (1860 – 1922)	Filho de militar, trabalhou principalmente na área no comércio, embora tivesse formação em advocacia. Em 1887, em Porto Alegre foi diretor do jornal <i>Pátria</i> , redator político do <i>Conservador</i> e o <i>Estado</i> , colaborador do Jornal do Comércio, Mercantil e <i>Correio do Povo</i> . Em 1888, passa a trabalhar nos Correios. Foi primeiro secretário da Academia Riograndense de Letras.
<b>Olympio Olinto de Oliveira</b> (1866 – 1956)	Médico e escritor, foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina no Rio Grande do Sul, além de ter participado da criação da Academia Riograndense de Letras. Foi colaborador do <i>Correio do Povo</i> sob o pseudônimo Maurício Boehn, escrevendo sobre arte e cultura. A partir de 1913, viveu o resto da vida no Rio de Janeiro, onde tornou-se referência nacional na área de pediatria. Na edição dos cinquenta anos, é chamado de “o sábio e bondoso velhinho”.
<b>Galeno de Revoredo Barros</b> (1883 – 19??)	Médico, foi colaborador do <i>Correio do Povo</i> , escrevendo sobre assuntos médicos. A edição do cinquentenário menciona que, em 1945, ele exercia a medicina em São Paulo “sem nunca esquecer dos amigos dos Pampas”.

**Quadro 3** – Lista de informações sobre os “*Maiores Amigos do Correio do Povo*”, descritos na edição do cinquentenário do jornal (continuação)

Nome	Breves dados biográficos
<p><b>José Carlos de Souza Lobo</b> (1875 – 1935)</p>	<p>Bacharel em Direito, poeta e escritor, colaborou com o <i>Correio do Povo</i> desde a fundação, usando os pseudônimos de João Crisóstomo e Zé Matias. Também foi um dos fundadores da Academia Riograndense de Letras, além de ter trabalhado na diretoria de <i>Instrução Pública</i> do Rio Grande do Sul e advogado da <i>Justiça Militar</i>, em Porto Alegre. “Era uma das figuras mais queridas de quantas apareciam na redação”, descreve o jornal na edição do cinquentenário.</p>
<p><b>Joaquim Alcaraz</b> (1869 – 1930)</p>	<p>Nasceu em Jijona, povoado no sudeste da Espanha. Mecânico de formação, irmão de Dolores Alcaraz (viúva de Caldas Júnior), foi responsável por ajudar a administrar a empresa após a morte do fundador. Trabalhou também como marinheiro, tendo sido chefe de oficina no estaleiro <i>Só &amp; Filhos</i>. Era reconhecido pelas suas habilidades no concerto de motores de impressão gráfica. Considerado o “amigo nº1 do <i>Correio do Povo</i>”.</p>
<p><b>Plínio Casado</b> (1870 – 1964)</p>	<p>Magistrado, professor e político brasileiro, foi deputado federal pelo Partido Republicano, em 1897, além de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1901. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1931, aposentando-se em 1938. “Ainda frequentador da nossa sucursal no Rio de Janeiro”, afirma o <i>Correio do Povo</i> na edição do cinquentenário.</p>
<p><b>Joaquim Tibúrcio de Azevedo</b> (1867 – 1940)</p>	<p>Bacharel em Direito, pela Universidade de São Paulo, foi professor de Direito Penal. Citado na edição de cinquentenário apenas de passagem como o “saudoso professor de direito e o Mestre da Amizade”.</p>
<p><b>Plínio Brasil Milano</b> (1908 – 1944)</p>	<p>Advogado e delegado de polícia, era casado com Lucia Caldas, filha de Caldas Júnior. Durante o período do Estado Novo (1937 – 1946), organizou o aparelho policial do estado gaúcho para desarticular uma rede regional de apoiadores do nazismo. Também a ação civil que socorro aos atingidos pela enchente de 1941, em Porto Alegre. Atualmente é considerado patrono da Polícia Civil no Rio Grande do Sul.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Retomando brevemente o conceito de Nora (1993) sobre os lugares de memória, percebe-se, então, como o aniversário é um espaço de articulação da memória coletiva do *Correio do Povo*. No jornal, a espessura da memória é garantida pela singularidade dos personagens escolhidos para compor a narrativa. Nessa galeria de notáveis, percebe-se uma tentativa de criar uma espécie de genealogia institucional, pois o *Correio do Povo*, ao salvaguardar a memória dos seus ancestrais, também está reforçando a sua própria memória, encadeando uma sequência de nomes que personificam uma ordem de mundo. É uma cadeia de gerações sucessivas das quais o periódico sente-se herdeiro (CANDAUI, 2016, p.142) A memória do jornal, narrada feito uma epopeia de grandes heróis, ganha uma dimensão singular a partir do aglomerado de experiências pessoais dos amigos do *Correio do Povo*.

Um dos aspectos que se sobressaem nas narrativas jornalísticas sobre o aniversário é o enquadramento contínuo do passado para o olhar do presente, uma forma de narração que busca criar uma síntese da história do jornal. Isso, como pontua Ricoeur (2007, p.379), quer dizer que a representação do passado é a presença de uma ausência. A apresentação do passado do jornal lida com a ausência do fundador e de outros profissionais que passaram pelo *Correio do Povo* – na comemoração do aniversário, a narrativa jornalística reconhece a presença da morte como prerrogativa do presente. Em outros termos, “é função do discurso, como lugar da palavra, oferecer aos mortos do passado uma terra e um túmulo” (RICOEUR, 2007, p.380).

Não por acaso, a foto de Caldas Júnior está emoldurada em formato oval, assim como os retratos encontrados nas lápides dos cemitérios - a passagem do cinquentenário permite que o jornal demarque um espaço para os mortos do seu passado, tanto no sentido de homenageá-los quanto para, simbolicamente, enterrá-los (CERTEAU, 2013, p.110). É uma presença ostensiva, demarcando um parâmetro orientador. A partir da lembrança sobre Caldas Júnior, todas as demais reconstituições do passado são estabelecidas na edição de aniversário. Da mesma forma, a lógica circular da celebração traz à tona uma série de atributos que estão, de antemão, relacionados à figura de Caldas Júnior. Enquanto personagem, ele carrega certas expectativas, por assim dizer – os fatos principais de sua biografia são de conhecimento público e, portanto, são articulados de maneira a construir um enredo que se mescla com a trajetória posterior do *Correio do Povo*. Existe um desejo de continuidade absoluta com os valores atribuídos ao fundador – a narrativa jornalística constrói uma imagem de sucessão dos gestores que mantiveram os princípios do fundador, negando a possibilidade de eventuais desavenças.

Independente, nobre e forte – foi a diretriz que Caldas Júnior traçou ao *Correio do Povo*, em seu número de aparecimento, e que ele sempre manteve. Passando o fundador ilustre à vida subjetiva, nessa diretriz prosseguiram os

seus sucessores na direção do jornal. É um dos orgulhos do Correio do Povo – e também do Rio Grande do Sul – que o maior quotidiano do Estado tenha mantido, através de seus responsáveis, aquela mesma divisa, acrescida do que também aparece no mesmo primeiro número do “róseo”: “sem se escravizar a cogitações de ordem subalterna”. (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.3)

A coesão é constituída na narrativa por meio de “uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). Na construção da sua memória, o jornal produz uma versão tida por ele mesmo como autorizada, ou seja, é uma memória que se valida porque o próprio *Correio do Povo* está contando. “Em outras palavras, a mídia possui uma legitimidade socialmente reconhecida. É considerada porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade e possui certa aura” (RIBEIRO, 2013, pp.76-77).

**Figura 5** - *Correio do Povo*, edição de 10 de outubro de 1945, p.3



Afinal de contas, a narrativa jornalística, conforme mencionado por Motta (2013), opera com uma pretensão de verdade – no momento da rememoração, o *Correio do Povo* parte dessa premissa para justificar a imagem memorialística que pretende estabelecer sobre si mesmo. Bird e Dardenne (2016) ressaltam que as pessoas possuem uma predisposição a acreditar nos especialistas que contam as histórias e que têm acesso a uma suposta verdade do

que aconteceu – conforme argumentam os autores, assim como os mitos, os textos nos jornais oferecem uma narrativa que esclarece sobre a realidade do mundo. Porém, a construção do aniversário enquanto uma celebração é uma forma de narrar quase obrigada, em certo sentido, pois é estabelecida e formatada seguindo os pontos de vista da instituição jornalística, da empresa Caldas Júnior, no caso do *Correio do Povo*. É, portanto, uma narrativa hegemônica, que não permite outras lembranças além daquelas que reflitam a supremacia do jornal no Rio Grande do Sul.

Não deixa de ser uma forma de *abuso* de memória, como entende Ricoeur (2007), pois as recordações são direcionadas a partir daquilo que o *Correio do Povo* pretende confirmar, para os leitores, como o que deve ser lembrado em seu próprio aniversário. É, portanto, uma narrativa carregada de opiniões que tentam ratificar uma interpretação correta, por assim dizer, da lembrança, garantindo legitimidade ao aniversário como um acontecimento fundador que mescla passado, presente e futuro.

A obsessão com o início, aliás, é uma marca característica da edição de aniversário, um recurso narrativo apontado por Marc Bloch<sup>56</sup> (2001), na crítica realizado à historiografia metódica, como uma espécie de idolatria às origens. Para o *Correio do Povo*, é visível que a fundação é “um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade, aí mora o perigo” (BLOCH, 2001, p.57). Tal observação é valiosa porque permite compreender, num exercício de analogia, que a memória comemorativa extrai de um marco considerado singular – o momento da fundação – um sentido único. Então, é um perigo porque o jornal organiza uma memória que privilegia apenas o determinismo nas relações causais dos eventos passados, a coerência absoluta – tudo ocorreu da maneira como deveria ter sido. O marco fundador é, assim, uma forma de dominação do tempo, além de ser o pretexto da comemoração de aniversário. O nascimento é o ponto zero que inaugura o poder de narrar – a partir do surgimento do jornal a armação da intriga (RICOEUR, 1994) é tecida na narrativa jornalística sobre os cinquenta anos do *Correio do Povo*.

Assim, percebe-se que essa memória de auto-referenciação utiliza narrativamente o passado para a construção de uma imagem frente a seu público. O cinquentenário não é somente uma efeméride a ser festejada, mas é também um momento em que o *Correio do Povo* consegue

---

<sup>56</sup> Historiador francês especializado no período medieval, Marc Bloch foi um dos fundadores e expoentes da Escola dos *Annales*, corrente historiográfica do século XX que contestou a hegemonia de uma visão na História centrada nos grandes fatos e personagens. É importante, portanto, ressaltar que o debate realizado pelo autor diz respeito à historiografia. A busca pelas origens históricas, por uma origem absoluta e autoexplicativa, era prática corriqueira nos estudos de então. A crítica de Bloch está no livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, escrito quando o autor estava preso num campo de concentração nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. Bloch participou da resistência francesa e, por isso, morreu fuzilado em 1944, deixando o texto incompleto.

articular publicamente sua memória, esclarecendo como pretende ser visto e lembrado. O aniversário é operacionalizado para garantir respaldo ao jornal. Como bem alerta o historiador François Dosse, “todas as instituições contêm sua própria memória, verdadeira reconstrução histórica, que nunca é o simples registro do passado: é a fonte de identidade delas” (DOSSE, 2001, p. 35).

Sobre isso, Bourdieu (2008) também argumenta que a autoridade do discurso depende de outros fatores além do texto em si. Ela é o resultado parcial de um emaranhado de interações sociais que são travadas pelos próprios narradores - dito de outra forma, o valor simbólico do texto está relacionado tanto ao momento em que ele é enunciado quanto a situação dos atores que estão envolvidos na dinâmica da narração-apropriação, isso é, na configuração da tríplice mimese de Ricoeur (1994). O *Correio do Povo*, em 1945, reivindica uma posição privilegiada diante aos demais periódicos do seu tempo justamente por ter completado meio século de idade.

Ainda na página 3, a edição do cinquentenário assinala, em tom cerimonial, a série de homenagens que estavam programadas para ocorrer naquela data. A cerimônia iniciaria às nove horas da manhã, quando os funcionários do periódico iriam se reunir para, em procissão, seguir até o cemitério onde estava enterrado Caldas Júnior e outros antigos funcionários da empresa. No local, depositariam flores nos túmulos. Ou seja, existe uma espécie de culto cívico, uma dramatização da perda ao enfatizar a sepultura como lugar fundamental de recordação, fortalecendo, assim, o sentido da memória sobre o fundador e as pessoas que trabalharam no jornal. As celebrações, aliás, prosseguiriam durante o restante do dia, com autoridades civis, eclesiais e militares, inclusive com a presença da banda da Brigada Militar, que executaria a marcha *Correio do Povo*. As festividades também seriam completadas com a inauguração da nova redação do jornal e a colocação de placas comemorativas ao aniversário.

O jornal apresenta-se, desse modo, como o defensor dos interesses públicos, de valores de liberdade e autonomia, além de se caracterizar como porta-voz das ansiedades da sociedade gaúcha. Na edição de aniversário, tais adjetivos são justificados a partir do apelo à tradição, em um esforço de mostrar como o *Correio do Povo* encarna o passado na atualidade, mantendo uma suposta estabilidade no tempo. É uma construção narrativa da tradição que valoriza a plêiade de notáveis que escreveram nas páginas dos jornais – novamente, o prestígio dos personagens do passado agrega valor simbólico à memória do jornal, celebrando os vencedores, por assim dizer, que ganharam reconhecimento público a partir de suas contribuições no e para o *Correio do Povo*.

No estímulo e difusão da cultura e das artes, tem o “Correio do Povo” uma larga tradição de que se pode orgulhar, pois inúmeros dos valores que o Rio Grande do Sul produziu, nestes últimos cinquenta anos, no terreno das letras e da ciência, publicaram os seus primeiros trabalhos e colheram os primeiros aplausos nestas mesmas páginas, que muitos ainda hoje continuam a abrilhantar com seu talento e a prestigiar com seu renome (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4)

O *Correio do Povo*, no mesmo editorial, lança mão da retórica da imparcialidade, reforçando para o público que os valores presumidos no passado permanecem no presente. O perfil narrativo é achatador do passado. O desenvolvimento das ideias é reiterado em cada frase, remarcando a valoração das qualidades do jornal e de Caldas Júnior. O personagem e a instituição confundem-se a todo o momento. Observamos, assim, uma dinâmica própria nos processos de ressignificação da memória durante o cinquentenário: o *Correio do Povo* não quer se posicionar apenas como um empreendimento jornalístico que sobreviveu à passagem das décadas graças a uma vocação empresarial, mas sim como uma espécie de baluarte das aspirações populares. Apesar dos desafios que possam ter existido no passado, como a morte prematura do fundador do jornal, o periódico constrói uma memória de si emblemática, um texto em que o personagem principal – o próprio *Correio do Povo* – age de forma heroica, sem jamais ceder às tentações partidárias. Uma memória, portanto, revestida de privilégios e autoelogios.

E’ certo que enormes sacrifícios demandaram a tarefa de fazer e manter um jornal como o “Correio do Povo” através de meio século. Mas, felizmente, podemos hoje vangloriar-nos de desfrutar a certeza de quem vê definitivamente consolidados seu prestígio e sua autoridade porque nunca subterfugiu ao dever nem transigiu com a consciência. A esta atuação chegamos ao cabo de meio século de vigílias e de ardor, animados sempre pelo mesmo ideal: servir ao público honestamente, informando-o com imparcialidade e orientando-o com desinteresse (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4)

Além disso, na página 4, junto com o editorial, são apresentados textos de colaboradores que exaltam a memória do *Correio do Povo* e, em especial, de Caldas Júnior. O jornal sistematiza seu passado a partir de uma sequência de depoimentos, que complementam a memória evocada pelo narrador-jornal. Separada por colunas, a voz narrativa é alterada, em alguns trechos específicos, para a primeira pessoa, um *eu* que articula as suas lembranças tomando o jornal como referência inequívoca. Esses colaboradores exercem, então, um papel vital de agentes da memória (ZELIZER, 2008). Narrada em primeira pessoa, a rememoração é ajustada de acordo com a pauta do aniversário, marcada por um tom subjetivo. O tom impessoal

e coletivo dos editoriais, representado narrativamente por um *nós* genérico, não parece ser suficiente para a celebração do aniversário – é preciso também destacar o testemunho pessoal daqueles que conheceram Caldas Júnior. Tal redirecionamento evidencia que, nos jornais, a dimensão das lembranças individuais potencializa o caráter memorialístico da narrativa. É o conjunto que fortalece a memória, e os diferentes pontos de vista convergem para a mesma versão.

Nota-se, nas narrativas sobre o cinquentenário, uma explosão de subjetividades, de impressões sobre o que era o *Correio do Povo* no momento de sua fundação e como ele conseguiu manter a circulação ininterrupta durante cinquenta anos. Assim, sete autores distintos publicaram seus textos na edição de cinquentenário: Paulino Jacques<sup>57</sup>, Gustavo Moritz<sup>58</sup>, Walter Spalding<sup>59</sup>, Olinto de Oliveira<sup>60</sup>, Coruja Neto<sup>61</sup>, Clodomir Viana Moog<sup>62</sup>, Archymedes Fortini<sup>63</sup> e Salathiel de Barros<sup>64</sup>. Eles narram, a partir de suas perspectivas, a saga da afirmação simbólica do jornal. São textos nos quais o autor está presente de maneira explícita – ao abdicar de um ponto de vista onisciente, o narrador pode participar ativamente da construção da memória porque viu, testemunhou e participou dos eventos narrados. Por isso, o teor do texto depende também daquilo que os narradores acreditam em âmbito público, isso é, eles invocam a memória tendo como base valores e normas que ecoam as crenças correntes no momento histórico no qual viveram. Assim, o tom enaltecido está marcado por palavras de efeito como liberdade, independência, espírito cristão – características associadas tanto ao *Correio do Povo* quanto a Caldas Júnior.

---

<sup>57</sup> Paulino Jacques (1909-1994): jurista, foi professor de Direito na Universidade do Brasil

<sup>58</sup> Gustavo Moritz (1878-1945): jornalista, redator e chefe de redação do *Correio do Povo*.

<sup>59</sup> Walter Spalding (1901 -1976): historiador, poeta, jornalista e escritor.

<sup>60</sup> Olímpio Olinto de Oliveira (1865 -1956): médico e escritor, foi professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Rio-Grandense de Letras.

<sup>61</sup> Alfredo Soares Coelho (1877 – 19??): jornalista, comerciante e escritor, ficou conhecido na redação do *Correio do Povo* por utilizar o pseudônimo Coruja Neto;

<sup>62</sup> Clodomir Vianna Moog (1906 - 1988): advogado, jornalista e romancista, chegando a ocupar a cadeira número quatro na Academia Brasileira de Letras. Foi diretor da Folha da Tarde.

<sup>63</sup> Arquimedes Fortini (1887 – 1973): jornalista do *Correio do Povo*, fundador e primeiro presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa.

<sup>64</sup> Salathiel Soares de Barros (18?? – 19??): coronel do exército, vereador de Porto Alegre na década de 1930 pelo Partido Republicano Liberal e dono da Salathiel de Barros & Cia., uma companhia que administrava uma pequena hidrelétrica na cidade de Cruz Alta.

Figura 6 - *Correio do Povo*, 01 de outubro de 1945, p.4



Nesses artigos, com suas múltiplas camadas de memória, os indivíduos reafirmam a rememoração coletiva da instituição. São como suportes no jogo interpretativo, auxiliando a estabilizar a memória em torno do fundador. De certa maneira, à semelhança de uma placa de bronze em praça pública, as narrativas desses colaboradores encravam nas páginas do jornal os nomes que devem ser imortalizadas para a posteridade – são memórias que classificam<sup>65</sup> e homenageiam alguns dos funcionários do *Correio do Povo*. Aliás, é significativo que nenhuma mulher seja citada nessa rememoração – nem sequer Dolores Alcaraz, a viúva da Caldas Júnior que assumiu a direção financeira do diário após a morte do marido, é mencionada. A redação do jornal é, na narrativa sobre o aniversário, um espaço exclusivamente masculino. Da mesma, não há economia de adjetivos elogiosos aos homens que personificam essa memória. Em contraste com a sobriedade das notícias do dia nesta edição de quinquentenário, a narrativa memorialística busca o lado emocional, induzindo o leitor à compreensão de uma memória puramente afetiva. Apenas para citar um exemplo, na coluna especial de Gustavo Moritz, que iniciou a carreira no jornal como revisor, a seguinte recordação acaba se destacando:

<sup>65</sup>A esse respeito, Bourdieu (2008) diz que nomear algo não se reduz a um simples ato de identificação: pelo contrário, é, ao mesmo tempo, um ato de instituição e destituição, pois reafirma o que algo é e o que ele não é a partir de um jogo de escolhas. Ou seja, é uma forma de criação simbólica que institui realidades: a nomeação reconfigura como o objeto ou pessoa será enxergado e classificado.

Não podemos deixar de mencionar o nome de um companheiro de 20 anos de revisão que foi, até sua morte, um exemplo digno de lealdade e que só deixou saudades a todos: José Francisco Dias Filho, funcionário da Viação Férrea. Trazia a sala de revisão em constante hilaridade, com seus chistes incontáveis e com seu dom de imitador impagável. (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4)

Além disso, ao delimitar a personalidade de Caldas Júnior de maneira homogênea, é sintomático perceber que tais textos trabalham repetitivamente com elementos narrativos que visam assegurar a permanência no tempo (POLLAK, 1992). A criação de uma memória sobre o nascimento do jornal está marcada, portanto, por um desejo de ancoragem segura – a gênese oferece a explicação posterior para a trajetória vitoriosa do *Correio do Povo*. Inclusive, é oferecida uma explicação mítica para o próprio nome do jornal:

Não era um diário de grupos, nem de partidos e, muito menos, de poder – que nunca representam a opinião pública – porém, uma tribuna livre, sagrada, instrutiva e franca, para ser ocupada por quem quer que pugnasse pelos verdadeiros interesses populares. Na realidade, um legitimo, leal e honesto correio do povo (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4)

Na composição dos personagens, as decisões que eles tomaram não são postas em dúvida. Não existem tons de cinza – Caldas Júnior é retratado como um herói do jornalismo gaúcho pelo fato de ter criado o *Correio do Povo* em um período no qual predominavam as folhas político-partidárias. Porém, é um tipo de herói que teve de enfrentar descrédito antes de ser reconhecido. Vianna Moog, por exemplo, assina a coluna intitulada *O Baiano Caldas Júnior* na qual proliferam adjetivos como sonhador, brilhante – o personagem é caracterizado, então, como um aventureiro que abriu caminho frente à intolerância e a incompreensão com um jornal que não estava vinculado aos partidos de então. Caldas Júnior é nomeado baiano porque, embora seja sergipano, conciliava um temperamento tido como nordestino<sup>66</sup>: “a índole agressiva, panfletária, áspera e polemística dos nordestinos com a brandura impregnada da

---

<sup>66</sup> Sobre isso, aliás, o termo utilizado por Moog parte de uma concepção pré-estabelecida: a ideia do que é ser nordestino está encapsulada num ideal de masculinidade forte, impassível. O próprio conceito do Nordeste brasileiro, por sinal, é o resultado de uma criação político-cultural, constituída ao longo do tempo para alisar as múltiplas singularidades locais deste espaço geográfico (ALBUQUERQUE, 2009). Moog costura, então, narrativamente o personagem Caldas Júnior como um protagonista de dois mundos, mesclando as características tidas como típicas do Sergipe – figura viril, rústica – com aquelas identificadas, na época, como baianas, num estereótipo idealizado da modernidade. Não por acaso, a Bahia é o único estado nordestino que faz fronteira com a região Sudeste, ou seja, o adjetivo baiano é também uma forma de caracterizar o fundador do *Correio do Povo* como alguém associado ao centro do país. Para mais detalhes e reflexões a respeito do Nordeste enquanto invenção histórica e cultural, cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

erudição e do humanismo dos baianos” (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4). O *Correio do Povo* é, na narrativa de Moog, o jornal que faltava para o estado gaúcho, pois seu fundador – um imigrante no Rio Grande do Sul - era “um jornalista isento de paixões, com o culto erasmico da neutralidade e da conciliação, fazendo da sua função uma magistratura, o seu jornal um estatuário das melhores e mais altas aspirações da nossa gente” (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4).

**Quadro 4** - Síntese das narrativas de memória do *Correio do Povo* no cinquentenário

<b>Título da narrativa</b>	<b>Narrador</b>	<b>Temática</b>
<i>UM PREITO DE SAUDADE E GRATIDÃO AOS MAIORES AMIGOS DO “CORREIO DO POVO”</i>	Editorial	Descrição daqueles considerados grandes amigos do <i>Correio do Povo</i>
<i>OS SUCESSORES DE CALDAS JÚNIOR NA DIREÇÃO E NA GERÊNCIA DO “CÓRREIO DO POVO”</i>	Editorial	Relato linear dos jornalistas que ocupara o cargo de Caldas Júnior após sua morte
<i>O cinquentenário do “Correio do Povo”</i>	Coruja Neto	Festividades em Porto Alegre relacionadas à comemoração dos cinquenta anos do jornal
<i>A CONTRIBUIÇÃO DO “CORREIO DO POVO” ÀS OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>	Archymedes Fortini	Doação de Caldas Júnior feita à Santa Casa em 1908 e o auxílio de Breno Caldas em 1942 às obras do Hospital da Criança Santo Antônio
<i>NOSSO CINQUENTENÁRIO</i>	Editorial	Continuidade com o projeto editorial estabelecido por Caldas Júnior
<i>Tempos idos e vividos</i>	Gustavo Moritz	Relato dos jornalistas que trabalharam na redação do <i>Correio do Povo</i>
<i>Meio seculo a serviço da liberdade</i>	Paulino Jacques	<i>Correio do Povo</i> como um jornal que sempre trabalho movido pelo interesse público
<i>O BAIANO CALDAS JUNIOR</i>	Vianna Moog	Breve biografia de Caldas Júnior
<i>CALDAS JUNIOR</i>	Salathiel de Barros	Homenagem do narrador à Caldas Júnior, seu amigo de juventude
<i>Quando o “Correio” nasceu...</i>	Walter Spalding	Surgimento do <i>Correio do Povo</i>
<i>CINQUENTA ANOS DE VIDA LITERARIA</i>	Augusto Meyer	Panorama literário no Rio Grande do Sul desde a fundação do <i>Correio do Povo</i>

**Quadro 4** – Síntese das narrativas de memória do *Correio do Povo* no cinquentenário (continuação)

Título da narrativa	Narrador	Temática
<i>MENDANHA</i>	Mauricio Boehm a Fabio de Barros	Reprodução de uma carta de Olinto de Oliveira, médico que escrevia colunas no jornal utilizando o pseudônimo Mauricio Boehm

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

De mesma forma, o texto de Paulino Jacques compõe uma trama narrativa na qual o cenário onde nasceu o *Correio do Povo* é apresentado como um ambiente tenso, marcado por uma guerra civil. A conjuntura do Rio Grande do Sul no final do século XIX é narrada somente a partir da perspectiva política, citando nome de governantes como Gaspar Martins e Julio de Castilhos como os principais atores que impulsionaram as ações históricas no estado naquele momento. Assim, ao narrar a origem do *Correio do Povo*, Paulino Jacques enquadra o surgimento do jornal em uma memória redentora, já que “o povo rio-grandense, que bastante havia sofrido com a perda de muitos heroicos filhos, precisava de uma tribuna que fosse sagrada como o púlpito, instrutiva como a cátedra e franca como a praça pública” (*Correio do Povo*, 01/10/1945, p.4). Caldas Júnior é retratado como um personagem de puro virtuosismo, cujas ações em prol do jornalismo gaúcho são inquestionáveis. A carga simbólica da rememoração, em todos os textos comemorativos sobre o cinquentenário, segue a mesma linha de exaltação, como se o *Correio do Povo* tivesse surgido pronto.

#### 4.4 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA: OS OITENTA ANOS DO CORREIO DO POVO

Em 1975, os oitenta anos do *Correio do Povo* foram comemorados em uma quarta-feira por meio de dois cadernos especiais: um menor, com 16 páginas, em formato tabloide, e o maior, em formato *standard*, com 20 páginas – as capas de ambos podem ser vistas na figura 6. Nesse material, o suplemento em tamanho *standard* dedica-se a recontar eventos considerados marcantes o longo do século XX, todos vistos pela ótica da cobertura feita pelo jornal, enquanto o outro rememora a trajetória do jornal a partir da rememoração e lembranças de jornalistas, escritores e colaboradores do *Correio do Povo*.

Em relação ao contexto da época, é importante salientar que a década de 1970 estava caracterizada pelo período da Ditadura Militar (1964 - 1985). Foi um período de restrição das liberdades individuais e, portanto, de acirramento do controle governamental em cima do

conteúdo dos meios de comunicação. Em maior ou menor grau, todos os veículos de imprensa tiveram que se adaptar à situação da censura prévia, oferecendo diferentes graus de resistência (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.169).

Embora favorável ao movimento que desencadeou no Golpe Militar de 1964, o *Correio do Povo* não escapou por completo aos arreios dos censores. Durante o governo Emílio Médici, por exemplo, a edição de 20 de setembro de 1972, que marcava a efeméride da Guerra dos Farrapos, foi proibida de circular por conter uma matéria de denúncia contra a intervenção estatal na liberdade de imprensa<sup>67</sup>. O caso, porém, foi uma exceção na história do jornal, já que o *Correio do Povo*, em grande parte por causa do seu viés conservador, não enfrentava o Regime Militar, “optando por uma convivência indiferente com a censura e a consequente autocensura” (CUNHA, 2010, p.217).

A Companhia Jornalística Caldas Júnior era, de certa forma, uma empresa vista como parceira pela Ditadura Militar, tanto que Breno Caldas manteve boas relações com todos os governadores estaduais da época, eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa (RÜDIGER, 2007, p.369). Porto Alegre possuía, na década de 1970, seis jornais diários de grande circulação, sendo que metade – *Correio do Povo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* – pertenciam ao grupo liderado por Breno Caldas. Os três concorrentes eram a *Zero Hora*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio*. Ou seja, era o momento em que o *Correio do Povo*, sob o comando da família Caldas, havia atingido seu ápice, controlando a maior fatia do mercado jornalístico na capital gaúcha.

O *Correio do Povo*, que tirava 50 mil exemplares diários em 1950, viu suas tiragens crescerem à razão de mil por ano até meados da década de 1970 (...) A Caldas Júnior era então a sétima maior empresa do ramo no país, dominando sem concorrente real o mercado de jornais do Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 2003, p.103)

O jornal ocupava, então, um espaço de prestígio e hegemonia no Rio Grande do Sul: era um diário que, pela longevidade de sua trajetória ininterrupta e pela maneira como se consolidou, detinha um considerável capital<sup>68</sup> social, econômico, político e cultural. Isso

---

<sup>67</sup> Na ocasião, Breno Caldas, na qualidade de diretor do jornal, concordou em suspender a impressão do jornal apenas se houvesse uma ordem escrita dos censores. Como isso não ocorreu, a tropa de choque do Exército cercou o prédio do *Correio do Povo*, esperando madrugada adentro até o diário sair das rotativas. Os militares apreenderam a edição e levaram, por meio de caminhões, o material até a sede da Polícia Federal (CUNHA, 2010, p.216).

<sup>68</sup> Cabe reforçar que utilizamos o termo capital no sentido pensado por Bourdieu (2003). Ou seja, não se trata somente de bens e riquezas materiais, mas também de recursos e relações que se manifestam por meio de uma atividade social: no nosso caso de estudo, o jornalismo e, mais especificamente, a Companhia Jornalística Caldas

organiza a preferência por determinadas memórias, que são hierarquizadas conforme os métodos de edição jornalística, constituindo espaços de valorização e de silenciamentos, esquecimentos.

**Figura 7** - Capa dos dois encadernados especiais sobre os oitenta anos do jornal.



À esquerda, a seção em tamanho *standard*; à direita, a folha em formato tabloide. Ambos foram publicados junto com a edição normal do *Correio do Povo*, 01/10/1975

Por meio do rito de aniversário, o *Correio do Povo* expressa sua gramática da memória, por assim dizer. O desejo de recontar o passado, materializado na edição comemorativa, permite indicar qual é a narrativa comum que reafirma o lugar do impresso frente à sociedade gaúcha. Logo no início desta edição de aniversário, o editorial - intitulado *Fundamentos do jornalismo* - acentua essa entidade coletiva - o *Correio do Povo* - como um protagonista capaz de realizar seus próprios fins, levando em conta uma lógica de enredo que sobrepõe a importância da origem, da gênese.

Júnior, representada pelo *Correio do Povo*. É, além disso, o reconhecimento de saberes, prestígio, contatos, enfim, uma rede de situações e embates que cria padrões de hierarquia e dominação.

O *Correio do Povo* está completando hoje 80 anos de atividade ininterrupta. Foi a 1º de outubro de 1895 que Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, no vigor de seus 26 anos, se lançou ao que a muitos parecia uma incerta e arrojada aventura: criar um novo padrão de jornalismo nesta extremadura do Brasil. Animado pela vocação profissional e pela experiência que o impeliu ao tentame, iniciou e concretizou o que decididamente programara: a imprensa independente, informativa e opinante. Informativa, com veracidade. E opinante, com independência. Sem qualquer ligação ou dependência relativamente a grupos políticos, econômicos ou religiosos. Um jornal para a toda sociedade. Para a esta servir como uma espécie de postalista jornalístico, diariamente. Daí, exato, o título do jornal - “*Correio do Povo*”. Nome que se tornou um símbolo através da modelagem que lhe traçou o Fundador, e a que se vêm mantendo fiéis seus sucessores, a começar por sua inolvidável viúva e continuadora, Dolores Alcaraz Caldas. E que não se imobilizou, mas, ao inverso, se agrandou e movimentou, nestes oito decênios transcorridos (*Correio do Povo*, 01/10/1975, p.4).

No relato jornalístico, a memória resulta, portanto, de um trabalho de gestão. O *Correio do Povo* elabora um drama narrativo que privilegia os consensos, jogando luz sob os aspectos que julga serem mais favoráveis para a explicação da sua história ao longo do tempo. O esforço de articular os vínculos com o passado resulta numa espécie de renascimento simbólico do fundador, cuja importância é tão grande que até a palavra é grafada com letra maiúscula. É, novamente, o ideal do gênio criador, responsável direto pelo sucesso do *Correio do Povo*. A repetição do nome Caldas Júnior, destacado em todo o encarte comemorativo, é um símbolo de reconhecimento. É uma mensagem mobilizadora, uma memória forte, “massiva, coerente, compacta e profunda” (CANDAUI, 2011, p. 44), que se impõe ao organizar o sentido que o jornal busca para si mesmo. Caldas Júnior está enraizado na percepção da memória que o *Correio do Povo* comunica ao seu público-leitor - no entanto, mesmo essa ênfase na imagem do fundador é o resultado de esquecimentos.

A ambição da memória, nos jornais, é ser fidedigna ao passado, ela quer se apresentar como um reflexo do que realmente aconteceu. Contudo, ao idealizar a singularidade de Caldas Júnior, o diário silencia a participação de Mario Totta e Paulino Azurenha na criação do impresso. Tal ausência foi fortalecida com o passar das décadas, mas não estava presente nas edições antigas de aniversário. Na comemoração dos 20 anos, em outubro de 1915, a foto dos primeiros redatores do jornal aparece em destaque na capa da edição, conforme evidenciado na figura 7. Em 1915, dois dos fundadores haviam falecido há pouco tempo: Caldas Júnior, como vimos, morreu dois anos antes, em 1913, por conta de uma reação provocada por uma injeção mal aplicada, e Paulino Azurenha faleceu em 1909, vitimado por um acidente vascular cerebral. Desse modo, é possível notar que a metamemória - a representação da memória - está relacionada com o tempo vivido, com o momento em que surge a lembrança. À exceção de

Caldas Júnior, os demais jornalistas que ajudaram a fundar o jornal transformaram-se, gradativamente, em uma memória fraca (CANDAU, 2011), isso é, uma recordação diluída no enquadramento das lembranças. A mesma fotografia dos três fundadores foi reproduzida na página 13 do suplemento dos oitenta anos do *Correio do Povo* - o destaque, porém, é minimizado, e os jornalistas sequer são mencionados no texto.

**Figura 8** - Edição do Vigésimo Aniversário do *Correio do Povo*, 01/10/1915



À esquerda, em contraste com a edição dos oitenta anos do jornal, à direita

Aliás, Galvani (1994, p. 50) não deixa de mencionar que, para a sociedade gaúcha do início do século XX, conservadora e preconceituosa, o fato de um redator negro – Paulino Azevêda – alcançar um espaço de destaque no meio jornalístico e intelectual era um feito realmente notável. Afinal, quando o *Correio do Povo* foi lançado, em 1895, a abolição da escravatura sequer havia completado dez anos no Brasil – ou seja, o racismo era ainda mais visível nas relações sociais. Tanto que Galvani relata também uma situação em que o próprio Caldas Júnior, durante a fundação do *Correio do Povo*, ouviu de um amigo que escolher Azevêda havia sido um erro, já que o jornal não começaria bem “com um negro em suas fileiras”. Por outro lado, quanto ao apagamento de Mario Totta como um dos fundadores, talvez um fator que ajude a explicar tal ausência seja a trajetória de vida desse escritor. Totta ingressou na faculdade de Medicina em 1899, afastando-se da rotina da jornalística para se dedicar à

carreira médica, embora tenha continuado a publicar textos e crônicas no *Correio do Povo* até a sua morte, em 1947.

De qualquer maneira, o editorial que ostenta a edição dos oitenta anos pode ser compreendido, então, como a voz da organização jornalística, ou seja, trata-se de uma fala expressamente autorizada para atribuir sentido ao próprio jornal. Na perspectiva de Rudimar Baldissera (2009), a comunicação organizacional - que não deixa de ser o caso das celebrações de aniversário realizadas pelo *Correio do Povo* - é um processo complexo, distendido por três dimensões interdependentes e complementares: a da “organização comunicada”, a da “organização comunicante” e a da “organização falada”. De maneira breve, podemos entender que a primeira expressão diz respeito ao modo como a empresa busca trazer visibilidade para si, expressando os elementos que pretende valorizar na construção narrativa de sua identidade.

As demais camadas complexificam cada vez mais a questão da comunicação organizacional, abrangendo e extrapolando as anteriores: o termo “comunicante”, por exemplo, contempla todos os processos que ocorrem também no âmbito da informalidade e que se revelam por meio das relações diretas que o sujeito estabelece com a organização. Por sua vez, a “organização falada” refere-se aos processos comunicacionais “que se realizam fora do âmbito organizacional e que dizem respeito à organização”. (BALDISSERA, 2009, p. 119). Tal conceituação ajuda a compreender como a Companhia Jornalística Caldas Júnior comporta-se nas edições de aniversário, pois é no posicionamento comunicacional da empresa que as memórias do jornal tomam forma.

Por meio do caderno especial publicado em tamanho *standard*, é possível perceber que o *Correio do Povo* também se utiliza da “organização comunicante” para, assim, compor uma identidade narrativa. Anúncios publicitários - todos de empresas grandes, com os mais diferenciados perfis - felicitam o jornal pela passagem dos seus oitenta anos e, dessa forma, complementam o processo de significação da memória. Não temos como saber, no entanto, o grau de independência que esses artigos dispunham quando foram criados - isso é, não seria surpresa descobrir que algumas das propagandas foram realizadas a partir de sugestões do *Correio do Povo*. A maior possibilidade, porém, é que as peças tenham disso o resultado da criação do departamento comercial dessas entidades, pois elas aparentam possuir certa autonomia; de qualquer forma, as narrativas produzidas pelos anunciantes, por um sujeito que não está diretamente ligado à instituição jornalística, são incorporadas nas falas do jornal.

Esses anúncios representam, dentro das reflexões de Ricoeur (1994), condensações miméticas do mundo prefigurado e sua conseqüente refiguração, ou seja, são uma narrativa que se espelha no conhecimento prévio, envolvendo expectativas sobre como o *Correio do Povo* é

percebido pelo senso comum. Os anunciantes são expressões de fora do jornalismo, porém suas manifestações podem ser interpretadas não somente como bajulações, mas também como uma estratégia de entrelaçamento com a simbologia do jornal. Embora não seja nosso objetivo analisar detalhadamente a publicidade inserida no contexto comemorativa, já que o nosso enfoque privilegia os editoriais, os textos jornalísticos, escritos pelos repórteres e colaboradores do *Correio do Povo*, o quadro 5, a título de ilustração, lista as empresas ou grupos que saúdam os oitenta anos do jornal.

**Quadro 5** - Publicidades do *Correio do Povo* no aniversário de oitenta anos

<b>Empresa ou Grupo</b>	<b>Página no Caderno Especial</b>	<b>Homenagem (Em negrito título / Sem negrito frase do texto)</b>
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	2	<b>O Correio do Leitor</b> O apartamento novo, o documento perdido, o emprego sonhado, a reclamação da rua mal iluminada. Há 80 anos o Correio do Povo é o porta voz da família gaúcha. Todas as manhãs.
Grupo de Petróleo Ipiranga	3	<b>Confira no Correio</b> O Correio do Povo tem a mania de acreditar no Brasil. Em 80 anos sempre falou a verdade.
Real Supermercado	6	<b>Estes homens maravilhosos e seu trabalho anônimo</b> Não basta a inteligência do diretor, a agudez do secretário, o faro do repórter e a lucidez do <i>copy-desk</i> para fazer um bom jornal. O pessoal da oficina precisa ser tão fascinado por sua profissão, quanto o jornalista.
Banco de Londres *	6	<b>É com muita alegria que o Banco de Londres homenageia, pela octogésima vez o Correio do Povo</b> Faz 83 anos que o Banco de Londres está em Porto Alegre. E nunca perdeu uma festa de Aniversário do Correio do Povo.
Grupo Maguefa *	7	<b>Estamos planejando o futuro que o Correio do Povo vai noticiar</b> Com todo o orgulho de nossos 15, cumprimos os 80 anos do Correio do Povo.
Caderneta Apesul de Poupança *	8	<b>Dos 8 aos 80 tudo é festa</b> No seu oitavo aniversário a caderneta de poupança saúda o Correio do Povo pelos 80 Anos

**Quadro 5** – Publicidades do Correio do Povo no aniversário de oitenta anos (continuação)

<b>Empresa ou Grupo</b>	<b>Página no Caderno Especial</b>	<b>Homenagem (Em negrito título / Sem negrito frase do texto)</b>
JH Santos	9	<b>Ao Homem</b> Por trás das grandes obras sempre está um grande homem. Por isso dedicamos esta mensagem ao homem que teve a idéia. Ao homem que fundou o jornal. Ao homem que soube levar adiante a empreitada.
Promax Bardahl	9	<b>Se deu no Correio, é verdade</b> “Vamos esperar para ver se o Correio dá...” Há anos que esta frase vem sendo usada sempre que a notícia é duvidosa.
Mercur publicidade S.A.	10	<b>Era uma rotativa bem diferente, que rodou o Correio do Povo pela primeira vez</b> Analisar os fatos e assumir posições em defesa da coletividade. Hoje muita coisa mudou. O jornal modernizou seus métodos, suas técnicas e maquinarias.
Casa DICO	11	<b>Há 80 anos o Correio do Povo lançou sua 1ª edição. Há 50 anos a casa DICO vendeu seu primeiro Chevrolet</b> Nos seguimos vendendo produtos da General Motors e o Correio do Povo amando a verdade
Auto Locadora Gaúcha Porto Alegre	12	<b>À Casa de Caldas</b> Uma imprensa que relata com brilho e fidelidade a evolução do tempo. Sem nunca perdê-lo de vista.
Supermercados Zaffari	12	Há 76 anos meu avô ia à vila para buscar o açúcar, erva-mate e o Correio do Povo. Há 55 anos meu pai lia João Graye no Correio do Povo e ia pesquisar no dicionário Jaime Seguíer o significado das palavras que desconhecia.
Racine Hidraulica S.A.	12	<b>No fim do século passado nasceram vários jornais em Porto Alegre. Apenas um cresceu.</b> Correio do Povo que inspira respeitabilidade e isenção. Foi por isso que ele nunca parou.
Intral S.A. Industria de Materiais Elétricos	13	<b>Há 80 anos coisas começaram a ficar mais claras</b>
Banco Sul Brasileiro S.A.	14	<b>80 anos com o povo brasileiro</b> Correio prestígio e reconhecimento nacional.
SAMRIG	14	<b>Em 1928 este jovem de Cruz Alta começou sua carreira no suplemento literário</b> Um Jornal é bom não apenas pelas notícias que publica, mas também faculdade que tem de revelar novos talentos, dia a dia, ano a ano, década a década.

**Quadro 5** – Publicidades do Correio do Povo no aniversário de oitenta anos (continuação)

<b>Empresa ou Grupo</b>	<b>Página no Caderno Especial</b>	<b>Homenagem (Em negrito título / Sem negrito frase do texto)</b>
Organizações Renner	15	<b>Um dia ele vai olhar para trás e achar muito importante o dia de hoje</b> Ele foi importante para muita gente. E continua sendo.
Grupo Strassburger	16	<b>Há 80 anos o Correio do Povo conta nossa história. Hoje, nós vamos contar a história do Correio do Povo</b>
Indústria de Bebidas Antártica – RGS Cerveja Pérola S.A. Cerveja Polar S.A.	17	<b>Convidamos todo o Rio Grande do Sul a brindar aos 80 anos do Correio do Povo</b>
Springer Admiral	19	A comunicação transformou o mundo numa aldeia global. E aí está o Correio do Povo, com seu trabalho persistente e fecundo, levando diariamente a mensagem e a imagem do povo gaúcho ao Brasil e ao mundo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Ao agir no nível da “organização comunicada”, o *Correio do Povo* define qual é a moldura do enquadramento da memória: o diário, nos oitenta anos de comemoração, transforma-se em um emblema. A edição comemorativa está, desse modo, carregada de valores de enaltecimento, reforçado pelos anúncios que utilizam a situação de forma conveniente, numa operação de diálogo com a imagem que o *Correio do Povo* pretendia divulgar. Tais narrativas são controladas tanto pela necessidade do dever de memória, inerente ao aniversário, quanto também pela manipulação que a empresa realiza quando deseja disciplinar seu passado. É, portanto, a necessidade de administrar a memória diante à previsibilidade do ritual de aniversário. Em certo sentido, é uma memória obrigada, isso é, forçada pelas circunstâncias - o jornal, enquanto organização, não pode se furtar da comemoração de seu próprio aniversário. Se fizer isso, corre o risco de apagar sua trajetória no tempo e de deixar, assim, que a memória sobre o impresso seja lançada apenas pelas lembranças e rememorações dos sujeitos que estão longe do alcance da instituição. A “organização falada” criaria enunciados a respeito do passado do *Correio do Povo* que estariam indomesticáveis. Existe, portanto, uma preocupação constante nas narrativas de aniversário: apresentar um passado rico, que permite louvar relações de pertença.

Sobre isso, embora tratem de um tema particularmente traumático e delicado - as narrativas sobre o Holocausto e as vítimas do genocídio nazista -, os autores Neiger, Zandber e Meyers (2014) sugerem um conceito pertinente para a nossa discussão: a ideia de “memória reversa”. Apesar de paradoxal na aparência, o termo designa um mecanismo cultural, assentado na prática jornalística, que enfoca o presente enquanto comemora um passado coletivo, compartilhado. A lógica linear da cronologia é, portanto, redirecionada, “ou seja, a memória reversa é um dispositivo narratológico no qual a temporalidade funciona em direção oposta, do presente ao passado” (NEIGER *et al*, 2014, p. 114, tradução nossa). O argumento da memória reversa aponta para a noção de que as narrativas sobre o passado não apenas adaptam os acontecimentos antigos aos ideais do presente; na realidade, o próprio passado torna-se, por meio da comemoração, um meio para narrar o presente.

Além disso, Neiger et al. (2014) trazem outro questionamento para a pesquisa sobre a memória nos jornais: como saber, então, o momento exato em que um evento do passado começa a ser percebido como algo concluído, distante no tempo? É uma questão inquietante, pois “pode a sociedade tomar eventos do passado como finalizados, encapsulados na História, enquanto notícias relacionadas a suas implicações continuam sendo divulgadas?” (NEIGER *et al*, 2014, p. 125, tradução nossa). A memória do aniversário enquadra, portanto, os acontecimentos do passado do jornal a partir de um fio narrativo reverso, reassegurando a continuidade temporal - os eventos que permitiram a criação do *Correio do Povo* não estão, por essa ótica, finalizados no tempo, mas são, na verdade, tratados como intermináveis, perpétuos. Paralelo a isso, cabe ressaltar que, embora o jornal busque domesticar a memória, a “interpretação de acontecimentos salientes do passado está sempre ancorada no embate entre agentes de memória rivais; dessa forma, agentes interpretativos podem ganhar capital político ao manterem ocorrências do passado vivas no território do debate público” (NEIGER *et al*, 2014, p. 125, tradução nossa).

Na página 20 do Caderno Especial – o suplemento em formato *standard* -, o próprio diretor do jornal, Breno Caldas, assina um texto autobiográfico, intitulado *Uma Vida Dentro de Outra*, no qual o enredo gira em torno da centralidade do *Correio do Povo* ao longo de sua vida. Escrevendo sempre na primeira pessoa, o narrador é também o narrado: o jornal e a memória do autor se confundem, como se um não pudesse ser compreendido sem o outro. É a fusão do modelo ficcional - como Breno Caldas recria seu passado - com a evidência empírica dos eventos que aconteceram com o diário. Existe um elemento profundamente afetivo, de um narrador que enreda a sua vida familiar com as atividades desempenhadas no impresso.

Em 1935, assumi oficialmente a direção do CORREIO DO POVO. Embora a situação real fosse a de quem estava sendo declarado titular de um cargo cujas funções já de há muito exercia – tive o dia mais emocionante da minha vida profissional quando vi impresso meu nome no cabeço do CORREIO DO POVO. Acredito que somente eu e minha mãe pudemos bem avaliar o significado pleno desse fato (*Correio do Povo*, 01/10/1975, Caderno Especial, 1ª seção, p.20)

Tanto que, logo no início, Caldas realiza a seguinte reflexão: "nestes oitenta anos de Correio do Povo, eu me credito quarenta e seis de trabalho, e no próximo mês de dezembro estarei completando quarenta de diretor" (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 1ª seção, p.20). Assim, ao ter como foco principal da narrativa a proximidade com o *Correio do Povo*, ele se apoia em duas conclusões, ou melhor, dois juízos de valor: "se fiz bem, ótimo. Se lhe fiz mal, não deu para matar" (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 1ª seção, p.20). Ou seja, no processo de recordar a história do periódico, a impressão arquitetada no desenrolar do texto é que o *Correio do Povo* existiria como uma entidade autônoma, cuja existência supera as vontades e ações do seu dono. Independentemente das ações de Breno Caldas, o jornal resiste ao passar das décadas. A reverência ao nome do impresso é tamanha que, na coluna do diretor, é sempre grafado em maiúsculas: CORREIO DO POVO.

Da mesma forma, o diário, por meio da voz de autoridade de Caldas, determina um corte temporal para a apreciação do seu passado: a história é dividida em duas fases distintas. A primeira seria a de Caldas Júnior, isto é, o intervalo de tempo entre a data de surgimento do jornal até a morte do fundador, em 9 de abril de 1913. Na perspectiva narrada, esta foi a etapa de ascensão do *Correio do Povo*, o momento histórico de afirmação enquanto jornal informativo, bem como de sua estruturação como uma empresa de fato. A linha condutora segue em uma entonação de louvor: um jornal brilhante, que nasceu sem concorrentes, encabeçou grandes campanhas de interesse popular e comunitário e sobreviveu aos ataques feitos quase diariamente pelos adversários, que não aceitavam uma imprensa apartidária. A idealização do passado e, conseqüentemente, da memória é uma maneira de inventar uma era de ouro, um tempo que é uma performance de si mesmo (CERTEAU, 2013)

A segunda fase, cujo marco divisor é o falecimento de Caldas Júnior, inaugurou um período aflitivo para a família e para aqueles que tiveram de continuar sua obra. O *Correio do Povo*, segundo Breno Caldas, nascera em prédio alugado, pobre de recursos e desprovido de sofisticação técnica de que dispunham, na época, os grandes jornais. Mesmo sem perceber, tais segmentações da trajetória do diário em etapas distintas representam, por si só, um modo de

interpretação e apropriação do tempo. A memória é, assim, concebida a partir de uma estrutura racional, de causa e efeito, que inscreve o *Correio do Povo* em uma linha cronológica.

É uma forma de operar o tempo que cria distanciamentos e, além disso, possui ainda uma natureza política, na medida em que domina e hierarquiza eventos mais ou menos importantes, dignos de serem ressaltados e aqueles que sequer merecem menção. Da mesma maneira, também cria uma concepção de protagonismo marcada por feitos únicos, inigualáveis, como se os personagens narrados estivessem destinados ao sucesso. No caso, ao narrar a si mesmo, Breno Caldas reafirma um tom laudatório, vangloriando-se do seu passado para o leitor, ainda que demonstra suas inquietações: um herói que duvida momentaneamente da sua capacidade, mas assume as rédeas da sua trajetória no tempo. É uma situação, aliás, em que o filho também se recorda do pai, percebendo-se como um sucessor digno, já que teve êxito na empreitada de manter o jornal em funcionamento durante décadas. Tal traço torna-se ainda mais explícito quanto a narrativa justifica como a Caldas Júnior superou as dificuldades financeiras após a morte precoce do fundador.

Em julho de 1932, sobrevinda a Revolução Constitucionalista, já com 22 anos de idade, secretário de redação, eu senti, ante a pressão dos acontecimentos da hora, que era chegado o momento de eu tomar as decisões, pois protelações e interinidades eram as condições possíveis e talvez necessárias nas circunstâncias vigentes, mas deviam agora ter um fim para dar lugar a uma situação nova, em que uma única autoridade ficasse perfeitamente definida. Para que o CORREIO DO POVO não se expusesse a riscos indesejáveis sua independência e sua autodeterminação. Tremi de emoção ao medir toda a responsabilidade que eu próprio estava colocando nos ombros, e também me espicaçava a idéia de ter chegado à iminência, ao limiar da grande aventura, que eu sabia me estar destinado. Foram momentos de grande tensão. Momentos de extrema e insuspeitada vibração interior, que a ninguém revelei, que procurei não repartir com quem quer que fosse – a não ser mais tarde, com minha mãe, - porque não havia tempo para debate de situações e porque talvez sempre tenha sido do meu agrado e do meu jeito o tomar decisões sozinho, para assumir a integral responsabilidade. A sorte estava lançada, e não me cabia senão agir em consequência (*Correio do Povo*, 01/10/1975, Caderno Especial, 1ª seção, p.20)

Trata-se, portanto, do privilégio da determinação, a coerência sem contradições que surge na narrativa. As origens humildes desembocam no futuro de glórias: é uma maneira de classificar o tempo por meio de uma histórica marcada por peripécias, em que a trama se desenvolve guiada por uma lógica indiscutível, necessária, irredutível. É, no fundo, um modo de ajustar o quadro da memória.

Parece, pois, plausível ter como válida a cadeia seguinte de asserções: o conhecimento de si próprio é uma interpretação - a interpretação de si próprio, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada, - esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção (RICOEUR, 2000, p. 2).

A associação de diversas referências mnemônicas correspondem, então, à busca por um sentido, uma narração que organiza os fragmentos das lembranças em uma intriga, um enredo (RICOEUR, 1994). A importância da atividade jornalística para a formação e mediação do que seria uma espécie de consciência histórica é acentuado na composição feita pelo *Correio do Povo*. A partir do seu acervo, do seu banco de dados de imagens e reportagens, a legitimidade do jornal é evocada como sinônimo dos grandes eventos, dos acontecimentos considerados marcantes do passado. É um reforço narrativo, portanto, da relação entre jornalismo e história. A notícia impressa sobre algo que aconteceu décadas atrás, reorganizada e retomada nas páginas do caderno sobre os oitenta anos, cria um duplo valor para o público-leitor: de inscrição do tempo, externando ocorrências, fenômenos que devem ser lembrados; e de que o ponto de vista do *Correio do Povo* – jornal que circulou, sob comando da família Caldas, por tempo bastante para ser contrarrotineiro e relatar todas essas situações - é o mais fidedigno. É a narrativa do *Correio do Povo* que merece, então, maior credibilidade – é assim que o jornal pretende ser visto ao mesclar sua trajetória somente com fatos da política internacional. Nenhum evento da história brasileira é mencionado no encadernado, conforme mostra a tabela 4.

Michael Schudson (2014), nesse sentido, considera que o jornalismo seria a membrana mais visível da memória social – aquela que está distribuída massivamente, acessível a todos. A mídia noticiosa, enquanto instituição comemorativa, cobre efemérides como feriados, aniversários e mortes de celebridades, entre outras situações. Isso é, de acordo com Schudson (2014), os jornais influenciam na moldagem da memória cultural, incorporando o passado no presente e, assim, reforçando e renovando os eventos que, pelo viés jornalístico, são considerados marcantes, notáveis. É um empreendimento que ele denomina de *memory-keeping*, “em que a consciência do tempo passado ou do tempo que passa é um fator primordial, a mídia colabora com processos sociais de memória cultural maiores que ela mesma” (SCHUDSON, 2014, p. 85, tradução nossa).

De forma pontual, conseguimos notar que os acontecimentos relacionados às inovações tecnológicas no campo da guerra se impõem na narratividade do *Correio do Povo*. São valorizados os eventos que se associam a criação de canhões, armamentos de longo alcance,

caças de batalhas, submarinos nucleares e assim por diante, compondo um cenário de um século marcado por confrontos bélicos. A construção da intriga, assim, desconsidera fatos regionais e reposiciona a cobertura das grandes reportagens do jornal para o universo da história política. O ritmo narrativo é catalizado para uma escala de longa duração, conforme define o historiador Braudel (2013). Ou seja, em linhas gerais, uma narrativa sobre o passado tende a partir de três perspectivas de tempo: curta, média e a de longa duração, a depender do recorte da trama. Normalmente, como afirmar o próprio Braudel (2013), os periódicos jornalísticos têm como objetivo narrar os eventos sob o ângulo do tempo presente. É o fator da imediaticidade: os jornais são vistos, assim, como uma tentativa de encapsular o instante que passa (FRANCISCATO, 2005). Porém, no momento em que celebram seu aniversário, os impressos mudam a percepção do tempo e se idealizam como o mediador da grande história mundial.

Outro ponto a ser considerado é que o panorama internacional durante a celebração dos oitenta anos do *Correio do Povo* também estava caracterizado pela tensão permanente da Guerra Fria, que dividiu o planeta em duas esferas de influência: a dos Estados Unidos e a da União Soviética. Foi, afinal de contas, um período de corrida armamentista maciça (HOBSBAWN, 1995). Ainda que, na década de 1970, não existisse um perigo iminente de guerra mundial – já que, devido ao poder destrutivo das bombas nucleares, o único resultado possível de um confronto direto entre as duas superpotências seria a destruição mútua –, a retórica bélica é recorrente na descrição sobre o passado que o *Correio do Povo* estrutura nas páginas deste caderno.

Os jornais, em alguma medida, captam os sentimentos e expectativas da época e do contexto em que estão inseridos. Por isso não chega a surpreender tal ênfase narrativa na evolução da tecnologia de armas e nos confrontos mundiais. Além disso, nas páginas do encadernado maior, a narrativa não destaca o protagonismo do jornal durante esses episódios históricos. Na realidade, a cobertura realizada pelo *Correio do Povo* não é o foco, mas sim o século XX, que se transforma no personagem central. Ele é apresentado, então, dentro de um quadro de memória simples, de certa forma, pois os acontecimentos são inseridos numa série normativa, em que as guerras se sucedem de forma exponencial.

Há alguma coisa dentro destas últimas oito décadas, de que a espécie humana não tem motivo algum para se orgulhar: é o conturbado ambiente político internacional, abundante em guerras e cada vez mais ameaçador. Na verdade, a História não dá saltos. Essas nuvens negras são heranças do passado e constituem um contraste muito vivo na cultura de nossa civilização. Conseguimos ir ao espaço exterior, mas ainda não extirpamos cá na Terra o velho instinto de destruição que é companheiro do homem desde os tempos

da caverna. O exame dos acontecimentos a partir de 1895, época em que apareceu o *Correio do Povo*, indicam que ali estavam, com as sementes do exuberante progresso científico, as raízes dos nossos males políticos (*Correio do Povo*, Caderno Especial, 1ª Seção, 01/10/1975)

No outro suplemento especial, o maior texto é de autoria do escritor Erico Verissimo (1905 – 1975), que usa o termo “família” para designar o modo como ele recorda a redação do *Correio do Povo*. Escrito em primeira pessoa, a narrativa é permeada pelas lembranças da primeira visita ao jornal, ainda em 1931. A imagem construída é, assim, recheada de afetividade, embora o autor não desconheça que havia atritos entre irmãos – isso é, entre os colegas de trabalho -, mas a Companhia Caldas Júnior, à semelhança de uma figura paterna, mantinha o diálogo e a disposição de receber de volta os filhos rebeldes, por assim. Cabe lembrar que, em 1975, Veríssimo já era um nome conhecido na literatura nacional, o que confere uma voz de autoridade ao registro da memória. Observou que “muitas das minhas personagens costumam ler ou pelo menos mencionar o jornal que Caldas Júnior fundou. De certo modo o *Correio* passou a ser uma espécie de personagem de muitos romances” (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos do *Correio do Povo*, p.3).

Não levei muito tempo para perceber que predominava no *Correio do Povo* uma espécie de família. Para muitos daqueles funcionários, o jornal era uma espécie de segundo lar. Não quero dizer com isso que todos se sentem sempre felizes e satisfeitos, e que todos vivem como irmãos. Um redator ou um colaborador pode resmungar queixas contra o Chefe. Pode até demitir-se. Mas não é sabido que os arranha-céus têm de oscilar ao vento para que se mantenham num equilíbrio seguro? As famílias mais unidas são aquelas onde de quando em quando os filhos se revoltam (aberta ou secretamente) contra os pais e onde os irmãos nem sempre estão de acordo um com os outros. Assim é o *Correio do Povo*. Quantos filhos pródigos têm tido o *Correio do Povo*, que trabalham longos anos em sua redação e um dia, insatisfeitos ou revoltados por alguma razão, demitem-se e põem o pé na estrada? Mas o curioso é observar como tem sido considerável o número daqueles que voltaram à casa paterna e que, se não tiveram uma festa de recepção ruidosa, com churrasco de bezerro e um anel para seu dedo, pelo menos reocuparam a sua mesa e continuaram a trabalhar como se nada tivesse acontecido? (*Correio do Povo*, 01/10/1975, Caderno 80 anos do *Correio do Povo*, p.2).

O escritor, que começou a vida literária no *Correio do Povo*, sentia-se, então, em dívida com o diário. No texto, Erico utiliza sua memória individual como um ponto de vista privilegiado para abordar a memória coletiva sobre o jornal. Tal relação de proximidade, inclusive com o detalhamento narrativo de minúcias da redação jornalística, garante um sentido testemunhal à memória da comemoração.

**Figura 9** - Caderno dos 80 anos do *Correio do Povo*, 01/10/1975, páginas 2 a 3



Em seguida, após o texto de Erico Verissimo, a produção da notícia é o tema em destaque: Jayme Copstein e Edson Lemos descrevem, em detalhes, como o jornal construiu a cobertura sobre o acidente do Apolo 13. O caso, que ocorreu em abril de 1970 – cinco anos antes, considerando, portanto, a época do lançamento da edição do octogésimo aniversário – referia-se ao incidente com um dos tanques de oxigênio da nave espacial que levaria astronautas norte-americanos para o solo lunar. Como a informação havia chegado de madrugada, quando poucos jornalistas estavam de plantão na redação do *Correio do Povo*, era preciso resolver com rapidez uma questão de edição jornalística. A matéria, segundo Copstein, merecia a capa do jornal, mas faltavam alguns minutos para a rodagem das rotativas. No texto, o drama dos três homens no espaço, prestes a arriscar uma manobra perigosa para regressar à Terra, é associado ao dilema de como fechar a notícia, respeitando os critérios de apuração. Isso é considerado como a maneira de informar do *Correio do Povo*, um modo construído por meio de uma “tradição profissional, hoje com 80 anos, que fez do Correio do jornal que ele é: padrão de credibilidade e medida exata dos acontecimentos, sem acréscimos que induzam a exageros ou cortes que lhe dissolvam a importância” (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de Correio do Povo, p.4).

Walny Soares e Atilio de Oliveira prosseguem nas páginas seguintes, numa narrativa que serve como relato das atividades jornalísticas e das dinâmicas profissionais. Continuando com a história do Apolo 13, o suplemento rememora a estrutura do trabalho, um processo industrial: da composição e impressão até a distribuição pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O texto relata inclusive a participação de um anônimo motorista de caminhão, encarregado de levar o *Correio do Povo* ao interior catarinense, e cuja tarefa seria, então, essencial para trazer as últimas notícias aos assinantes do diário. “Nosso motorista sabe que aquelas pessoas estão identificadas com a maneira de ser do Correio do Povo e desejam que a informação sobre tudo que ocorre no País e no mundo lhes venha daquelas páginas que há 80 anos mantêm o mesmo padrão jornalístico” (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de Correio do Povo, p.7). As marcas da memória expõem, assim, uma relação íntima que o jornal quer demonstrar para seu público: ele promove um efeito de preocupação, de um diário que acompanha a rotina dos leitores. “O gaúcho começa o dia com pão, leite e o Correio do Povo” (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de Correio do Povo, p.7).

*O Correio e o Meu Pai*, título da coluna assinalada por Ruy Fortini, é uma homenagem à memória Archymedes Fortini<sup>69</sup>, que trabalhou durante 65 na redação da Companhia Caldas Júnior. O mito do jornalista que exerce seu papel apenas por vocações, dedicando-se inteiramente ao exercício da profissão, é referendo no texto. Os funcionários do *Correio do Povo* agem de forma quase missionária, acima de interesses retomando o que seria a continuidade com o ideal proposto por Caldas Júnior no momento da fundação, o ponto de referência incontornável. A memória cria, desse jeito, um sentido de pertencimento (HALBAWCHS, 2004), em que os antigos funcionários agiram com desprendimento, dedicação e lealdade. Paralelo a isso, a narração do tempo valoriza a continuidade, como se o periódico, após oitenta anos de circulação interrompida, fosse o mesmo, um monumento que resiste ao passar dos anos. “É um velho jornal, mas não é e não será jamais um jornal envelhecido” (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de Correio do Povo, p.8).

O *Correio do Povo* fala sobre si a partir, portanto, de uma eterna identificação dos jornalistas que escreveram no periódico e a linha editorial mantida pela família Caldas. Aliás, os antepassados de Breno Caldas assumem uma importância singular na narrativa, com

---

<sup>69</sup> Apesar de ter nascido na Argélia em 1887, a família de Fortini – de origem italiana – veio para o Brasil quando ele tinha apenas dois anos de idade. Começou a carreira nas redações jornalísticas em 1905, trabalhando inicialmente como tipógrafo. No *Correio do Povo*, assumiu as notícias relativas aos esportes e, com o passar do tempo, dirigiu o caderno esportivo por mais de 20 anos. O jornalista também chegou a ter uma seção dominical no periódico dos Caldas, intitulada “Revivendo o Passado”. Faleceu no dia 13 de junho de 1973 (CONEDARA, 2015).

particular ênfase na única figura feminina que a memória do jornal valoriza: Dolores Alcaraz Caldas. A viúva de Caldas, afinal, foi a principal responsável por manter o periódico em funcionamento após a morte do marido, que contraiu diversas dívidas ao renovar o equipamento gráfico do *Correio do Povo*, ainda no início do século XX. Contudo, mesmo sendo festejada, a memória a respeito de Dolores Caldas é narrada de maneira que ela só existe na narrativa como uma figura menor, motivada por um desejo de saldar o quadro financeiro da empresa e preparar o único filho homem – Breno Caldas - para assumir o comando da companhia assim que ele crescesse.

O espírito romântico da época, limitado pelos preconceitos, não poderia transformar Dolores Alcaraz Caldas, a professorinha que se casara com o jornalista em 1908, em cavaleiro andante. Diante disso, todas as perspectivas pareciam esgotar-se nas limitações da vida física de Caldas Júnior. Estava aí novo erro de interpretação. Se não há o grande homem para um criado de quarto, as virtudes de um homem só se revelam para uma grande mulher. Então pode-se dizer que, apesar de aplaudido, festejado e consagrado por seus contemporâneos, Caldas Júnior em seu tempo só foi verdadeiramente compreendido nos propósitos e na mensagem pela esposa. Não há outra explicação, além do profundo amor que a ligou ao marido, para a verdadeira temeridade praticada por essa frágil mulher, que se decidiu fazer ao mar largo, navegando num batel de velas rotas para enfrentar as muitas tormentas que ainda estariam por vir (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de *Correio do Povo*, p.9).

Nas páginas restantes, o *Correio do Povo* condensa a sua trajetória, selecionando três eixos narrativos para sintetizar como pretende ser reconhecido: por meio da cobertura esportiva, das reportagens culturais e, por fim, da doutrina criada ainda na primeira edição do jornal, idealizando o jornalismo isento e que priorizaria somente a informação. O jornal é feito de muitas memórias que se cruzam e são, assim, direcionada para formar um efeito de coerência, de um desenrolar ordenado e contínuo, tendo como costura a noção da monumentalidade. Esses suplementos comemorativos, diferentes de uma edição comum, foram produzidos para serem arquivados. Os encadernados são um passado que se pretende perene. Nessas retrospectivas, o impresso assume o tom de um narrador privilegiado, um veterano, por assim dizer, que acompanhou e traduziu diferentes facetas da história gaúcha durante oito décadas. A trama é completada com o depoimento de funcionários e colaboradores: Moysés

Velinho<sup>70</sup> conta a sua história com o *Correio do Povo*, como começou a publicar os primeiros textos no jornal, e Paulo Moritz realiza um apanhado dos nomes que escreveram sobre o meio artístico nas páginas do impresso.

**Quadro 6** - Sínteses das narrativas no suplemento 80 anos do *Correio do Povo*

<b>Título da Narrativa</b>	<b>Narrador</b>	<b>Temáticas das narrativas</b>
<i>O Correio do Povo e eu</i>	Erico Verissimo	Contribuição do jornal para a trajetória literária do escritor;
<i>A História de Uma Notícia</i>	Jayne Copstein	Bastidores da edição do <i>Correio do Povo</i> de 14 de abril de 1970, com a manchete sobre o incidente da Apolo 13
<i>À Maneira do Correio do Povo</i>	Edson Lemos	Justificativa da paginação do <i>Correio do Povo</i> , que representaria a identidade do jornal
<i>Transformação da Notícia</i>	Walny Soares	Alterações na paginação e tecnologias de impressão utilizadas pelo jornal
<i>A Jornada de Todos os Dias</i>	Atilio de Oliveira	Relação de leitores com o jornal
<i>O Correio e Meu Pai</i>	Ruy Fortini	Homenagem à memória de Archymedes Fortini, jornalista que trabalhou por mais de 60 anos no <i>Correio do Povo</i>
<i>Uma Mensagem para os Nossos Dias</i>	Jaime Copstein	O legado de Caldas Júnior
<i>Sucessores Mantiveram Ideais de Caldas Júnior</i>	Carlos M. de Rezende	História dos diretores e administradores que trabalharam <i>Correio do Povo</i> , após a morte de Caldas Júnior
<i>Minha História Com o “Correio do Povo”</i>	Moysés Vellinho	Relação do <i>Correio do Povo</i> com a carreira do narrador
<i>A Crítica de Arte na Medida Exata</i>	Paulo Moritz	Contribuições do jornal sobre o panorama cultural da cidade
<i>Oitenta Anos a Serviço do Esporte</i>	Amaro Júnior	Registro sobre acontecimentos esportivos ao longo dos 80 anos da trajetória do <i>Correio do Povo</i>
<i>A Imprensa da Capital em 1895</i>	Lourival Vianna	Jornais na época do surgimento do <i>Correio do Povo</i>
<i>O Jornal, a Doutrina</i>	J. A. Pio de Almeida	O conceito de jornalismo adotado pelo <i>Correio do Povo</i>

<sup>70</sup> Historiador e escritor, Moysés Velinho (1901 – 1980) teve uma intensa trajetória política e cultural, tendo sido eleito deputado constituinte, em 1934, e presidente da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, entre 1952 a 1972. Com o pseudônimo de Afonso Arinos, escrevia no *Correio do Povo* colunas de crítica literárias, chamadas de “Livros e Autores”.

**Quadro 6** – Sínteses das narrativas no suplemento 80 anos do *Correio do Povo* (continuação)

<b>Título da Narrativa</b>	<b>Narrador</b>	<b>Temáticas das narrativas</b>
<i>Em Busca da Informação</i>	J. Ferreira de Campos	Empenho do jornal pela apuração de notícias
<i>Anúncio é Serviço e Também Informação</i>	Editorial	Postura de neutralidade do <i>Correio do Povo</i> e a importância da publicidade para o jornal
<i>A Próxima Etapa</i>	Editorial	Projeto de futuro para o jornal, enfatizando a inauguração da TV Guaíba

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

No final do suplemento, percebemos uma grande ansiedade em fechar o ciclo comemorativo anunciando um futuro promissor: a criação da TV Guaíba. A edição comemorativa, espaço de constante autorreferenciação, também tenta extrair um sentido de evolução, de um enredo que projeta um desfecho ainda mais glorioso do que o presente. O jornal anuncia, após celebrar sua memória, que está pronto para novos desafios, operando com uma visão de constante otimismo. Distintas camadas de tempos são traçadas na narrativa.

Em qualquer tempo, agora, no ontem ou no amanhã, estamos todos sempre no mesmo caminho. Somos herdeiros de uma ideia, instrumentos de uma responsabilidade e legatários de uma missão: honrar os compromissos com que o "Correio do Povo" entrou para o convívio do jornalismo rio-grandense, em 1895 – ser um jornal **feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção, emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, para esclarecer imparcialmente a opinião pública**. A semente foi plantada há 80 anos por Caldas Júnior. Alternaram-se dias maus e dias bons – a vida sempre dosa com equilíbrio seus designos – sucederam-se as gerações, sem nunca se apartarem daqueles intuídos. As interrogações de cada tempo, respondemos sempre com os mesmos atos e as mesmas palavras: **Só alimentamos a aspiração patriótica de ver a Pátria pujante, amada e próspera, capaz de fazer a felicidade deste grande País, fadado aos mais altos destinos.** (*Correio do Povo*, 01/10/1975, 80 anos de Correio do Povo, p.9, grifos do próprio jornal).

Então, no aniversário dos oitenta anos, existe uma carga maior de valorização da fidelidade em relação à origem, ao que seria o projeto de Caldas Júnior: a coerência narrativa é configurada de tal modo que o *Correio do Povo* consegue narrar uma grande propaganda de si mesmo, construída de forma monumental. É a celebração do sucesso empresarial da Companhia Jornalística Caldas Júnior, uma estratégia de afirmação.

**Quadro 7 - Sínteses das narrativas do Caderno Especial**  
*“80 Anos de História nas Páginas de um Jornal”*

<b>Título da narrativa</b>	<b>Temática</b>
<i>Uma Nova Presença no Cenário</i>	Fortalecimento dos EUA como potência e relações com Cuba e ilhas do Caribe
<i>Um Canal no Panamá</i>	Conflitos históricos associados a construção do canal do Panamá (1908 – 1914)
<i>A conquista dos ares</i>	Surgimento da aviação, com destaque à Santos Dumont (1898 – 1903)
<i>O Fim de Uma Era</i>	Morte da Rainha Vitória em Londres (1901)
<i>As Origens da Crise</i>	Revolta dos Boxer (1901)
<i>A Surpreendente Derrota Russa</i>	Guerra entre o Japão e a Rússia (1904 – 1905)
<i>O Mundo Explode</i>	Início da I Guerra Mundial
<i>Os Canhões de Agosto</i>	Operações iniciais dos impérios na I Guerra Mundial
<i>Novas Armas em Ação</i>	Uso de novas armas durante a I Guerra Mundial (avião, camuflagem, propaganda de guerra)
<i>A Paz que se Perdeu em Versalhes</i>	Fim da I Guerra Mundial com o Tratado de Versalhes (1917)
<i>Aqueles Dias de Outubro</i>	Crise de 1929
<i>O Milagre de Roosevelt</i>	<i>New Deal</i> (1933), programa de recuperação econômica do presidente Roosevelt dos EUA
<i>A Ascensão de Adolf Hitler</i>	Trajetória política e biografia de Adolf Hitler
<i>Guerra Civil Espanhola Foi Antecipação de 1939</i>	Chegada ao poder Francisco Franco na Espanha
<i>Fascismo Triunfa em 1922 Com a Marcha Sobre Roma</i>	Ascensão do ditador Benito Mussolini na Itália
<i>Revolução Bolchevique de 1917</i>	Etapas da Revolução Russa (1917), com ênfase nas ações de Lenin e Trotsk
<i>Grande Marcha de Mao Foi Terminar em Pequim</i>	Ascensão do comunismo na China

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

As três edições comemorativas analisadas até então permitem entender que o *Correio do Povo*, ao longo de sua trajetória, tentou se constituir como uma espécie de emblema, sempre se mesclando, em alguma medida, ao mito fundador. Visando facilitar a visualização dos resultados alcançados, o quadro 8 mostra um resumo comparativo dos aniversários. Independentemente da época pesquisada, o jornal enfatiza o caráter excepcional de Caldas Júnior. Na narrativa, ele é o personagem que se confunde com o próprio diários: ambos são tratados como se fossem uma única entidade. Em certa medida, prevalece a crença de que apenas o *Correio do Povo* é capaz de ser o narrador autorizado de seu próprio passado, propagando a ideia de que o sucesso empresarial da Companhia Caldas Júnior foi o resultado do esforço de alguns diretores e redatores virtuosos, que mantiveram os mesmos ideais do jornalismo de 1895. É uma memória totalizante.

O veículo acaba por se apropriar dos testemunhos de diversos jornalistas – são memórias individuais selecionadas, escolhidas pelo jornal para, assim, celebrar a permanência no tempo por meio de um repertório de testemunhos. As edições de aniversário são, portanto, um processo deliberado, intencional, constituído de forma dramática para se antecipar às possíveis interpretações por parte do público leitor. Como o passado, tal como aconteceu, é irrecuperável, o jornal reduz a complexidade da sua própria existência, criando uma narrativa que busca suscitar reações de simpatia. O que se comemora é o sentido do próprio jornal, ou seja, como o *Correio do Povo* pretende, na diferentes décadas, ser percebido e como ele mesmo se vê.

**Quadro 8** - Síntese da análise das três edições comemorativas do *Correio do Povo*

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EDIÇÕES COMEMORATIVAS 1º DE OUTUBRO		
	DE 1905 - 10 ANOS	DE 1945 – 50 ANOS	DE 1975 – 80 ANOS
Estratégias Textuais	Relaciona o jornal com virtudes, tais como honra, progresso e trabalho;	Festeja a consagração do jornal, ligando os feitos dos jornalistas e diretores que trabalharam na redação com	Associa a memória do <i>Correio do Povo</i> com os acontecimentos políticos da história internacional, além de mesclar os anúncios publicitários com a simbologia do jornal;
Formas de Enredo	Pessoalização do impresso, tratado como alguém que atinge a maioria	Menções de saudade aos antigos redatores e editores;	Memórias afetivas dos colaboradores, relatos detalhados de uma suposta personalidade jornalística do <i>Correio do Povo</i> , mantida desde os tempos da fundação;
Personagens e Protagonistas	<i>Correio do Povo</i> Povo porto-alegrense Caldas Júnior	<i>Correio do Povo</i> Caldas Júnior Sociedade gaúcha Amigos de Caldas Júnior	Breno Caldas Caldas Júnior Dolores Alcaraz Caldas <i>Correio do Povo</i> Redatores e colaboradores Leitores Século XX
Agentes Narradores	Narrador jornal situa-se na 2ª pessoa; Quatro escritores assinam os textos;	Narrador jornal situa-se na 2ª pessoa; Nove escritores, jornalistas e colunistas do <i>Correio do Povo</i> assinalam as narrativas comemorativas	Narrador jornal situa-se na 2ª pessoa; Quatorze escritores, jornalistas, intelectuais e colaboradores escrevem sobre o passado do <i>Correio do Povo</i>
Dispositivo da Memória	- 8 páginas. - Formato <i>standard</i> em 7 colunas - não há fotografias ou ilustrações - estilo sóbrio da época	- 3 páginas; - Galeria de fotos dos amigos do <i>Correio do Povo</i> ;	Jornal transformado em monumento:  - 20 páginas – 1ª seção – Caderno Especial - 16 páginas – - Fotografias abundantes do passado do jornal;

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a comemoração de aniversário nos jornais trouxe à tona uma série de reflexões teóricas, evidenciando ainda mais a problemática da relação do tempo no jornalismo. A memória, afinal de contas, materializa-se sempre por meio da linguagem. Só conseguimos lembrar de algo porque existe um conjunto prévio de códigos e símbolos que evocam o passado. Então, no caso dos impressos jornalísticos, pudemos considerar que as palavras escritas foram os principais dispositivos utilizados para criar tais imagens e sentidos do passado, aproximando o tempo pretérito para presente. Da mesma maneira, conseguimos conceituar que o jornalismo, ao narrar continuamente os eventos do mundo, realiza também um trabalho de difusão e perpetuação da memória, fenômeno que é celebrado durante as edições comemorativas. Como vimos ao longo da análise das três edições, o repertório do *Correio do Povo* foi, assim, operacionalizado para contar uma versão idealizada sobre o próprio passado do jornal.

O jornalismo, por tudo que observamos na dissertação, poderia inclusive ser considerado um exemplo primário do que Halbwachs (2004) denomina de quadro social da memória. Afinal, nas sociedades marcadas pelos meios de comunicação em massa e pela imprensa, em especial, os jornais adentram a memória dos indivíduos através de diferentes caminhos. Por exemplo, alguém poderia pegar a edição de um diário para se informar sobre a data e os últimos acontecimentos, algo que, sendo repetido múltiplas vezes, altera a forma como a pessoa experimenta a noção da passagem de tempo.

O público leitor, quando entram em contato com narrativas presentes nos periódicos jornalísticos – a etapa da mimese III, para recuperarmos os conceitos de Ricoeur (1994) - acabam por assimilar novas referências temporais, pois recebem relatos condensados sobre os acontecimentos do dia anterior que, muitas vezes, estão além do seu entorno imediato. Os jornais não deixam de ser, portanto, uma forma de demarcar o tempo cronológico, organizando as ocorrências do mundo a fim de assegurar a regularidade da existência e, além disso, a continuidade da memória coletiva.

Como notamos na pesquisa, as edições de aniversário constituem-se em um dos locais privilegiados onde a memória sobre si pode tomar forma. Os aniversários representam uma espécie de quebra na rotina produtiva dos jornais. Independentemente da época em que foram publicadas, mesmo com uma diferença de décadas, tais edições são lançadas com marcações gráficas que explicitam o caráter da celebração. Os próprios editoriais tendem a abandonar os assuntos polêmicos do dia para refazer, mesmo que brevemente, a trajetória histórica do

periódico. Para isso, utilizam uma linguagem laudatória, apresentando a si mesmo como se tivessem percorrido uma trajetória exemplar – no caso do jornal de Caldas Júnior, é uma narrativa marcada em excesso pelas atitudes individuais do proprietário do jornal.

O *Correio do Povo*, para narrar sua trajetória, articula o passado sem interromper o fluxo do presente. A memória comemorativa, portanto, parece agir sob uma dinâmica entre o antigo e o novo. O nascimento do jornal e os ideais propagados pelos fundadores – a respeito de inaugurar uma folha partidária em 1895, dentro de um contexto de radicalização política – atuam como parâmetros que devem ser emulados. A forma do relato, encadeando as lembranças dos profissionais que trabalharam no veículo, apresenta uma sequência de ações que se baseiam num olhar retrospectivo, realizado a partir de um centro distanciamento temporal que se acentua conforme os anos de aniversário se acumulam. Enquanto na comemoração do decênio os relatos eram feitos pelas próprias testemunhas, pelos jornalistas que participaram da criação do *Correio do Povo*, a celebração dos oitenta anos, por outro lado, representa uma forma de rememorar uma origem quase mítica, em certo sentido. O uso do passado não se prende tanto aos dados factuais, mas sim a uma narrativa com um tom emocional, dramático, como se o aniversário fosse um marcador de pressupostos: a reinvidicação de uma identidade, de uma personalidade que permanece eterna no tempo.

Assim pudemos perceber o quanto era homogênea, ao menos na aparência, a memória que o *Correio do Povo* constrói sobre si: são selecionados os mesmos eventos para explicar uma suposta uniformidade no tempo. Porém, sob uma análise crítica, não se pode afirmar que é rigorosamente o mesmo jornal, pois o *Correio do Povo* de 1905 ainda estava tentando se firmar no mercado jornalístico de Porto Alegre, ao passo que, em 1975, já era parte de um conglomerado de mídia maior. Ocorre, então, um processo de naturalização da memória, da construção da hegemonia de certas práticas.

Pela natureza dramática da narrativa dessas memórias comemorativas, conseguimos notar que o aniversário é contado como uma espécie de fábula. A partir da narrativa sobre um acontecimento fundador – o nascimento do *Correio do Povo* – o jornal propõe ao leitor uma identificação afetiva com aquilo que está sendo rememorado. Ou seja, os diferentes textos sobre a efeméride dos oitenta anos humanizam os fatos brutos ao promover a percepção da memória do jornal como um drama humano, carregando desse modo um sentido histórico pré-determinado. É uma versão do passado quase pueril, na qual o *Correio do Povo*, por suas qualidades supostamente inerentes, estava destinado a triunfar e prosperar frente aos demais jornais.

Cria-se, assim, uma narrativa de distinção que se utiliza também de estratégias de objetivação do real: os acontecimentos do passado são tidos como verdadeiros porque o narrador jornal possui legitimidade para narrá-los. A empresa jornalística constrói narrativamente uma autobiografia para, assim, reafirmar uma imagem de si para o seu público leitor. Nos editoriais, a repetição sistemática reafirma valores presentes na primeira edição do *Correio do Povo*. A leitura crítica da edição de aniversário, tendo como base o paradigma narrativo, mostra que a memória de si, festejada e programada anualmente pelo impresso, enquadra seletivamente um passado linear, determinista, no qual o *Correio do Povo* apenas percorre um caminho inscrito previamente.

O aniversário é uma memória constituída feito um emaranhado de significados, acionados a cada ano. Para o *Correio do Povo*, é um agendamento do passado, estruturado conforme as práticas da edição jornalística. As narrativas de memória são aparadas em provas de veracidade como as fotografias e o detalhamento dos fatos, na busca por oferecer garantias sobre a exatidão daquilo que foi contado. Como são obrigados a respeitar as rotinas de redação e, em especial, o prazo de fechamento das edições, os jornalistas procuram narrar a memória de maneira prática, invocando testemunhos e falas de autoridades. Não é um procedimento que passa por crivos científicos – por isso, o passado do jornal não é constituído de maneira conflituoso. Apenas as concordâncias são emolduradas na narrativa: é uma lógica de exaltação, de construção de uma imagem institucional. O aniversário é, aliás, uma escolha prévia – é uma narrativa instrumentalizada, com um formato pré-definido pelos editores do diário. Não é, portanto, uma memória livre.

Ao longo desta dissertação, para contornar a ênfase na unanimidade da memória, procuramos contrapor os usos que os diversos agentes narradores fizeram sobre a trajetória do *Correio do Povo*, o que permitiu notar os esquecimentos, as constantes ressignificações. Organizada numa ordem familiar, a Companhia Jornalística Caldas Júnior perpassa, portanto, pela figura paterna de Caldas Júnior: ele, como personagem da memória que o *Correio do Povo* relata, é o elemento simbólico central. Não por acaso, na comemoração dos oitenta anos, Breno Caldas escreve um editorial que possui, no fundo, um tom categórico: a expectativa que o filho deve honrar o legado do pai.

Ao mesmo tempo, várias outras questões estão despontando no horizonte, esperando para serem investigadas: será, por exemplo, que os aniversários de jornais concorrentes do *Correio do Povo*, como a *Zero Hora*, são celebrados da mesma maneira? A ênfase no protagonismo do fundador é uma característica única do diário da Companhia Caldas Júnior ou será que é algo recorrente em toda a memória comemorativa? São perguntas que estão

aguardando por respostas. Além de tudo, também percebemos que as edições mais antigas ainda possuíam o hábito de referenciar os cumprimentos de parabéns recebidos pelos demais periódicos da cidade de Porto Alegre – situação que seria improvável de voltar a ocorrer nos dias de hoje. Encontrar uma possível explicação para tais ocorrências de cordialidade entre jornais rivais foge ao escopo deste estudo, mas se situa, então, como mais uma indagação que precisa ser explorada.

Desse modo, as análises realizadas neste estudo buscam, portanto, ampliar o leque de possibilidades interpretativas sobre as relações da memória e do jornalismo. Afinal, pensamos que a dimensão do passado tem sido minimizada nos estudos acadêmicos na área. Os jornais dificilmente são percebidos como constituidor de memórias. Nas edições de aniversário, contudo, detectamos que a construção de uma narrativa de si é um passo decisivo para que o jornalismo consiga reforçar continuamente certo consenso sobre sua própria relevância.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

*Jornal Correio do Povo* – Porto Alegre, edições de 1905, 1945 e 1975.

*Jornal Denúncia Extra* – Porto Alegre, 1983.

*Jornal Diário do Sul* - Porto Alegre, 1987.

*Coojornal* – Porto Alegre, 1975.

*Revista Veja* - São Paulo, 1984.

### Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARAL, Marcia. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.) **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

BALDISSERA, Rudimar. **Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade**. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, ano. 6, nº. 10/11, p. 115-120, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

\_\_\_\_\_. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo**. *Contracampo: Niterói*, v.12, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método e a análise histórica do jornalismo**. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. Manaus, 2013

\_\_\_\_\_. **Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p. 13-26, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. IN: RIBEIRO, Ana Paula G.; HERSCHMANN, Micael (org.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

BARROS, Higino. **O centauro das rotativas**. *Revista Imprensa*, setembro 1989, nº 25, p. 38-39

BELLOMO, Harry Rodrigues. A revolução de 1930: eclosão. In: FLORES, Hilda A. Hübner. **Correio do Povo – 100 anos**. Porto Alegre: Nova Dimensão/Círculo de Pesquisas Literárias, 1994

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009

BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História. Ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BONSANTO DIAS, Andre. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004,

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre (RS): Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. The Political Field, the Social Science Field and The Journalistic Field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erick. **Bourdieu and the Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARVALHO, Carlos Alberto de. As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In: MOURA, Claudia; LOPES, Maria Imacollata. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999

CULLER, J. **Teoria Literária; uma introdução**. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs) **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. v.1.

DALMONTE, Edson Fernando. **Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos**. História (São Paulo), v. 29, p. 328-344, 2010.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal e a Profissão de Jornalista**. São Paulo: Summus, 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS/PPG em História, 2009.

DOSSE, François. **A história a prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: UNESP, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos de Estudo n 13. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995. p 19-29.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: o movimento dos Trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre 1983 -1984)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG/IFCH-UFRGS, 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2012

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Santa Catarina: EDUSC, 1998.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS/PPG em História, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GALVANI, Walter. **Um Século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: Cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós. 1991

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio. 2006. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 7: s.p. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/118/117>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Breves considerações sobre a trajetória do jornal Correio do Povo na década de 1930**. Revista Científica CENSUPEG, v. 4, p. 130-144, 2014.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Leitura XXI: 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. **Almanaques Gaúchos: Um mergulho no passado**. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/um-mergulho-no-passado/>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. Brazilian Journalism Research. V. 2, N. 2. Brasília: SBPJor, 2015.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS: Porto Alegre, 2012.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOWETHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História. São Paulo: EDUC, nº17, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Breno Caldas: Meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008,

MATHEUS, Letícia. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** In: Media & Jornalismo, v. 1, n. 1, 2002, p. 9-22. Disponível em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).

MENDONÇA, Sónia Menezes de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: Da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. **O jornalismo como sistema perito**. Tempo social: Revista de Sociologia, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 197-208, 1999

MONTEIRO, Charles. Urbanização e Modernidade em Porto Alegre. In: RECKZIEGEL, Ana Luisa Settti; AXT, Gunter (Dir.). **República velha (1889 – 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Tomo II, vol.3, p.229 – 260.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”. O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro, Revan: 2002.

MOTTA, L.G, “Análise Pragmática da narrativa jornalística”. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NEIGER, Motti; ZANDBERG, Eyal; MEYERS, Oren. Reversed memory: Commemorating the past through coverage of the present. In: **Journalism and Memory**. Palgrave Macmillan UK, 2014. p.113-127

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. n° 20. São Paulo: Educ, 1993

OLICK, Jeffrey K. Reflections on the underdeveloped relations between journalism and memory studies. In: **Journalism and Memory**. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 17-31.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **As Festas que a República Manda Guardar**. Revista de Estudos Históricos. v.2, n. 4, 1989. disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 04 de julho de 2017.

OZOUF, Mona. "A festa. Sob a Revolução Francesa." In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 216-232.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Aberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto Barcelos; NEUMANN, Eduardo (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209-246.

\_\_\_\_\_. Espaço, Sociedade e Cultura: O cotidiano da cidade de Porto Alegre. In: RECKZIEGEL, Ana Luisa Settti; AXT, Gunter (Dir.). **República velha (1889 – 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. Tomo II, vol.3

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, p. 59-76, 2005.

\_\_\_\_\_. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANCA, V. R. V.; OLIVEIRA, Luciana (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2016.

RESENDE, Fernando. 2005. **O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador jornalista**. In: Encontro Anual Da Compós, 14, Niterói, 2005. Anais. Brasília, 2005. Disponível em [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_846.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_846.pdf).

\_\_\_\_\_. **O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Tomo III. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003

\_\_\_\_\_. Cotidiano, Mídia e Indústria Cultural: Modernidade e Tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. In: GERTZ, René (Dir.), **República – Da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)**, Vol. 04, Passo Fundo: Editora Méritos, 2007, p. 355 – 398.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Journalism as a vehicle of non-commemorative cultural memory. In: **Journalism and memory**. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 85-96.

SILVA, Helenice Rodrigues. **'Rememoração'/comemoração: as utilizações sociais da memória**. In: Revista Brasileira de História, vol.22, nº44, São Paulo: Anpuh, 2002.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 07.n.14, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis:

Vozes, 2009

STRELOW, Aline. **Breno Caldas: Poder e declínio de um dos mais influentes jornalistas gaúchos**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Lisboa, 2010. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-imprensa-strelow.pdf>.

SILVA, Juremir Machado da. **Correio do Povo: A primeira semana de um jornal centenário**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**.3. Ed. São Paulo: Loyola, 2011

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2012.

VIERA, Vítor. **Breno Caldas rompe o silêncio e explica o fim do Correio**. Diário do Sul, Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987, p. 15-17

\_\_\_\_\_. **Sem Palavras: Caldas Júnior fecha o Correio do Povo**. Revista Veja, São Paulo, 27 de junho de 1984. p. 27

WASSERMAN, Claudia. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco de poder. In: GRIJÓ, Luiz Aberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto Barcelos; NEUMANN, Eduardo (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 273-291

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: Trópicos do discurso. In: **Trópicos do Discurso: ensaios de crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 39-63.

ZELIZER, Barbie. **Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa**. Revista de Comunicação e Linguagens. N. 27. Lisboa: Relógio d'Água, 2000

\_\_\_\_\_. Memory as foreground, journalism as background. In: ZELIZER, B.; TENENBOIM-WEINBLATT, K. Journalism and memory. New York: Palgrave Macmillan, 2014

\_\_\_\_\_. **Taking Journalism Seriously: News and the Academy**. Califórnia: Sage Publications, 2004.

TÖNNIES, Ferdinand. Opinião pública e "a" opinião pública. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.) **A era glacial do jornalismo – teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

WAINBERG, Jacques. A morte de jornais centenários e o caso do Rio Grande do Sul. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.